



ASSOCIAÇÃO
PARA OS POVOS
AMEAÇADOS

Vozes do Tapajós:

Perspectivas indígenas sobre projetos de infraestrutura planejados

Editores:



Partidários:



GREENPEACE

Tabela de conteúdo

Resumo	5
Introdução	6
Parte 1: Contexto histórico e descrição do projeto	11
1.1 Introdução	11
1.2 Ameaças para a região do Tapajós	14
1.3 Contexto histórico da exploração da Amazônia	17
1.3.1 <i>O primeiro ciclo da borracha – de 1879 a 1912</i>	17
1.3.2 <i>Ferrovia Madeira – Mamoré</i>	18
1.3.3 <i>Rodovia Transamazônica, BR-240 – “Integrar para não entregar”</i>	18
1.3.4 <i>A Cuiabá-Santarém, BR-163</i>	20
1.4 Projeto Ferroviário e Hidroviário Planejado na Tapajós	22
1.4.1 <i>A Ferrogrão</i>	22
1.4.2 <i>Exploração energética na bacia hidrográfica do Tapajós</i>	27
1.4.3 <i>A Bacia hidrográfica do Tapajós</i>	29
1.5 A mineração na esteira de futuros projetos hidrelétricos	31
1.6 Exploração de territórios indígenas	34
1.7 O contexto da Amazônia sob o governo Bolsonaro	36
Parte 2: Estudo Financeiro	37
2.1 Introdução	37
2.2 Ferrogrão	38
2.2.1 <i>Status do projeto</i>	39
2.2.2 <i>Estrutura do projeto</i>	40
2.2.3 <i>Financiamento direto e indireto</i>	43
2.2.4 <i>Financiamento de potenciais interessados</i>	44
2.3 Complexo Hidrelétrico do Tapajós e Hidrovia do Tapajós	55
2.3.1 <i>Status do projeto</i>	55
2.3.2 <i>Estrutura do projeto</i>	61
2.3.3 <i>Financiamento direto e indireto</i>	61
2.3.4 <i>Financiamento de potenciais interessados</i>	61

2.4	Resumo e conclusão deste capítulo	71
2.4.1	<i>Principais conclusões sobre os potenciais interessados e financiadores dos projetos</i>	71
2.4.2	<i>Riscos financeiros e de reputação para empresas</i>	72
2.4.3	<i>Resistência crescente das comunidades indígenas</i>	73
2.4.4	<i>Recomendações para financiadores de potenciais interessados</i>	73
Parte 3:	Vozes Indígenas do Rio Tapajós	74
3.1	Considerações Iniciais	74
3.2	Projetos	77
3.2.1	<i>Projetos Planejados para a Amazônia</i>	77
3.2.2	<i>Ferrogrão</i>	82
3.2.3	<i>Hidrovia</i>	87
3.2.4	<i>Hidroelétrica</i>	90
3.3	Resistência	94
3.3.1	<i>Meios de Resistência</i>	97
3.4	Cooptação	105
3.5	Consulta	114
3.6	Alianças	125
3.6.1	<i>Alianças de nível local</i>	126
3.6.2	<i>Alianças de nível regional</i>	128
3.6.3	<i>Alianças de nível nacional</i>	130
3.6.4	<i>Alianças de nível internacional</i>	131
3.7	Inviabilidade	136
3.8	A política anti-indígena do Presidente Jair Bolsonaro	145
3.9	Considerações Finais	151
4	Considerações Finais	156
5	Reivindicações	165
Anexo		172

Resumo

Este relatório dá protagonismo às vozes dos povos indígenas da região da Bacia do Tapajós, na Amazônia brasileira, num momento em que seus meios de subsistência estão seriamente ameaçados por projetos de infraestrutura.

Como mostra o relatório, há décadas a Amazônia é explorada devido à abundância de recursos naturais que possui. Desde a década de 1960, os projetos de infraestrutura destinados ao transporte desses recursos têm tido um impacto devastador na biodiversidade e na vida das comunidades que ali vivem. O relatório não deixa dúvidas de que os três projetos a seguir, planejados para a Bacia do Tapajós, representam uma continuação dessa exploração histórica da Amazônia: o projeto da ferrovia EF-170 (Ferrogrão), o Complexo Hidrelétrico do Tapajós e a hidrovia do Tapajós. O objetivo é facilitar e acelerar o transporte de minerais e produtos agrícolas, como a soja, para a exportação. Uma análise das empresas que são possíveis implementadoras e / ou operadoras dos projetos e das instituições financeiras que as financiam mostra que empresas de todo o mundo estão interessadas e possivelmente envolvidas nos projetos. Ao mesmo tempo, o estudo detalha as preocupações e as opiniões das comunidades indígenas afetadas. Elas temem impactos severos aos meios de subsistência devido à inundação de grandes áreas e ao desmatamento das florestas. Embora as comunidades indígenas estejam entre os grupos mais afetados, não ocorreu ainda nenhum processo genuíno de consulta.

Portanto, o relatório termina com um conjunto concreto de reivindicações ao Estado brasileiro e às empresas nacionais e internacionais. Convida especificamente as empresas brasileiras e internacionais que podem vir a implementar e / ou operar os projetos e os seus financiadores a cumprir com a obrigação de considerar os impactos ambientais e sociais nas análises de risco. Além disso, pede-lhes que alinhem claramente sua due diligence com as normas e padrões nacionais e internacionais de direitos humanos. Este relatório tem, portanto, um caráter prospectivo e funciona como um sistema de alerta para as empresas que possam estar envolvidas nos projetos sobre os riscos ambientais e sociais relacionados com os mesmos.

Introdução

“Vemos esses projetos como uma sentença de morte proferida pelo governo. (...) Desenvolvimento tem um significado diferente para nós do que para eles. Para nós, significa água limpa, floresta intacta, significa a gente vivendo da floresta, não dependendo da Ferrogrão, da hidrelétrica e das hidrovias industriais. Eles afirmam que os projetos são economicamente sustentáveis para o Brasil, mas não se importam com o nosso povo. E sabemos que esses grandes projetos nunca são benéficos para a sociedade. Os únicos que se beneficiam são eles, os capitalistas. Essas ferrovias, hidrovias, barragens e similares são inaceitáveis para nós.” (Anderson Munduruku, 2020).

A floresta amazônica é o lar de vários povos indígenas. É a maior floresta tropical do mundo, equivale a um terço das florestas tropicais do planeta, e responde por 10% da biomassa total do planeta. Por armazenar 90 a 140 bilhões de toneladas de carbono, desempenha um papel essencial no clima regional e global¹. No entanto, a destruição da floresta tropical está cada vez mais acelerada: nos primeiros seis meses de 2020, por exemplo, mais floresta foi destruída do que nunca no Brasil desde o início dos registros^{2,3}.

Os principais motores da destruição da Amazônia brasileira são conhecidos: a fome mundial por soja, carne e minerais. O Brasil é o maior produtor mundial de soja⁴, segundo maior produtor de carne bovina⁵ e luta por uma participação na produção de óleo de palma⁶. A mineração está ocorrendo em locais cada vez mais remotos e, portanto, frágeis. Em 2019, as atividades de mineração de ouro em territórios indígenas, principalmente na região amazônica, aumentaram 91% em relação ao ano anterior⁷.

1 <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/22/por-que-a-amazonia-e-vital-para-o-mundo.ghtml>

2 <https://www.aljazeera.com/news/2020/08/02/brazil-july-surge-in-amazon-fires-raises-fears-of-repeat-of-2019/>

3 Nos Estados que formam o Amazônia Legal, o Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (INEPE) registrou a menor taxa de desmatamento em 2012. Desde então, o desmatamento vem aumentando drasticamente – em especial, desde a posse do presidente Bolsonaro. INEME (2021): A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal. Online: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465

4 <https://www.reuters.com/article/us-brazil-soy-usa/brazil-to-pass-u-s-as-worlds-largest-soy-producer-in-2018-idUSKBN1IC2IW>; <https://beef2live.com/story-world-soybean-production-ranking-country-0-164836>

5 <https://beef2live.com/story-world-beef-production-ranking-countries-0-106885>

6 <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2017/jun/29/brazil-palm-oil-amazon-rainforest-deforestation-temer-farming-para-cerrado>

7 <https://apublica.org/2020/02/a-mineracao-em-terra-indigena-com-nome-sobrenome-e-cnpj/>

Este relatório pretende chamar a atenção para um componente importante do mais novo plano de desenvolvimento do Brasil que agravaria ainda mais a exploração em curso da Amazônia: O governo tem planejados vários megaprojetos de infraestrutura para o transporte de produtos agrícolas dentro do Brasil e para o mercado internacional e novas usinas de energia dedicadas a suprir a demanda de energia desses sistemas de transporte.

O relatório examina de perto a região média e baixa da Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós, área que se destaca por sua cultura e biodiversidade singulares. No entanto, devido à sua posição geográfica e abundância de minerais, se tornou também um dos focos de destruição da Amazônia no Brasil. Estão planejadas para a região cerca de 43 usinas hidrelétricas e barragens⁸, além de várias rodovias e numerosos portos⁹. Além disso, o projeto ferroviário Ferrogrão (oficialmente denominado EF-170) deverá completar a infraestrutura, garantindo o transporte barato e rápido das commodities.

Este relatório examina sete das barragens originalmente planejadas (Complexo Hidrelétrico Tapajós), a Hidrovia Tapajós e a ferrovia Ferrogrão. Apesar de o plano estratégico mais recente do Ministério de Minas e Energia (Plano Decenal de Expansão de Energia)¹⁰ não prever o início das obras dessas sete barragens e da hidrovia antes de 2030, a construção e implementação da Ferrogrão é de alta prioridade para o governo¹¹ e o processo de licenciamento está previsto para começar no primeiro trimestre de 2022.

O que muitas vezes é ignorado no planejamento desses projetos, são os enormes impactos sociais e ecológicos. Enquanto o Estado e o setor privado só enxergam os benefícios econômicos de curto prazo, as vozes dos mais afetados passam despercebidas: as comunidades indígenas da região contestam fortemente todos esses megaprojetos, apontando para o fato de que o impacto dos projetos sobre a floresta amazônica, como ecossistema, e sobre os meios de subsistência dessas comunidades seria desastroso.

8 Fearnside, Philip. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 2015

9 <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/05/22/conquista-estrategica-ou-risco-para-a-floresta-projetos-para-a-bacia-do-rio-tapajos-geram-debate.ghtml>

10 https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-490/PDE%202030_RevisaoPosCP_rv2.pdf

11 <https://pulitzercenter.org/blog/ferrograo-path-illusion>

Não foi realizado até agora um verdadeiro processo de consulta com as comunidades indígenas, apesar de serem elas, potencialmente, as mais afetadas. Portanto, este relatório abre espaço para que expressem as suas opiniões e preocupações sobre os projetos planejados.

É fundamental ressaltar o dever do Estado brasileiro de zelar pelos direitos dos povos indígenas. Desde 1988, a Constituição Federal do Brasil reconhece explicitamente os direitos dos povos indígenas nos art. 231 e 232¹². O Brasil também ratificou a Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (OIT 169) e aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). O Estado, portanto, tem a obrigação de garantir o direito dos povos indígenas à autodeterminação de acordo com a legislação nacional e internacional.¹³

Dada a aparente falta de disposição do Brasil em cumprir sua obrigação de proteger os direitos humanos, este relatório serve de alerta para empresas (potenciais interessadas nos projetos) e prestadores de serviços financeiros (credores e investidores) em todo o mundo. Identifica claramente os danos sociais e ambientais irreversíveis que os projetos podem causar e os consideráveis riscos financeiros e de reputação que as empresas podem correr ao se envolverem nesses projetos sem uma gestão de risco socioambiental suficiente.

Com base em argumentos e provas concretas, o relatório pede que o Estado brasileiro cumpra as suas obrigações constitucionais e internacionais de proteger os povos indígenas. Pede também que as empresas brasileiras e internacionais de implementação e / ou operação e institutos financeiros potencialmente envolvidos cumpram suas obrigações de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGPs) e com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, considerando os impactos ambientais e sociais na análise de riscos.

12 <https://www.globalhealthrights.org/wp-content/uploads/2013/09/Brazil-constitution-English.pdf>

13 ISEAL, 2018: https://www.isealliance.org/sites/default/files/resource/2019-02/FPIC_Full_Report.pdf, p.21.

Os projetos ainda estão em fase preparatória, então as empresas podem alinhar claramente o due diligence com as normas e padrões nacionais e internacionais de direitos humanos e aprimorar a avaliação de riscos, não se restringindo aos riscos materiais para a empresa mas expandindo-a para incluir riscos ambientais e sociais, como o respeito pelos direitos humanos e dos povos indígenas.

A estrutura deste relatório

O relatório consiste nas três seções seguintes:

O primeiro capítulo (**Contexto histórico e descrição do projeto**, p. 11-36) traz uma análise histórica e contextual da exploração da Amazônia. Foi escrito por Telma Monteiro¹⁴, renomada especialista em projetos de infraestrutura na Amazônia. Monteiro coloca os projetos planejados numa perspectiva histórica, mostrando como a exploração dos recursos naturais na região amazônica tem acontecido de forma sistemática e às custas das comunidades indígenas.

A segunda parte (**Estudo Financeiro**, p. 37-73), analisa quais empresas no mundo mostraram interesse na construção e / ou operação dos projetos de infraestrutura (potenciais interessados) Ferrogrão e Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós e identifica as instituições financeiras que prestaram serviços financeiros a essas empresas no passado. O Instituto de Pesquisa Profundo¹⁵ conduziu o estudo em nome da Associação para os povos ameaçados (APA). O estudo considera empréstimos e subscrições com datas de fechamento / emissão de janeiro de 2014 a fevereiro de 2021, bem como títulos e participações acionárias até a data de apresentação de fevereiro de 2021 (para mais detalhes, consulte o Anexo).

O capítulo 3 (**Vozes indígenas do rio Tapajós**, p. 74-155) retrata as opiniões dos representantes das comunidades indígenas que seriam diretamente afetadas pelos projetos de infraestrutura. Tem como objetivo compensar pelo fato de que as comunidades indígenas não se sentem suficientemente consultadas sobre os projetos. Coletaram-se as opiniões e pontos de vista em dois trabalhos de campo antropológicos no Baixo e Médio Tapajós (outubro e novembro

¹⁴ <https://www.telmadmonteiro.com/2019/08/>

¹⁵ <https://www.profiundo.nl/en/>

de 2020). O antropólogo Vinícius da Silva Machado¹⁶ realizou principalmente entrevistas semipadronizadas (ver Anexo), em colaboração com as organizações indígenas Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e Associação Indígena Pariri. Este relatório é complementado pelo documentário “Tapajós Ameaçado” do cineasta brasileiro Thomaz Marcondes Garcia Pedro (veja www.gfbv.ch/amazonia).

O relatório se conclui (**Considerações finais e reivindicações**, p. 156-170) com um conjunto concreto de reivindicações ao Estado brasileiro e às empresas potencialmente envolvidas nesses projetos. Apela-se ao Estado brasileiro para que cumpra integralmente as leis e normas nacionais e internacionais relativas aos direitos dos povos indígenas, conduzindo, nesses projetos, processos que estejam alinhados com o princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informa (CLPI) antes da emissão do licenciamento preliminar. A APA e os detentores dos direitos indígenas pedem a empresas brasileiras e internacionais de implementação e / ou operação e financiadores que cumpram a sua obrigação de considerar os impactos ambientais e sociais nas análises de risco e que alinhem claramente sua due diligence às normas e aos padrões nacionais e internacionais de direitos humanos. Devido ao estado atual dos projetos, este relatório tem caráter prospectivo e funciona como um sistema de alerta sobre os riscos ambientais e sociais desses projetos para as empresas potencialmente envolvidas.

¹⁶ Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Antropologia (UFPA) e Bacharel em Direito (UFPA). Pesquisador da Society for Threatened Peoples (STP). Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio. E-mail: vinicius_s.m@hotmail.com.

1 Contexto histórico e descrição do projeto

por Telma Monteiro¹

1.1 Introdução

Esse relatório tem por objetivo proporcionar uma visão geral da Amazônia desde que começou a ser explorada economicamente e, em primeiro lugar, as consequências dessa exploração para os povos indígenas e a biodiversidade. Com a perspectiva de construção de novos projetos estruturantes, os impactos serão agravados, colocando em risco a floresta, imprescindível para a manutenção do equilíbrio climático do mundo. A região da bacia hidrográfica do Tapajós (764.183 km²), que ocupa cerca de 6% do território brasileiro, está ameaçada pela construção de hidrelétricas, ferrovia e hidrovias, sem os estudos dos impactos sinérgicos ou cumulativos decorrentes de intervenções passadas, presentes e futuras (Wärnbäck e Hilding-Rydevik, 2009). **O Tapajós é a porção da Amazônia que mais sofrerá com esses projetos e, dada a sua relevância ambiental para o clima do planeta e a vulnerabilidade de seus povos, se faz necessário alertar, também, empresas e investidores sobre os riscos e prejuízos financeiros, legais, de reputação e imagem, irreparáveis.**

Um estudo publicado pelo coordenador de sustentabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Brasil, José Aroudo Mota, mostra que os recursos naturais da Amazônia valem dois quatrilhões de dólares, “apenas levando em conta o valor estimado de suas reservas de água subterrânea em 1.344.201,7 quilômetros quadrados de aquíferos porosos (dado de junho de 2011) existentes”². O estudo considera que a água é o recurso mais importante para a vida e a sobrevivência humana e que atualmente está escassa no planeta. A Amazônia sempre foi objeto de cobiça não só por sua rica biodiversidade e pelas riquezas minerais mas, também, pela imensa reserva de água, o maior bem estratégico do mundo.

¹ Telma Monteiro, especialista há 25 anos em análise de processos de licenciamento de projetos estruturantes na Amazônia, como foco em impactos socioambientais e em terras indígenas e UCs. Autora e co-autora de livros, artigos em veículos de imprensa nacionais e internacionais, palestrante em universidades, e organizações internacionais.

² <https://www.ecodebate.com.br/2011/07/15/tapajos-recursos-naturais-da-amazonia-valem-quatrilhoes-de-dolares-artigo-de-telma-monteiro/>

Governos brasileiros, ao longo da história sempre tiveram a intenção de usar todos esses recursos naturais da Amazônia para transformar o Brasil numa das maiores economias do mundo. Para atingir esse objetivo não pouparam esforços para formular propostas de exploração com projetos de infraestrutura, modal hidroviário, rodoviário ou ferroviário, com o fim de facilitar o acesso do resto do país, de empresas multinacionais e do capital privado especulativo às riquezas ainda não exploradas. Essas riquezas como ouro, reservas de petróleo, ferro, alumínio, que podem beirar os US\$ 20 trilhões³, são objeto de cobiça da comunidade econômica internacional das grandes potências e das multinacionais brasileiras. Essa exploração moderna da Amazônia é potencializada perigosamente, hoje, pelo aumento de compra de terras por estrangeiros, segundo o estudo do Ipea⁴.

FOTO: THOMAZ PEDRO



No Brasil, foram feitos grandes esforços para estabelecer uma economia baseada na exploração dos recursos naturais.

É preciso mencionar, também, a importância da Amazônia no sequestro de carbono, como mostra o estudo “Serviços Ambientais como Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Rural”, do pesquisador Philip Fearnside⁵. Fearnside estima, ainda, que a floresta em pé tem a capacidade de

3 <https://www.franciscogomesdasilva.com.br/amazonia-vale-muitos-quatilhoes-de-dolares/>

4 <https://www.franciscogomesdasilva.com.br/amazonia-vale-muitos-quatilhoes-de-dolares/>

5 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia (INCT-Servamb)

sequestrar carbono no valor de US\$ 379 bilhões e, conforme um outro relatório da Universidade de Utrecht, na Holanda, os serviços ambientais prestados por 219 milhões de hectares de floresta renderiam US\$ 50 bilhões por ano⁶.

Rios, comunidades indígenas, floresta, biodiversidade sempre estiveram em perigo diante dos planos para que a Amazônia se transformasse num grande canteiro de obras. Planos, por exemplo, para transformar os rios amazônicos em hidrovias, à semelhança do que fizeram países como Holanda e Bélgica, baseados num modelo de ocupação industrial das margens e a perda da biodiversidade. Diante disso a bacia hidrográfica do rio Tapajós, uma das principais sub-bacias da bacia amazônica, pode vir a passar por mudanças semelhantes causadas pelos projetos de infraestrutura. A maior preocupação é o plano de construção de usinas hidrelétricas que destroem a floresta, impacta povos indígenas e suas terras e populações ribeirinhas, com o único fim de gerar energia elétrica para movimentar a economia predatória regional, com a expansão do agronegócio e da mineração. Hidrelétricas, principalmente na Amazônia, proporcionaram grandes lucros às empresas construtoras, que se utilizaram de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a juros subsidiados, e puseram em risco o meio ambiente, aumentando o desmatamento e afetando a biodiversidade.

Essa política predatória de construção de hidrelétricas marcou o desprezo pelas alternativas limpas, como energia eólica, e solar. O avanço do desenvolvimento tecnológico e os custos em queda de energias limpas, em alternativa às hidrelétricas, devem orientar os planos decenais de energia (PDE) para a próxima década, no Brasil. O desmatamento da Amazônia vem na esteira da construção de hidrelétricas, hidrovias e rodovias que induzem à ocupação desordenada da floresta para alcançar o desenvolvimento econômico regional de escoamento das commodities e expansão da criação de bovinos para exportação de carnes e derivados, sem considerar os povos indígenas e suas terras. **O agronegócio e seus aspectos logísticos, na Amazônia, apenas como fim econômico sem se considerar a importância da preservação ambiental para o equilíbrio do clima é um crime contra o planeta.**

6 <https://www.franciscogomesdasilva.com.br/amazonia-vale-muitos-quatilhoes-de-dolares/>

Atualmente, a energia hidrelétrica é considerada mais barata, mas sem que os custos dos impactos socioambientais sejam honestamente contabilizados. Os impactos socioambientais são absorvidos pelas empresas desenvolvedoras como custos dos empreendimentos, o que acaba por subdimensionar a realidade da degradação que se inicia antes mesmo que tenham início as obras civis. Além de hidrelétricas na bacia hidrográfica do Tapajós, rodovias, hidrovias e ferrovias estão sendo aprovadas como modernização da proposta de integração da Amazônia com o resto do mundo. Empresas gigantes internacionais, investidores e bancos já se articularam para viabilizar a ocupação e exploração dos dois quadrilhões de dólares em riquezas estocadas no solo da floresta mais importante do planeta. Se todas essas propostas se concretizarem, serão as gerações futuras, principalmente, que sofrerão mais e que terão que arcar com os verdadeiros custos impostos pela destruição da Amazônia.

1.2 Ameaças para a região do Tapajós

A porção da Amazônia mais ameaçada é a região do médio e baixo Tapajós, que vem enfrentando a pressão da produção agrícola do norte do estado do Mato Grosso e com ela a expansão do desmatamento, além da extração da madeira ilegal e do garimpo ilegal. Junte-se a isso um rebanho que representa 5% do total do Brasil, justamente numa região já frágil pelas fortes pressões exercidas pela produção de soja que aumentou em 61% nos últimos 10 anos. A construção de rodovias na década de 1970 acelerou o processo de ocupação e os seus reflexos negativos já há anos se fazem sentir. **As secas no sul do Brasil, com reservatórios para abastecimento de água potável abaixo de seus limites históricos, já são consequências da diminuição dos chamados “rios voadores”** que saem da bacia amazônica e funcionam como um corredor de umidade para manter o regime de chuvas no sul e sudeste do Brasil. Aquecimento do clima e tempestades cada vez mais violentas já causam prejuízos nas lavouras e periferias das cidades brasileiras, além de diminuir as áreas férteis. A bacia hidrográfica do Tapajós é parte essencial desse quebra-cabeças ambiental chamado Amazônia.

Para contextualizar a Região de Integração do Tapajós, formada por 6 municípios, é necessário, antes, conhecer os números que a identificam: 244.492 habitantes, 3% da população do estado do Pará; 189.610 km², terceira maior do estado correspondendo a 15% do estado; PIB de R\$ 1,5 bilhão, 1,6% do PIB paraense; Extração de ouro com Itaituba respondendo por 60% da produção estadual; 15% da produção de soja do Brasil. **É importante mencionar que 33% das propriedades na bacia do Tapajós não estão ocupadas ou tem**

titularidade irregular, condições que facilitam o avanço da produção em áreas protegidas.

Em 2010 foi concluído o inventário que identificou os aproveitamentos hidrelétricos na bacia hidrográfica do rio Tapajós. Outros estudos também foram apresentados, como a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos rios Teles Pires e Juruena que se juntam e formam o rio Tapajós. Esse foi o início de mais um grande processo de apropriação e privatização dos recursos da Amazônia, tocado por empresas estatais em parceria com grandes empresas nacionais e internacionais, para ser financiado pelo BNDES. Na época dos primeiros estudos, projetos de lei tramitavam no Congresso Nacional brasileiro para viabilizar a construção de eclusas – para transposição de desníveis naturais do rio – simultaneamente à construção de barragens em rios navegáveis e não-navegáveis na região da bacia do rio Tapajós. Entre os projetos que estariam sendo priorizados está o da Hidrovia Tapajós – Juruena – Teles Pires.

FOTO: THOMAZ PEDRO



Várias hidrelétricas e hidrovias estão planejadas para serem construídas na bacia média e baixa do Tapajós.

O projeto inicial do Complexo Tapajós, objeto deste relatório, prevê a construção de sete hidrelétricas e, a mais importante, a Usina Hidrelétrica (UHE) São Luiz do Tapajós, em Itaituba, Pará, está com o licenciamento arquivado e sem data para licitação. A tramitação dos estudos seguiu, à época, o rito normal no processo brasileiro, percorrendo as etapas na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No entanto, em 2016, o processo de licenciamento

foi interrompido pelo Ibama a pedido da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com entendimento de que as terras indígenas Munduruku seriam diretamente afetadas. As áreas protegidas e os territórios indígenas perfazem 40% da bacia hidrográfica do Tapajós. O novo Plano Decenal de Energia 2030 (PDE 2030) já não prevê a construção dessas hidrelétricas no rio Tapajós até o horizonte de 2030. As questões socioambientais, os processos longos de licenciamento ambiental, naturalmente lentos devido às complexidades dos empreendimentos e os locais de construção, os impactos em terras indígenas, a queda dos custos de implantação de projetos de energias alternativas como eólica e solar, a alteração do regime de chuvas na região norte do Brasil (implicando na possível redução da vazão dos rios nos períodos de seca cada vez maiores) são as justificativas explícitas no PDE 2030, para a mudança de rumo do governo brasileiro em relação à adoção das hidrelétricas como fonte principal de geração de energia elétrica.

Não bastassem os sucessivos períodos de exploração desde especiarias, borracha e ouro, a bacia do Tapajós vem sofrendo com a construção de rodovias, exploração agrária e assentamentos que se multiplicaram ao longo das rodovias planejadas desde os anos 1960. E se planeja mais projetos estruturantes na Amazônia, como a EF-170, a Ferrogrão, um dos focos desse relatório. A EF-170 vai acompanhar o traçado da polêmica rodovia BR-163 que data da época dos governos militares, e foi concebida com fim integracionista.

1.3 Contexto histórico da exploração da Amazônia

O “start” histórico dos ciclos de exploração das riquezas da Amazônia se deu com a segunda viagem (1493-1495) de Cristóvão Colombo para o Novo Mundo.⁷ O anúncio feito por Colombo, ao Velho Mundo, sobre a existência da borracha, foi o ponto de partida para o extrativismo, para a exploração das riquezas, para o genocídio dos povos indígenas, para a invasão e ocupação da Amazônia⁸. A Amazônia, a partir daí, passou pela sua primeira exploração econômica: a borracha. A partir de 1743 e depois, em 1763, com a evolução das técnicas desenvolvidas pelos franceses, a borracha passou a fazer parte da vida humana. A Amazônia, então, foi descoberta para a exploração econômica no início do século XIX, com a vulcanização da borracha⁹.

1.3.1 O primeiro ciclo da borracha – de 1879 a 1912

Com o primeiro ciclo da borracha vieram as riquezas arquitetônicas, culturais e sociais. Em especial, a cidade de Manaus, no estado do Amazonas, tornou-se um centro cultural internacional, de onde o dinheiro da exploração da borracha fluía. Manaus, Belém (estado do Pará) e Porto Velho (estado de Rondônia) se tornaram a meca para os europeus que viam a Amazônia como um grande pote de ouro e riquezas jamais imagináveis¹⁰.

A Amazônia se transformou no maior polo de extração e exportação de látex do mundo, com uma produção de 2.673 toneladas¹¹. De 1855 a 1912 as exportações de borracha atingiram seu auge com a extração de 40.000 toneladas, tornando o Brasil o maior produtor e exportador do mundo. A capitalização da biodiversidade da Amazônia com a exploração da borracha, porém, não contabilizou os custos dos impactos sobre as populações indígenas – como mão de obra semiescrava, evangelização, e a ocupação de suas terras imemoriais. No final do século XIX, a pressão sobre os povos amazônicos também se deu com

7 <http://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-10.pdf>

8 <https://www.todamateria.com.br/ciclo-da-borracha/>

9 <https://www.todamateria.com.br/ciclo-da-borracha/>

10 <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclo-da-boorrracha>

11 http://www.biologico.sp.gov.br/uploads/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf

a migração dos nordestinos que fugiam da grande seca do nordeste e se tornavam mão de obra barata¹². Além dos ganhos, a atividade extrativista gerava borracha e riqueza, mas não trazia o bem estar ou o respeito às populações tradicionais e à floresta.

1.3.2 Ferrovia Madeira - Mamoré

A Amazônia marcada pela exploração sofreu um novo golpe em 1907, quando começou a construção da ferrovia Madeira - Mamoré com o objetivo de fazer a integração do seu território com o resto do mundo, aproveitando o sucesso da borracha e a sua comercialização no mercado mundial. O objetivo da construção dessa ferrovia, proposta pela Bolívia em 1846, para atravessar os estados do Amazonas e Rondônia, passando pela fronteira do Mato Grosso, seria o de fazer escoar pelos portos no oceano Atlântico, a borracha da porção da floresta brasileira e aquela extraída na Bolívia. Quando foi inaugurado o último trecho da ferrovia, em 1912, já era tarde demais. O boom econômico cessara, com os preços do látex em queda devido à concorrência da Malásia que passara a plantar seringueiras com sementes contrabandeadas do Brasil.¹³

Desafiando a força humana e a ganância, a floresta Amazônica resistia bravamente. O clima que provocava chuvas torrenciais e a destruição de aterros, pontes e trilhos, dificultava o progresso das obras e provocava atrasos. O escoamento, tanto do látex como de outros produtos extrativistas, só foi possível com a construção de outras duas ferrovias, uma no Chile e outra na Argentina, que facilitaram o acesso à recém inaugurada passagem pelo Canal do Panamá, em 1914. Foram construídos 364 km da ferrovia Madeira - Mamoré que funcionou até a década de 1930 e foi desativada totalmente em 1972, com a inauguração da Rodovia Transamazônica, outra grande obra que levou adiante a saga da exploração indiscriminada da Amazônia¹⁴.

1.3.3 Rodovia Transamazônica, BR-240 – “Integrar para não entregar”

O ciclo integracionista iniciado nos anos 1960, pela ditadura brasileira, tinha como objetivo a ocupação do território para integrar a região Amazônica ao

12 <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/ciclo-da-borracha>

13 [https://www.infopedia.pt/\\$exploracao-e-comercio-da-borracha-no-brasil](https://www.infopedia.pt/$exploracao-e-comercio-da-borracha-no-brasil)

14 https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha, [https://www.infopedia.pt/\\$exploracao-e-comercio-da-borracha-no-brasil](https://www.infopedia.pt/$exploracao-e-comercio-da-borracha-no-brasil)

restante do Brasil. O vazio demográfico, no enfoque dos governos da época, significava vulnerabilidade do território à cobiça internacional. Os militares tomaram a decisão de que seria preciso incorporar a exploração da Amazônia à economia para integra-la ao desenvolvimento do Brasil. A ditadura determinou, então, a construção de rodovias, a implantação de projetos de colonização agrícola, o desenvolvimento da agropecuária e da infraestrutura para levar a floresta à modernidade¹⁵. O lema era “Integrar para não Entregar”¹⁶.

O lema “Integrar para não Entregar” resultou em dados impressionantes que mostram a aceleração da ocupação da Amazônia que, entre 1970 e 1991, pulou de 4 milhões de pessoas para 10 milhões; a pecuária passou de 1,7 milhões de cabeças para 17 milhões. O PIB da região que era cerca de US\$1 bilhão ao ano alcançou US\$25 bilhões ao ano. Ainda, os dados do IPAM de 2000 mostram que todo esse crescimento acelerado não fez melhorar os índices de analfabetismo e renda da população. Infelizmente, não foi possível encontrar estudos que dimensionassem em números atualizados as consequências negativas para os povos indígenas, populações tradicionais e biodiversidade da região Amazônica. A ocupação regional pelo setor agropecuário, a extração de madeira ilegal, a mineração, as hidrelétricas levaram à construção das rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá - Santarém (BR-163), a Belém-Brasília, outras estradas estaduais e a ferrovia Madeira - Mamoré. **Com essa malha iniciada no início do século XX, a migração para o Pará, principalmente na bacia hidrográfica do Tapajós, criou impactos imensuráveis para a floresta e, paralelamente, a exploração dos recursos naturais foi corroendo todo o território.**

FOTO: THOMAZ PEDRO



A construção de infra-estrutura para facilitar a extração de recursos tem uma longa história no Brasil.

15 IPAM, 2000

16 https://www.researchgate.net/publication/342322623_TRANSAMAZONICA_INTEGRAR_PARA_NAO_ENTREGAR

É impossível entender a história completa da exploração da Amazônia, sem mencionar o agravamento dos impactos ambientais e sociais impostos pela ditadura militar brasileira no período de 1964 até 1985, e seu projeto de integração com o resto do Brasil. Sob uma preocupação com a proteção estratégica do território e com o objetivo de estabelecer uma saída geograficamente impossível pelo Pacífico, para escoar a produção brasileira, a rodovia Transamazônica, BR-230, começou a ser construída. Ela impulsionou a ocupação da floresta, a pressão sobre as terras indígenas, o genocídio, a aceleração do desmatamento e a retirada de madeira ilegal para expandir o agronegócio e a produção de commodities. A Transamazônica não chegou ao Pacífico, mas a construção deixou sequelas na Amazônia.

A construção da Transamazônica se deu no período entre 1969 a 1974 pelo governo do General Emílio Garrastazu Médici, no auge da repressão à liberdade democrática. Com 4.260 km construídos e 1.200 km inacabados, a Transamazônica foi inaugurada em 1972, ligando a cidade de Cabedelo, no litoral do estado da Paraíba (nordeste do Brasil) à cidade de Lábrea, no estado do Amazonas, passando pelo estado do Pará, margeando o rio Tapajós e terras Munduruku. Ao atravessar a Amazônia, sete estados brasileiros e cortar 63 municípios, a Transamazônica impactou três ecossistemas¹⁷: a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga.

1.3.4 A Cuiabá-Santarém, BR-163

A rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, que percorre o sentido sul/norte da Amazônia é da mesma época da Transamazônica. Quando começou a ser construída, em 1971, tinha como objetivo escoar toda a produção agropecuária de Mato Grosso. Atualmente, passam por ela 70% da produção do estado Mato Grosso. Com seus 1764 km liga a capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, à cidade de Santarém, às margens do rio Tapajós, no estado do Pará. Com essa rota aberta para escoar a produção de grãos, o norte do estado de Mato Grosso recebeu milhares de colonos¹⁸ do sul e sudeste do Brasil, em programas de assentamentos

17 <https://radios.etc.com.br/revista-brasil/edicao/2015-10/transamazonica-ja-se-passaram-45-anos-desde-o-inicio-da-construcao>

18 https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?2866

agrários criados pelo governo federal. A expansão do agronegócio em direção à floresta amazônica teve início com a ocupação das margens da rodovia BR-163 no formato de “espinha de peixe” ao longo do seu traçado, até o rio Tapajós, no Pará.

Nos anos 1970 o Batalhão de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro (BEC) começou as obras de implantação da Cuiabá - Santarém, BR-163. **Projetos de assentamentos agrários e ocupação irregular marcaram a degradação da região ao longo da rodovia e com eles a retirada de madeira ilegal e os incêndios criminosos para abertura de pastagens.** Outra cicatriz na Amazônia, a rodovia Cuiabá - Santarém, BR-163 é a linha guia para a construção da EF-170, Ferrogrão, que está em processo de licenciamento. Atualmente, o processo de licenciamento foi interrompido por indícios de irregularidades nos estudos estruturais e ambientais e que estão sendo analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

FOTO: THOMAZ PEDRO



Como efeito direto ou indireto da construção de estradas, o desmatamento tem aumentado drasticamente na Amazônia brasileira.

Dos 1764 quilômetros da rodovia Cuiabá - Santarém (BR-163), 781 quilômetros que vão até a divisa de Mato Grosso, estão totalmente pavimentados e grande parte já está duplicada. Só em 2020 foi concluída a pavimentação do último trecho no estado do Pará, para dar acesso ao porto de Miritituba, no rio Tapajós. A BR-163 pavimentada visa facilitar as obras de construção da Ferrogrão que segue um traçado paralelo. **A Ferrogrão, se construída nesse traçado, vai atravessar o Parque Nacional do Jamanxim, na bacia hidrográ-**

fica do rio Tapajós, que teve seus limites alterados pelo governo da presidente Dilma Rousseff, em 2016, com o fim de viabilizar o traçado e a construção da Ferrogrão.¹⁹

1.4 Projeto Ferroviário e Hidroviário Planejado na Tapajós

Este capítulo explica em detalhes os diferentes projetos de infraestrutura planejados no Tapajós.

1.4.1 A Ferrogrão

O projeto da ferrovia EF-170, a Ferrogrão, prevê a construção de uma ferrovia com 933 quilômetros, paralelos à rodovia BR-163 que já atravessa o Parque Nacional do Jamaxim. Ela terá ramais para Santarenzinho e Itapacurá (32,3 km e 11 km de extensão, respectivamente), e prazo de concessão de 69 anos²⁰. **Foi a rodovia BR-163 que levou à maior ocupação ilegal, comércio de madeira ilegal, garimpo ilegal e grilagem de terras na região do Tapajós. Além do leito da Ferrogrão, para escoar os grãos do norte do Mato Grosso, estão previstos a construção de 54 pátios de carga e descarga.**²¹ O projeto do governo brasileiro é licitar a ferrovia EF-170, Ferrogrão, ainda em 2021, para viabilizar a expansão já acelerada do agronegócio sobre a Amazônia Legal. **Some-se a isso o agravamento dos impactos em 19 terras indígenas na bacia do rio Tapajós e sub-bacias de seus afluentes e em unidades de conservação.** Grandes empresas internacionais e nacionais, já se compõem em consórcios para concorrer na licitação da obra estimada, atualmente, em R\$ 15 bilhões (o governo já estima disponibilizar R\$ 2,2 bilhões para à futura concessionária, em recursos da União, para bancar os chamados „riscos não gerenciáveis“ do empreendimento²²).

19 <https://www.correiocidadania.com.br/columnistas/telma-monteiro/13000-ferrograo-consolidando-a-invasao-da-amazonia-parte-1>

20 <https://ecoa.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20a-Carta-de-Infraestrutura-23.04.2021.pdf>

21 <https://www.correiocidadania.com.br/columnistas/telma-monteiro/13000-ferrograo-consolidando-a-invasao-da-amazonia-parte-1>

22 <https://www.udop.com.br/noticia/2020/12/08/governo-poe-ate-r-2-2-bi-na-ferrograo-para-reduzir-risco.html>

Entre os dias 30 de julho a 7 de agosto de 2020, foram realizadas reuniões virtuais com potenciais investidores e financiadores da Ferrogrão (EF-170). Representando o governo brasileiro estavam: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, SPPI, da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura (SFPP/MINFRA), Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT/MINFRA), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Empresa de Planejamento e Logística – EPL e da Casa Civil da Presidência da República. As empresas investidoras e financiadoras interessadas na Ferrogrão eram: Pátria Investimentos, New Development Bank – NDB, VLI S.A., Salini Impregilo + Banca Intesa + Sace, Sacyr Construccion S.A., Bradesco BBI, Sumitomo Corporation, CCR S.A., CCC – China Communications Construction Company, China Railway Group (Crec10), CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, Santander, BNDES, Opportunity, Banco do Brasil, EDLP.²³

Dois dados importantes sobre o processo da Ferrogrão (EF-170) merecem atenção especial. Um se refere ao Programa de Parcerias em Investimentos (PPI), criado pelo governo federal para coordenar e definir os empreendimentos de infraestrutura e suas políticas de investimentos e parcerias. As reuniões (mencionadas acima) com potenciais investidores e financiadores foram realizadas com o fim de obter o feedback para orientar o processo de licenciamento e a licitação da ferrovia. Entre os pontos preocupantes elencados que podem criar riscos financeiros e de imagem aos interessados estão as questões ambientais como: (a) até onde vai a responsabilidade do investidor sobre os passivos ambientais pré-existentes apontados nos estudos; (b) os riscos que a demora na tramitação das questões fundiárias e a liberação das áreas podem causar aos investidores; (c) riscos de responsabilidade com relação aos custos do processo de licenciamento ambiental, condicionantes; (d) riscos de imagem decorrentes das estratégias de consultas aos povos indígenas, em especial de duas comunidades diretamente impactadas, em Itaituba, e outras a menos de 40 quilômetros do empreendimento, conforme a convenção 169 da OIT; (e) riscos de judicialização das discussões ambientais durante a obtenção das licenças; (f) riscos sobre possíveis alterações climatológicas apresentados nos estudos.

23 Resumo Executivo Ferrogrão 2020, PPI – Programa de Parcerias e Investimentos, Road Show Ferrogrão 2020, disponível em: https://www.ppi.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=8046

O processo de implantação da Ferrogrão (EF-170) teve início em 2014 e em 2017 foi realizada Audiência Pública para obter contribuições e manifestações sobre os Estudos Técnicos e Documentos Jurídicos. Entre as várias contribuições, na Audiência Pública, a questão socioambiental e cultural da Ferrogrão (EF-170) foi mencionada, em especial: a necessidade de consultas aos povos indígenas, comunidades tradicionais e municípios ao longo do traçado e o estudo de impacto ambiental antes da licitação e outorga da ferrovia. Somente com os estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA) é possível que os povos afetados possam ter a dimensão dos impactos que os afetarão²⁴. Essa solicitação, no entanto, foi rejeitada por análise de mérito, sob a alegação de que os estudos podem ser realizados depois da licitação, e a oitiva dos povos indígenas obedecerá à sequência.

O consórcio EDLP

O consórcio EDLP – Estação da Luz Participações Ltda. – realizou os estudos da Ferrogrão (EF-170). O diretor presidente da EDLP é Guilherme Quintella, representante das maiores empresas do agronegócio brasileiro. As tradings Amaggi, ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e EDLP são as sócias que custearam os estudos técnicos e de diagnóstico ambiental da ferrovia, para a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). O principal objetivo da Ferrogrão (EF-170) é de escoar os grãos (milho, soja e farelo de soja) através do corredor do centro-norte do Mato Grosso em direção ao norte do Brasil. Para isso estão previstos terminais de carga e transbordo em Miritituba (PA), às margens do rio Tapajós, com o apoio logístico da rodovia BR-163 e do sistema hidroviário com portos em Santarém (PA) e Santana (AP). **O traçado da Ferrogrão, paralelo à rodovia BR-163, passa pela Reserva Garimpeira do Tapajós e Unidades de Conservação criadas em 1983. Nessa região encontra-se a Província Mineral do Tapajós muito mais rica em ouro do que o maior garimpo da história do Brasil, Serra Pelada, na serra dos Carajás²⁵.** A estrada de ferro servirá também para impulsionar a exploração minerária na Amazônia, considerando-se a facilidade de escoamento pela ferrovia para os portos brasileiros.²⁶

24 <https://participantt.antt.gov.br/Site/AudienciaPublica/VisualizarAvisoAudienciaPublica.aspx?CodigoAudiencia=176>

25 <https://www.todamateria.com.br/serra-pelada/>

26 https://www.jornalcomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_logistica/2019/01/664510-governo-federal-quer-apressar-licitacao-da-ferrograo.html

Lacunas das licenças ambientais

A Ferrogrão não vai poupar as Terras Indígenas no seu traçado, nem Unidades de Conservação (UCs). As 19 Terras Indígenas (TIs) estão demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em processos em que vão de declaradas, delimitadas, regularizadas, homologadas, encaminhadas e em estudo. A Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011, diz que é preciso respeitar uma distância mínima de 10 km das Terras Indígenas, na Amazônia Legal, para construir empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental. Também é sabida a importância biológica das UCs e como os recursos dos ecossistemas amazônicos mantêm economicamente os indígenas e as comunidades tradicionais. Os próprios estudos preliminares apontaram a importância da diversidade biológica e das riquezas naturais das regiões a serem atravessadas pela Ferrogrão. No entanto, os estudos para construir a ferrovia desconsideraram a importância de áreas protegidas de grande relevância biológica na região, mesmo que elas já tenham sido castigadas pela intervenção da rodovia BR-163. Os impactos da implantação e operação da ferrovia estão minimizados nos estudos do processo de licenciamento. **A existência de populações e atividades agropecuárias, extração de madeiras e caça na região foram considerados pré-requisitos para a aprovação da construção da ferrovia que ameaçará terras indígenas e UCs.**²⁷

O traçado aprovado da ferrovia

O traçado da Ferrogrão passa por uma paisagem exuberante, em que a floresta Amazônica e o Cerrado se entrelaçam e se fundem nas áreas de transição, resultando numa riqueza natural inimaginável. O centro-norte do estado do Mato Grosso, de onde pretende partir a Ferrogrão, já é altamente produtivo em soja que avança, ano a ano, em larga escala, para engolir as bordas da Amazônia. Os estudos preliminares²⁸ da Ferrogrão dão uma percepção errônea de que a existência da Amazônia Legal é um “problema” por ocupar mais da metade do território nacional. Tanto os ruralistas, como o setor minerário fizeram lobbies pela flexibilização da legislação ambiental brasileira – PL 3.729/2004 – que tramita no Congresso Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados, e que pode ser votado pelo Senado Federal a qualquer momento. Se o PL 3.729/2004 for aprovado, vai permitir o avanço mais acelerado do desmatamento na

27 <https://www.correiocidadania.com.br/colonistas/telma-monteiro/13149-terras-indigenas-unidades-de-conservacao-e-a-sobrevivencia-da-amazonia-no-caminho-da-ferrograo-3>

28 FERROGRÃO - Estudos Preliminares, Concessão da EF -170: SINOP/MT – ITAITUBA/PA - ANTT - Local: Brasília
Data: 24/04/2018

Amazônia Legal, em especial da exploração mineral na bacia hidrográfica do Tapajós. Embora as alterações no bioma já tenham sido expressivas, principalmente entre a rodovia BR-163 e a bacia do rio Iriri, na região conhecida como Terra do Meio, os estudos preliminares do projeto da Ferrogrão consideram que há apenas uma “exploração seletiva de madeira”²⁹.

Brasil como maior produtor do mundo e parceiros comerciais do Brasil

A exigência feita ao Brasil pela União Europeia³⁰, com risco de boicote, para que o Brasil garanta que as commodities agrícolas não sejam produzidas em áreas de desmatamento ilegal, não está surtindo efeito. **A Ferrogrão (EF-170) se tornou prioridade para o governo brasileiro com o fim de ampliar o avanço do agronegócio e o escoamento das commodities para os portos do chamado Arco Norte**³¹. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de soja, ultrapassando o EUA. Nos últimos 25 anos o país se consolidou como um player global do agronegócio, produzindo e exportando soja, milho, celulose, café, carne bovina e de frango, açúcar e suco de laranja. A construção da Ferrogrão e a conclusão da pavimentação da BR-163 são programas de infraestrutura considerados importantes para melhorar a logística de escoamento das commodities que saem do Centro-Oeste em direção ao Pará para atingir o Atlântico. É cada vez maior a pressão do agro sobre os projetos de logística que passam sobre a Amazônia, mesmo com a ameaça de boicote da UE. Para se ter uma ideia, o Brasil, mesmo com a pandemia da COVID-19, no ano de 2020 bateu o recorde nas exportações, superando 10 bilhões de dólares em um único mês.³² Ao mesmo tempo, o governo brasileiro reduziu os recursos destinados à preservação da Amazônia como: compra de equipamentos, treinamento de brigadistas, aumento do contingente para fiscalizar as queimadas criminosas, combate ao garimpo ilegal em terras indígenas e ao desmatamento. Como houve o esvaziamento das principais funções de controle ambiental dos órgãos fiscalizadores, os biomas brasileiros, principalmente a Amazônia, ficaram re-féns da expansão descontrolada do agronegócio.

29 FERROGRÃO - Estudos Preliminares, Concessão da EF -170: SINOP/MT – ITAITUBA/PA - ANTT - Local: Brasília
Data: 24/04/2018

30 https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56996285?at_medium=custom7&at_custom3=BBC+Brasil&at_custom4=46DDE1B0-ADA9-11EB-9989-8DE915F31EAE&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_campaign=64&at_custom2=facebook_page&fbclid=IwAR2-3nvnd_WFTD0QLXcZP6ZCMTNtp3x1yMz1fe0i0XMckK4r2dWf_p-GZFhA

31 <https://www.portosenavios.com.br/noticias/navegacao-e-marinha/arco-norte-ampliou-participacao-no-escoamento-de-graos-em-2020-confirma-cna>

32 <https://www.dinheirorural.com.br/o-grao-brasileiro-de-5-bilhoes-de-dolares/>

Os grandes investidores chineses, no entanto, não estão preocupados com as origens das commodities brasileiras. A China é atualmente o principal parceiro comercial do Brasil e já planeja investir no macro desenvolvimento, em projetos de infraestrutura, tecnologia, logística e setor energético, além de importar commodities minerais e agrícolas, de grande parte da Amazônia. Apesar da preocupação dos grandes investidores globais com os compromissos para redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e desacelerar o desmatamento da Amazônia, a pressão sobre ela não diminuiu e ainda resultou num aumento nos últimos dois anos.

Quando o governo brasileiro planeja o aumento dos investimentos em logística em paralelo com a flexibilização da legislação ambiental e aceleração de licenças ambientais está jogando uma “bomba” diretamente para áreas protegidas como a Amazônia, o Cerrado, Unidades de Conservação e terras indígenas. A demanda da China cala mais profundamente no bolso do agronegócio descompromissado com as boas práticas impostas pela UE. A Ferrogrão (EF-170) é apenas um dos itens da proposta do Ministério de Infraestrutura, calcado no contexto macro de articulação de modais logísticos (ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos) para satisfazer as cadeias produtivas e as grandes empresas envolvidas. Os próprios estudos preliminares da Ferrogrão demonstram isso, quando se referem ao seu papel estruturante no escoamento da produção de milho, soja e farelo de soja. O Projeto de Integração Logística (PIL) classifica a ferrovia como “âncora indissociável” da [rodovia] BR-163.³³

1.4.2 Exploração energética na bacia hidrográfica do Tapajós

A construção das hidrelétricas nos rios Madeira, Teles Pires, Xingu, atingiram a Amazônia duramente, e a bacia hidrográfica do rio Tapajós está ameaçada pela construção de sete hidrelétricas.

As obras de infraestrutura planejadas e construídas na Amazônia levaram à redução de Unidades de Conservação, aos impactos em terras indígenas, à destruição da biodiversidade, à contaminação de lençóis freáticos, à remoção compulsória de populações tradicionais de seus habitats, à alteração

33 <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16309/4405>, <http://www.observatoriodoclima.eco.br/avanco-da-soja-em-areas-de-desmatamento-na-amazonia-e-o-maior-em-cinco-anos/>, <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16309/4405>

dos regimes dos rios, à contaminação de igarapés, e à diminuição da pesca de subsistência.

A exploração energética com os projetos e construções de hidrelétricas na bacia hidrográfica do Tapajós e seus afluentes, em especial, nos rios Tapajós e Jamanxim, poderá ser retomada pelo governo federal do Brasil depois de 2030, já que atualmente, não consta do Plano Decenal de Energia (PDE 2030) no decênio 2020-2030. Estavam previstos sete aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Tapajós e o maior é a Usina Hidrelétrica (UHE) São Luiz do Tapajós, no município de Itaituba, no estado do Pará, que está arquivado. **O projeto da Ferrogrão (EF-170) depende de dragagens para o desassoreamento do rio Tapajós e construção infraestrutura portuária no trecho do porto de Miritituba até Santarém, para garantir a integração desse conjunto multimodal para escoar a produção agrícola do Centro-Oeste para o porto de Roterdã e a China.**³⁴

Essa integração modal ferroviária-hidroviária-rodoviária tem por objetivo suprir a demanda cada vez maior de exportação de commodities agrícolas produzidas em áreas desmatadas da floresta e, ainda, concluir o processo de integração da Amazônia proposto nos anos 1960, durante os governos militares. **Os povos indígenas que sofrerão os impactos da construção da Ferrogrão, ainda não foram consultados em relação a nenhum dos projetos propostos.** A exploração dessa região será exponencialmente agravada devido à ocupação induzida pelo conjunto de obras e interferências. Basta apenas a divulgação dos projetos, sejam hidrelétricos ou ferroviários, para que a fluência migratória se transforme num êxodo que carrega consigo a grilagem de terras, a exploração mineral ilegal, a violência e o desmatamento. O Parque Nacional do Jamanxim, unidade de conservação criada em 2006, sofre os impactos da BR-163 desde que a rodovia rasgou a floresta, nos anos 1970. A importância dessa UC é tanta que ela é considerada uma “unidade-corredor”, pois liga o mosaico de UCs do Tapajós ao mosaico de UCs do Xingu. São mais de 17 milhões de hectares de áreas federais protegidas.³⁵

³⁴ https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_logistica/2019/01/664510-governo-federal-quer-apressar-licitacao-da-ferrograo.html

³⁵ https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_logistica/2019/01/664510-governo-federal-quer-apressar-licitacao-da-ferrograo.html

Os estudos ambientais produzidos pelos desenvolvedores da Ferrogrão não revelaram a real importância dos impactos socioambientais sobre o Parque Nacional do Jamanxim. Descrevem que a região já tem muitos conflitos fundiários e pressão antrópica, com desmatamentos e grilagens de terras, sugerindo que esses problemas, já existentes, justificariam os impactos provocados pela ferrovia. O asfaltamento da BR-163 já foi concluído e com ele veio o aumento do tráfego e mais pressão antrópica, na região do Parque Nacional do Jamanxim.

A Amazônia corre perigo, mais uma vez, com o possível licenciamento da Ferrogrão (EF-170) dentro de uma UC e próxima a terras indígenas. O agravamento dos impactos será iminente uma vez que se assiste a desconstrução do arcabouço ambiental brasileiro promovido pelo governo federal e pelo Ministério do Meio Ambiente. Novas áreas serão desmatadas por grileiros para dar lugar ao agronegócio, que é o único e exclusivo beneficiário da ferrovia. A exploração minerária legal e ilegal, virá na esteira e se intensificará, aumentando ainda mais a pressão sobre a Amazônia. A região pela qual passa a rodovia BR-163 e o traçado paralelo do projeto da Ferrogrão estão na bacia hidrográfica do Tapajós e nas sub-bacias dos seus afluentes.

1.4.3 A bacia hidrográfica do Tapajós

A bacia hidrográfica do Tapajós e as sub-bacias de seus afluentes estão contidas em dois biomas brasileiros; Amazônia e Cerrado, e em dois estados; Pará e parte do Mato Grosso. A porção da bacia que está no bioma Amazônia é recoberta por uma floresta tropical classificada como densa de alta precipitação e solo infértil, mas é depositária de uma biodiversidade riquíssima. A porção que está no bioma do Cerrado é considerada uma savana endêmica e com a maior biodiversidade do mundo e as duas porções juntas somam uma diversidade com mais de mil espécies de árvores e 1700 espécies de animais. A bacia do Tapajós tem 764.183 km², onde vivem 1.2000.000 pessoas (IBGE, 2010). Um dado (2013) mostra que 19% da bacia hidrográfica do Tapajós e das sub-bacias dos seus afluentes já tinham sido desmatados e, mais de 70% desse desmatamento, estão no estado do Mato Grosso, e poderão chegar ainda a 11 mil km².³⁶

A Medida Provisória - MP nº 558 foi editada em janeiro de 2012, pela presidente Dilma Rousseff para alterar os limites dos Parques Nacionais da Amazônia,

36 <https://www.inputbrasil.org/regioes/bacia-do-tapajos/>

dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais Itaituba I e II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, com o objetivo de viabilizar, sem entraves ambientais, a construção das hidrelétricas no rio Tapajós. O processo de licenciamento das hidrelétricas na bacia hidrográfica do Tapajós teve início em 2012. Nesse mesmo ano a Funai, em ofício ao Ibama, mencionou a portaria nº 419 que estabelece que interferência em terras indígenas por construção de hidrelétricas devem obedecer uma distância mínima de 40 quilômetros, e acrescidos de 20 quilômetros se estiverem próximos a rios que contribuem com o reservatório.

FOTO: FÁBIO NASCIMENTO / GREENPEACE



Se a barragem de São Luiz do Tapajós for construída, seus impactos serão ainda piores do que os causados pela barragem de Belo Monte.

O rio Tapajós nasce da confluência de dois outros rios: o Teles Pires e o Jurueña. Os rios Tapajós e Jurueña e seus afluentes formam uma grande bacia hidrográfica com características especiais e muitas terras indígenas. A localização prevista para a construção da UHE São Luiz do Tapajós é próxima à cidade de Itaituba, no Pará. Nesse trecho do rio há um complexo belíssimo de cachoeiras que se perderá com as obras, se o licenciamento da hidrelétrica vier a ser desarquivado pelo Ibama. O processo de licenciamento ainda está arquivado a pedido da presidência do Ibama, conforme despacho de 05 de agosto de 2016.

A construção de uma megaestrutura, num rio que tem ao longo do seu curso unidades de conservação, terras indígenas e populações tradicionais, poderá causar impactos na mesma proporção que ocorreram na UHE Belo Monte, no rio Xingu. É importante não esquecer que há ainda o projeto de construir uma eclusa na hidrelétrica São Luiz do Tapajós para viabilizar a hidrovia do Tapajós até Jacareacanga, dentro do projeto de integração logística rodovia - ferrovia

- hidrovia. **Entre as áreas de proteção na região prevista para a construção da hidrelétrica, na margem esquerda do rio, está o Parque Nacional da Amazônia; outro exemplo é a terra indígena Sawré Muybu, localizada na área de influência direta do empreendimento,** um dos principais motivos para o arquivamento do processo de licenciamento ambiental.³⁷

Para ilustração, se o projeto original da UHE São Luiz do Tapajós fosse desarquivado (não está previsto até 2030 conforme o PDE 2030), seria mais um monstro na Amazônia com números espantosos: 7.608 m de extensão total da barragem (mais de sete quilômetros e meio), no sentido diagonal do rio; área de 729 km² que ficará permanentemente inundada; reservatório que terá 123 km de extensão; 850 mil toneladas de cimento e 208 mil toneladas de aço; 22 milhões de m³ de rochas escavadas. Belo Monte perderia o status de pior hidrelétrica no Brasil, se São Luiz do Tapajós fosse ressuscitada.

Toda essa possível interferência na bacia hidrográfica do Tapajós poderá acontecer no maior distrito aurífero do mundo³⁸.

1.5. A mineração na esteira de futuros projetos hidrelétricos

No território da bacia hidrográfica do Tapajós está inserida a chamada Província Mineral do Tapajós (PMT)³⁹, com 100 mil quilômetros quadrados, considerada uma das maiores áreas de mineração e o maior distrito aurífero do mundo. Empresas nacionais e internacionais estão articuladas para explorar e expropriar, com o aval do Estado brasileiro, o potencial de riqueza, mesmo no interior das terras indígenas. O ouro na região foi descoberto no início de 1950 e a sua exploração por garimpeiros tem sido constante ao longo dos últimos 50 anos.

„A Brazilian Gold pretende usar os recursos da venda para avançar no desenvolvimento de seus projetos na região Norte, onde detém oito áreas na província mineral do Tapajós e duas na província aurífera de Alta Floresta, nas imediações do Tapajós“⁴⁰.

37 <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/595417-a-destruicao-da-soberania-brasileira-e-a-debacle-de-agendas-ambientais-nunca-vista-na-historia-entrevista-especial-com-telma-monteiro>

38 <https://www.telmadmonteiro.com/2011/08/complexo-tapajos-estaria-no-maior.html>

39 <https://www.telmadmonteiro.com/2011/08/complexo-tapajos-estaria-no-maior.html>

40 <https://agego.org.br/sobre-a-agego/>

Estima-se que tenham saído da PMT – oficial e ilegalmente – até hoje, cerca de 800 t de ouro, equivalente a 16 vezes a produção total de Serra Pelada⁴¹. Isso significaria perto de US\$ 2 bilhões, mas nos números oficiais só constam a produção, até 2006, de aproximadamente 194 t⁴². Há presença maciça de garimpos na região, confirmados pela quantidade de pistas de pouso - 300 no Tapajós, 170 em Parima e 185 em Alta Floresta. O Projeto Província Mineral do Tapajós – Projeto PROMIN-TAPAJÓS – foi criado em 1995 para buscar um nível confiável de conhecimento geológico e incentivar a pesquisa de depósitos de ouro e novos empreendimentos. O ouro e os projetos hidrelétricos nos rios Tapajós e Jamanxim estão sobre a província mineral. A extração de minério, garimpo do ouro e as novas concessões de direitos minerários trarão consigo outro ciclo de exploração madeireira. Novos impactos atingirão os territórios indígenas⁴³.

FOTO: FÁBIO NASCIMENTO / GREENPEACE



Desde os anos 50, o ouro tem sido explorado na região do Tapajós – com impactos devastadores sobre o meio ambiente.

41 Serra Pelada foi o maior garimpo do Brasil cuja exploração se deu principalmente de 1980 a 1983.

42 <http://www.valedoxingu.com.br/?pg=noticia&id=1274>

43 <https://www.telmadmonteiro.com/2011/08/complexo-tapajos-estaria-no-maior.html>

Na outra ponta, a extração vegetal do açaí e da castanha-do-pará que ocorre em todos os municípios da bacia hidrográfica do Tapajós, com destaque para Santarém e Jacareacanga estará ameaçada. A possível construção de hidrelétricas não corrigirá essas deficiências e não conduzirá ao desenvolvimento sustentável da região. O extrativismo mineral clandestino continua num ritmo acelerado. Também não há fiscalização da garimpagem livre do ouro nos rios dentro ou fora das terras indígenas. Mineração ilegal é caminho certo na direção da degradação ambiental e da contaminação dos recursos hídricos por mercúrio. No Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) tramitam 17.408 processos minerários em análise, a caminho da exploração. Os municípios da região da bacia do rio Tapajós foram recompensados com a riqueza natural das reservas florestais e minerais, recursos hídricos, estoque pesqueiro, exuberância cênica e vocação turística. O governo acredita que para agregar valor aos produtos primários da região e fortalecer a economia local e regional deve estimular um desenvolvimento artificial. As prioridades têm sido o incentivo à exploração do potencial hidrelétrico com um conjunto de usinas nos rios Tapajós e Teles Pires e Juruena⁴⁴.

Grandes grupos de empresas mineradoras, incentivados pelas facilidades já concedidas pelo governo federal aos projetos hidrelétricos na Amazônia – usinas do Madeira e Belo Monte, já disputam espaço na exploração das reservas minerais. De olho nessa riqueza, se prepara a abertura das terras indígenas à mineração com um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados⁴⁵. Empresas nacionais e internacionais pretendem aumentar sua capacidade de produção explorando as terras indígenas. Aumenta a demanda global por recursos minerais.

A Ferrogrão, as usinas hidrelétricas do Tapajós e a hidrovía, se construídas, vão agravar a ocupação da região e dar força, também, ao avanço da fronteira agrícola sobre os ecossistemas. A escolha do governo em priorizar a construção de grandes e pequenas hidrelétricas tem o objetivo de favorecer o agronegócio, a exportação de commodities agrícolas, a mineração e induzir a industrialização na região.

44 <https://www.telmadmonteiro.com/2011/08/complexo-tapajos-estaria-no-maior.html>

45 PL 5.265/2009 Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas e dá outras providências

O projeto logístico da Ferrogrão (EF-170) é predatório e vai servir só para facilitar o escoamento da produção agropecuária e minerária. Já no governo anterior foi excluída qualquer possibilidade de consulta aos povos indígenas. O setor das indústrias eletrointensivas pressiona a construção de complexos hidrelétricos na região da bacia do Tapajós e esse pode ser um fator determinante para a retomada dos projetos. Em Juruti, extremo oeste do Pará, a Alcoa teve aprovada a licença de instalação de mineração de bauxita para construir uma planta de beneficiamento – intensivo em energia elétrica, um porto fluvial e uma ferrovia. Grandes indústrias cujo principal insumo é a energia buscam locais em que há planos de construção de usinas hidrelétricas. A implantação dessas indústrias traz impactos significativos às regiões onde se instalam. Com os projetos vem o aumento das receitas dos municípios, mas traz consigo a migração, a pressão sobre a infraestrutura, serviços públicos, recursos naturais e o recrudescimento dos conflitos fundiários.

1.6 Exploração de territórios indígenas

O PDAC ou Prospectors & Developers Association of Canada realizou no Canadá três eventos de mineração, em 2019, 2020 e 2021, em que o Brasil foi a “joia da coroa”. O governo brasileiro fez convite às multinacionais para mineração em terras indígenas. Em 2020, apresentou o “Brazilian Mining Day” e em 2021 apresentou seu projeto de desregulamentação e flexibilização da legislação ambiental brasileira e ofereceu financiamentos do governo para atrair grandes mineradoras. Foram ofertadas, até 2022, 35 mil áreas e oito blocos para pesquisa mineral e áreas da província mineral do Tapajós⁴⁶. O norte de Mato Grosso e o sul do Pará foram ofertados ainda “boas surpresas” para os investidores com áreas na província mineral de Alta Floresta, na região dos rios Juruena e Teles Pires, rica em ouro, cobre, chumbo e zinco e detém “o maior número de áreas em exploração por hectare no país”⁴⁷.

Os números apresentados pelo Observatório da Mineração⁴⁸ sobre os garimpos ilegais na Amazônia são impressionantes: 2576 focos de garimpo ilegal que impactam 17% das áreas protegidas e 10% das terras indígenas. **A bacia do Tapajós tem a maior área de mineração ilegal do Brasil, com 4.700 pontos de**

46 <https://observatoriodaminerao.com.br/brasil-aposta-tudo-no-maior-evento-de-mineracao-do-mundo/>

47 <https://observatoriodaminerao.com.br/brasil-aposta-tudo-no-maior-evento-de-mineracao-do-mundo/>

48 <https://observatoriodaminerao.com.br/brasil-aposta-tudo-no-maior-evento-de-mineracao-do-mundo/>



A exploração dos recursos naturais está sendo realizada em territórios indígenas, ao mesmo tempo em que tem um verdadeiro impacto sobre a saúde e o bem-estar das comunidades.

garimpo, afetados em 2020 por imagens de satélite. O aumento do desmatamento em territórios indígenas na Amazônia chegou a 23% (dados de 2020) segundo o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter). É impossível desconsiderar as ameaças para a Amazônia com a extração do ouro, que serão agravadas pela iminência da construção da Ferrogrão. Atualmente já são 3,8 milhões de hectares de Unidades de Conservação e 2,4 milhões de hectares de Terras Indígenas ameaçadas pela mineração de ouro e o mais grave, a presença do mercúrio⁴⁹ na região da bacia do Tapajós causou uma exposição crônica dos indígenas Munduruku, segundo o Imazon. Tanto o agronegócio como a extração de ouro influenciam a extração de madeira e o desmatamento; a alta do preço do ouro em 40% e o aumento na exportação de carne para a China elevaram os índices de desmatamento e em consequência o número de garimpos⁵⁰.

49 <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/pesquisa-indica-exposicao-cronica-de-indigenas-munduruku-ao-mercúrio-na-regiao-da-bacia-do-tapajós/>

50 <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/destruicao-avanca-no-territorio-munduruku>

1.7 O contexto da Amazônia sob o governo Bolsonaro

O primeiro ano, 2019, da administração do presidente Jair Bolsonaro se configurou, principalmente, com o desmanche do Ministério do Meio Ambiente. Bolsonaro já manifestara, durante a campanha à presidência, seu desejo de extinguir o Ministério do Meio Ambiente. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) foi uma conquista da Constituição Federal de 1988. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, escolhido pelo presidente, acabou com o equilíbrio do Conama, diminuindo a participação da sociedade civil e reforçando o setor empresarial, agências governamentais e a política imposta pelos interesses financeiros e econômicos.

Jair Bolsonaro demitiu o diretor do INPE, Ricardo Galvão, porque ele ousou divulgar dados de julho de 2019, do aumento do desmatamento na Amazônia. A estrutura do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) foi desmontada por Salles, que reduziu os recursos para o combate aos incêndios e ao desmatamento na Amazônia. O combate às queimadas foi insuficiente devido à falta de recursos, e a Amazônia ardeu como nunca⁵¹, sem as equipes treinadas do Ibama. **A maior porção da Amazônia está no território brasileiro e o que acontecer com ela pode se refletir também nos demais países amazônicos. O equilíbrio do clima mundial depende da manutenção e preservação da Amazônia, do combate ao desmatamento e às queimadas.** Mas os olhares do mundo estão voltados para o trato não só da floresta como dos povos indígenas e suas terras que nunca estiveram tão ameaçados. Como foi demonstrado neste texto inicial, grandes empresas e investidores nacionais e internacionais têm interesses ligados ao agronegócio e potenciais investidores no projeto da Ferrogrão.

No próximo capítulo será possível ter uma visão detalhada e os dados que indicam o interesse de bancos e empresas internacionais.

⁵¹ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/10/11/queimadas-no-amazonas-em-2020-superam-recorde-de-2005-e-registram-maior-numero-da-historia.ghtml>

2 Estudo Financeiro

2.1 Introdução

Este capítulo descreve a estrutura do projeto, o status do projeto e o financiamento das partes interessadas de dois grandes projetos brasileiros de infraestrutura na região amazônica:

- **Ferrogrão;**
- **Complexo Hidrelétrico do Tapajós e Hidrovia do Tapajós**

Como os dois projetos ainda estão em fase preparatória, não se conhecem os participantes do projeto e ainda não se obteve o financiamento direto. Então, foram identificadas as partes interessadas em participar nos projetos. Além disso, foi pesquisado a respeito do financiamento desses potenciais interessados no projeto. Financiadores prévios e atuais dos potenciais interessados são bons candidatos para fornecer financiamento uma vez que participem do projeto e, portanto, são considerados como potenciais financiadores (veja Figura 1). A metodologia de pesquisa está descrita no anexo (p. 172).

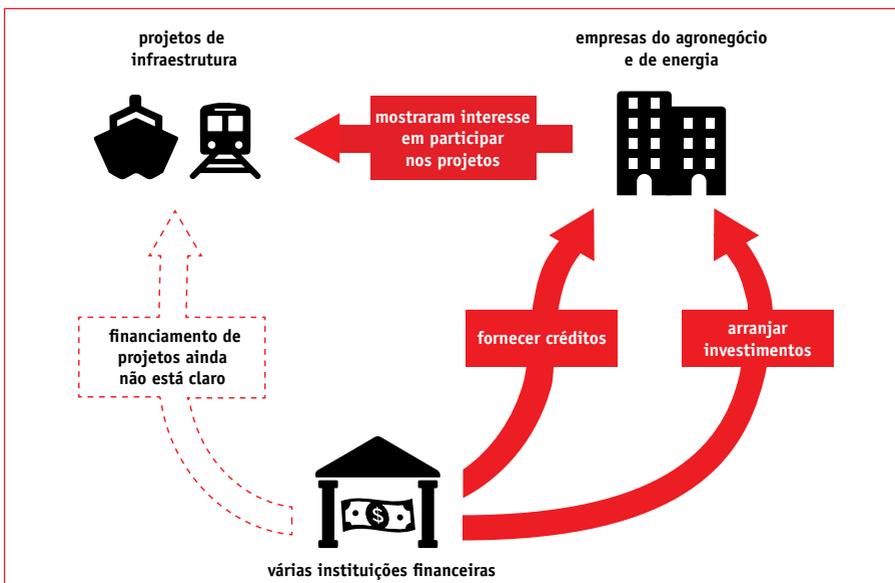


Figure 1: Situação atual do financiamento de projetos (simplificado)

O financiamento dos potenciais interessados pode ser obtido ou por meio de crédito ou investimento. Os credores fornecem crédito a uma empresa na forma de empréstimo ou serviço de subscrição. Os investidores investem em obrigações ou ações de uma determinada empresa. Como detentor de obrigações, o investidor possui um papel negociável (obrigação) com uma data de reembolso geralmente fixa. Como acionista, o investidor possui parte de uma determinada empresa por meio de ações negociáveis (veja Figura 2 e Anexo para obter informações mais detalhadas).

CRÉDITOS

empréstimos: credores emprestam dinheiro, seja a curto ou longo prazo

subscriver: os credores compram títulos com a intenção de vendê-los aos investidores

SUBSCRIÇÃO

obrigações: os investidores possuem um papel de valor negociável (obrigação) com normalmente uma data de pagamento fixa

ações: como acionista, o investidor possui uma parte de uma empresa através de ações negociáveis

Figura 2: Formas de créditos e investimentos

O assunto deste capítulo é o financiamento tanto por meio de crédito quanto por investimento. Nele descrevem-se os achados por projeto de infraestrutura selecionado. A seção 2.2 descreve a Ferrogrão, a seção 2.3 o Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós. Em cada seção, quatro sub seções descrevem o status do projeto, a estrutura do projeto, o financiamento direto e indireto e o financiamento dos potenciais interessados.

2.2. Ferrogrão

A Ferrogrão, ou projeto EF-170, é uma proposta de ferrovia de 933 km de Sinop (Mato Grosso) a Miritituba (Pará), conectando regiões de produção de soja a instalações portuárias no rio Amazonas (veja Figura 3). A ferrovia foi declarada como prioridade pelo governo¹ e é projetada para acompanhar a rodovia BR-163

¹ Pulitzer Center (2020, Agosto), "Ferrogrão, a Path of Illusion", online <https://pulitzercenter.org/blog/ferrograo-path-illusion>, visto em Fevereiro 2021.

já existente², mas com redução significativa do custo de transporte. Tornaria, portanto, a soja mais competitiva³. Estima-se que o projeto da Ferrogrão possa trazer um aumento de 70% na arrecadação anual de grãos em dez anos⁴. Devem ser transportadas por esta ferrovia 58 milhões de toneladas de grãos por ano⁵.

2.2.1 Status do projeto

O projeto foi selecionado para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em 2016. Em maio de 2020, a consulta pública foi concluída⁶. O PPI discutiu a concessão com futuros potenciais interessados em outubro de 2019 e agosto de 2020.⁷

Em julho de 2020, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou a concessão. O período de concessão foi fixado em 69 anos. A operação comercial está prevista para iniciar em 2029⁸.

Na época desta pesquisa, março de 2021, o status do projeto ainda consta como “em avaliação no TCU”. No âmbito deste procedimento, o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou a avaliação dos estudos apresentados por possíveis investidores e financiadores para o projeto no dia 10 de outubro de 2020⁹.

A área técnica do TCU publicou então um relatório parcial em janeiro de 2021.

2 PPI (2020), “Ferrovia EF-170 - MT / PA – Ferrogrão”, online <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>, visto em Fevereiro 2021.

3 Datamarnews (2019), “Indigenous community mobilizes against Ferrogrão Railway”, online <https://www.datamarnews.com/noticias/indigenous-community-mobilizes-against-ferrograo-railway/>, visto em Fevereiro 2021.

4 Datamarnews (2019), “Indigenous community mobilizes against Ferrogrão Railway”, online <https://www.datamarnews.com/noticias/indigenous-community-mobilizes-against-ferrograo-railway/>, visto em Fevereiro 2021.

5 Environmental Justice Atlas (2020), “Ferrogrão Railway Ferrovia EF-170, Mato Grosso – Para, Brazil”, online <https://ejatlas.org/conflict/planned-construction-of-ferrograo-railroad-to-boost-soy-exports-mato-grosso-para-brazil>, visto em Fevereiro 2021.

6 PPI (2020, Maio), Concessão da Ferrogrão, trecho Sinop, MT a Itaituba, PA, EF-170_MT_PA; ANTT (2020, 20 Outubro), “Audiência pública anexo”, <https://participantt.antt.gov.br/Site/AudienciaPublica/VisualizarAvisoAudienciaPublica.aspx?CodigoAudiencia=176>, visto em Fevereiro 2021.

7 PPI (2020, 21 Dezembro), Executive Summary Ferrogrão Roadshow 2020.; PPI (2020, 14 Julho), “Ferrogrão Roadshow (EF-170)”, <https://www.ppi.gov.br/roadshowferrograo>, visto em Fevereiro 2021.

8 IJGlobal (2020, 10 Julho), “Brazil approves Ferrogrão railway project”, online: <https://ijglobal.com/articles/148638/brazil-approves-ferrograo-railway-project>, visto em Fevereiro 2021.

9 PPI (2020), “EF 170 – MT/PA - Ferrogrão Railroad”, online: https://www.ppi.gov.br/ef_170_mt_pa_ferrograo_railroad, visto em Fevereiro 2021.

Nele, identificou várias questões que podem levar a dificuldades políticas¹⁰. No mesmo mês, o Ministério Público Federal (MPF) iniciou uma investigação sobre as insuficiências dos estudos técnicos sobre o impacto socioeconômico gerado pelo projeto Ferrogrão. O procedimento faz parte de uma série de queixas registradas por povos indígenas e outras partes interessadas locais¹¹.

O aval do TCU está previsto no final de 2021, e o leilão está previsto para o primeiro trimestre de 2022.¹² Porém, em março de 2021, um juiz do Supremo Tribunal Federal suspendeu todos os processos relacionados à concessão da Ferrogrão¹³. Esses processos e investigações podem atrasar o projeto.

2.2.2 Estrutura do projeto

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) está supervisionando o processo de concessão¹⁴. A EPL, Empresa de Planejamento e Logística, firma de consultoria, analisa os estudos e dá suporte à ANTT no processo de concessão¹⁵.

Como o projeto está em fase preparatória, os participantes do projeto ainda não são conhecidos. Manifestaram interesse em participar na licitação para a concessão do projeto:

- Em 2016, O Shanghai Pengxin Group, grupo empresarial agrícola chinês, mostrou interesse em participar da licitação¹⁶. O Shanghai Pengxin Group detém

10 Veja (2021, 12 Janeiro), "TCU deve dificultar a vida de Tarcísio na licitação do Ferrogrão", online: <https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/tcu-deve-dificultar-a-vida-de-tarcisio-na-licitacao-do-ferrograo/>, visto em Fevereiro 2021.

11 VG Notícias (2021, 25 Janeiro), "MPF apura falta de estudos técnicos para construção da Ferrogrão", online: <https://www.vgnoticias.com.br/cidades/mpf-apura-falta-de-estudos-tecnicos-para-construcao-da-ferrograo/74596>, visto em Fevereiro 2021.

12 Diário de Cuiabá (2021, 26 Janeiro), "Ministério Público vai ao TCU tentar barrar proposta para Ferrogrão", online: <http://www.diariodecuiaba.com.br/economia/ministerio-publico-vai-ao-tcu-tentar-barrar-proposta-para-ferrograo/561366>, visto em Fevereiro 2021.

13 Frente Parlamentar Mista em defesa dos direitos dos povos indígenas (n.d.), "Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas", online: <http://www.frenteparlamentarindigena.com.br>, visto em Fevereiro 2021.

14 PPI (2020), "Ferrovia EF-170 - MT / PA – Ferrogrão", online: <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>, visto em Fevereiro 2021.

15 EPL (2020), "EF-170 MT / PA Ferrovia – Ferrogrão", online: <https://www.epl.gov.br/ferrovia-ef-170-mt-pa-ferrograo>, visto em Fevereiro 2021.

16 MacauHub (2016), "Shanghai Pengxin Group interested in railway concession in Ferrogrão, Brazil", online: <https://macaughub.com.mo/2016/10/28/shanghai-pengxin-group-interested-in-railway-concession-in-ferrograo-brazil/>, visto em Fevereiro 2021.

o controle das empresas brasileiras de soja Fiagril e Belagricola por meio de sua subsidiária Dakang International Food & Agriculture¹⁷.

- Em 2017, a empresa estadunidense de alimentos Cargill estava em negociações para formar um consórcio para participar na licitação da Ferrogrão. Os possíveis parceiros do consórcio incluem as concorrentes no comércio de cereais Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Louis Dreyfus Corporation (LDC) e a brasileira Amaggi¹⁸. Em nome dos parceiros do consórcio, a empresa de desenvolvimento de projetos Estação da Luz Participações (EDLP, Brasil) desempenha um papel ativo no desenvolvimento, promoção e defesa do projeto Ferrogrão e pode ser considerada como um grande propulsora durante as fases iniciais do projeto¹⁹. ADM, Bunge, Cargill e LDC são as quatro maiores comercializadoras de cereais do mundo e, junto com a Amaggi, as cinco maiores comercializadoras de soja no Brasil. Em 2020, a EDLP ainda se mostrava interessada no projeto²⁰.
- Em 2019 e 2020, além das empresas acima, várias outras empresas manifestaram interesse em preparar propostas para o leilão: Acciona (Espanha); C.Vale (Brasil); CCR (Brasil); China Communications Construction Company (China); China Railway Engineering Corporation (China); CIANPORT (Brasil); Ecorodovias (Brasil); Gorski (Brasil); Hidrovias do Brasil (Brasil); Sacyr Construccion (Espanha); Sumitomo Corporation (Japão); Transportes Bertolini (Brasil); VLI Logística (Brasil); e Webuild (Itália)²¹.

Ainda não está claro se a operação da ferrovia será leiloada separadamente da construção. É possível que a empresa ou consórcio que construa a ferrovia também a opere e que a ferrovia não se torne um bem público ao término do contrato²².

17 South China Morning Post (2017), “Shanghai Pengxin sets sights on importing more Brazilian soybean”, online: <https://www.scmp.com/business/companies/article/2112688/shanghai-pengxin-sets-sights-importing-more-brazilian-soybean>, visto em Fevereiro 2021.

18 Reuters (2017), “Cargill may partner on \$4.3 billion rail project, Brazil chief says”, online: <https://www.reuters.com/article/us-cargill-investments/cargill-may-partner-on-4-3-billion-rail-project-brazil-chief-says-idUSKBN-1DY2H9>, visto em Fevereiro 2021.

19 PlantProject (2019), “O Maquinista da Ferrogrão”, online: <http://plantproject.com.br/novo/2019/01/agribusiness-guilherme-quintella-o-maquinista-da-ferrograo/>, visto em Maio 2020; EDLP (n.d.), “Ferrogrão: A ferrovia que o Brasil precisa”, http://edlp.com.br/download/infografico_Ferrograo.pdf, visto em Fevereiro 2021.

20 PPI (2020, 21 Dezembro), Executive Summary Ferrogrão Roadshow 2020.

PPI (2020, 21 Dezembro), Executive Summary Ferrogrão Roadshow 2020.

22 Valor International (2019), “Government may hand over Ferrogrão through authorization license”, online: <https://www.valor.com.br/international/news/6208539/government-may-hand-over-ferrograo-through-authorization-license>, visto em Maio 2020.

Figura 3 Mapa dos projetos de infra-estrutura planejados



Fonte: Associação para os Povos Ameaçados, baseado em Bruno Fonseca

2.2.3 Financiamento direto e indireto

O projeto ainda está em fase preparatória. O projeto não recebeu concessão nem licença. Portanto, as construtoras, as operadoras e os proprietários não foram ainda determinados e o financiamento não foi obtido.

Ao apresentar a concessão, o Programa de Parceria de Investimento estima os custos do projeto em²³:

- Capital investido para a implementação: R\$ 8,4 bilhões (US\$ 1,6 bilhão);
- Capital investido para manutenção: R\$ 13,1 bilhões (US\$ 2,5 bilhões);
- Despesas operacionais: R\$ 63,7 bilhões (US\$ 12,0 bilhões).

O custo de implementação inclui tanto a construção quanto a aquisição de material circulante²⁴.

Em dezembro de 2020, o Ministério da Infraestrutura propôs disponibilizar à futura concessionária um fundo de R\$ 2,2 bilhões (US\$ 429 milhões) para financiar os “riscos não administráveis” do empreendimento²⁵. Em janeiro de 2021, o subprocurador-geral junto ao TCU entrou com uma representação contra a destinação desses R\$ 2,2 bilhões à ferrovia²⁶. Isso pode atrasar o projeto.

Em 2019 e 2020, as seguintes instituições financeiras manifestaram interesse em financiar o projeto ferroviário²⁷:

Banco do Brasil (Brasil); BNDES (Brasil); Bradesco (Brasil); Brasil Capital (Brasil); Cassa Depositi e Prestiti (Itália); Constellation Asset Management (Brasil); Corporacion Andina de Fomento (Venezuela); Intesa Sanpaolo (Itália); Itaú Unibanco (Brasil); Novo Banco de Desenvolvimento (China); Opportunity Asset Management (Brasil); Pátria Investimentos (Brasil); Santander (Espanha).

23 Investment Partnership Program (2020, 7 Agosto), “Apresentação Powerpoint Ferrogrão”

24 IJGlobal (2020, 10 Julho), “Brazil approves Ferrogrão railway project”, online: <https://ijglobal.com/articles/148638/brazil-approves-ferrogr-o-railway-project>, visto em Fevereiro 2021.

25 Valor (2020, 8 Dezembro), “Governo põe até R\$ 2,2 bi na Ferrogrão para reduzir risco”, online: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/08/governo-poe-ate-r-22-bi-na-ferrograo-para-reduzir-risco.ghtml>, visto em Fevereiro 2021.

26 Poder360 (2021, 21 Janeiro), “Procurador junto ao TCU representa contra R\$ 2.2 bilhões na Ferrogrão”, online: <https://www.poder360.com.br/economia/procurador-junto-ao-tcu-representa-contra-r-22-bilhoes-na-ferrograo/>, visto em Fevereiro 2021.

27 PPI (2020, 21 Dezembro), Executive Summary Ferrogrão Roadshow 2020.

O projeto não foi ainda leiloado; portanto, não está em fase de financiamento. Além da proposta do Ministério da Infraestrutura mencionada acima, não foram identificados preparativos para o financiamento direto do projeto Ferrogrão²⁸.

2.2.4 Financiamento de potenciais interessados

Esta seção descreve os financiadores dos potenciais interessados no projeto Ferrogrão; potenciais interessados são as empresas que manifestaram interesse em fazer uma proposta para o projeto (veja Seção 2.2.2). Foram identificados credores e investidores dessas empresas.

Os potenciais interessados e o respectivo grupo de empresas encontram-se na Tabela 1. A tabela também indica se financiadores dessas partes interessadas foram identificados. Financiamentos foram identificados para 14 dos 21 grupos de empresas (veja Tabelas 2-7).

As instituições financeiras nas subseções a seguir estão vinculadas aos potenciais interessados; não estão vinculadas ao projeto Ferrogrão. As instituições financeiras podem se envolver no projeto quando a respectiva parte interessada se envolver. As instituições financeiras mencionadas na seção 2.1.3 demonstraram interesse pelo projeto por conta própria.

28 IJGlobal (2021), 'TransactionSearch_Secondary Sector=Heavy Rail; Country=Brazil', visto em Fevereiro 2021; BNDES (2021), 'Search results: EF 170; Ferrogrão, Grainrail', online: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=Ferrogrão>, visto em Fevereiro 2021; Wordbank (2021), 'PPI CustomQuery_ Brazil, Transport, Railway, 2015-2020', online: <https://ppi.worldbank.org/en/customquery>, visto em Fevereiro 2021; Wordbank (2021), 'Projects search: Brazil, Railway, 2015-2020', online: https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?qterm=&countryshortname_exact=Brazil§or_exact=Railways, visto em Fevereiro 2021.

Tabela 1 | Potenciais interessados no projeto Ferrogrão

Potencial interessado (grupo empresarial)	País	Potencial interessado (conforme identificado)	País	Financiadores identificados?
Acciona	Espanha	Acciona	Espanha	Sim
Archer Daniels Midland (ADM)	Estados Unidos	Archer Daniels Midland (ADM)	Estados Unidos	Sim
ASTM	Itália	Ecorodovias	Brasil	Sim
Bertolini	Brasil	Transportes Bertolini	Brasil	Não
Bunge	Estados Unidos	Bunge	Estados Unidos	Sim
Cargill	Estados Unidos	Cargill	Estados Unidos	Sim
CCR	Brasil	CCR	Brasil	Sim
China Communications Construction Company	China	China Communications Construction Company	China	Sim
China Railway Group	China	China Railway Engineering Corporation	China	Sim
Cianport	Brasil	Cia Norte de Navegação e Portos	Brasil	Não
Coop. C.Vale	Brasil	C.Vale	Brasil	Não
EDLP	Brasil	Estação da Luz Participações	Brasil	Não
Gorski	Brasil	Gorski	Brasil	Não
Grupo Amaggi	Brasil	Grupo Amaggi	Brasil	Não
Hidrovias do Brasil	Brasil	Hidrovias do Brasil	Brasil	Sim
Louis Dreyfus Company (LDC)	Países Baixos	Louis Dreyfus Company (LDC)	Países Baixos	Sim
Pengxin	China	Shanghai Pengxin Group (Fiagril, Belagricola)	China	Sim
Sacyr	Espanha	Sacyr Construccion	Espanha	Sim
Sumitomo Corp	Japão	Sumitomo Corp	Japão	Sim
VLI	Brasil	VLI Logística	Brasil	Sim
Webuild	Itália	Webuild	Itália	Não

Tabela 2 | Cinco principais credores dos potenciais interessados no projeto Ferrogrão (2014 - janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Credor	País	Empréstimos	Subscrição	Total
Acciona	Santander	Espanha	5,922	396	6,318
	La Caixa Group	Espanha	4,630	115	4,745
	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	Espanha	2,652	424	3,075
	Intesa Sanpaolo	Itália	2,170	148	2,318
	NatWest	Reino Unido	1,576	83	1,658
Archer Daniels Midland (ADM)	Bank of America	Estados Unidos	4,097	1,362	5,459
	Barclays	Reino Unido	3,499	1,618	5,118
	Citigroup	Estados Unidos	3,472	1,391	4,863
	JPMorgan Chase	Estados Unidos	2,020	1,335	3,355
	BNP Paribas	França	105	1,404	1,509
ASTM	BNDES	Brasil	488		488
	UniCredit	Itália	254	102	355
	BTG Pactual	Brasil		322	322
	Itaú Unibanco	Brasil		296	296
	Santander	Espanha		287	287
Bunge	SMBC Group	Japão	1,404	381	1,785
	Citigroup	Estados Unidos	396	729	1,125
	ING Group	Netherlands	778	214	992
	JPMorgan Chase	Estados Unidos	179	791	969
	Farm Credit Services Commercial Finance Group	Estados Unidos	865		865
Cargill	BNP Paribas	França	4,547	542	5,089
	JPMorgan Chase	Estados Unidos	3,956	542	4,498
	Bank of America	Estados Unidos	3,956	375	4,331
	Barclays	Reino Unido	2,906	317	3,223
	Deutsche Bank	Alemanha	2,084	617	2,700
CCR	Bradesco	Brasil		4,451	4,451
	Itaú Unibanco	Brasil		1,391	1,391
	Banco do Brasil	Brasil		1,360	1,360
	BTG Pactual	Brasil		611	611
	Santander	Espanha	38	554	592
China Communications Construction Company	CITIC	China		2,670	2,670
	Bank of China	China	1,057	803	1,860
	Industrial and Commercial Bank of China	China	258	1,010	1,268
	HSBC	Reino Unido	764	333	1,097
	CSC Financial	China		998	998

Potencial interessado	Credor	País	Empréstimos	Subscrição	Total
China Railway Group	China International Capital Corporation	China		2,267	2,267
	CITIC	China		2,101	2,101
	Ping An Insurance Group	China		2,032	2,032
	China Merchants Group	China		2,023	2,023
	China Zhesang Bank	China		859	859
Hidroviás do Brasil	Bank of America	Estados Unidos		240	240
	Itaú Unibanco	Brasil		240	240
	Morgan Stanley	Estados Unidos		240	240
	Santander	Espanha		190	190
	JPMorgan Chase	Estados Unidos		100	100
Louis Dreyfus Company (LDC)	Société Générale	França	1,117		1,117
	Rabobank	Países Baixos	644		644
	BNP Paribas	França	453	178	630
	ABN Amro	Países Baixos	517	75	592
	ING Group	Países Baixos	358	178	535
Pengxin	Guotai Junan Securities	China		1,310	1,310
	Shenwan Hongyuan Group	China		452	452
	Rabobank	Países Baixos	33		33
	Itaú Unibanco	Brasil	33		33
	XP Investimentos	Brasil		15	15
Sacyr	Santander	Espanha	974	222	1,196
	Fidentiis Gestión	Espanha		313	313
	Société Générale	França	136	173	308
	BFA Holding	Espanha	263		263
	Crédit Agricole	França	244		244
Sumitomo Corp	Mitsubishi UFJ Financial	Japão	5,825	189	6,014
	SMBC Group	Japão	4,337	425	4,762
	Mizuho Financial	Japão	3,862	383	4,245
	Citigroup	Estados Unidos	3,834	250	4,084
	Sumitomo Mitsui Trust	Japão	3,617		3,617
VLI	Votorantim Group	Brasil		54	54
	Mizuho Financial	Japão		22	22
	Bradesco	Brasil		21	21
	Pentagono	Brasil		7	7
Webuild	Intesa Sanpaolo	Itália	494	635	1,128
	BPCE Group	França	293	800	1,094
	UniCredit	Itália	403	635	1,038
	Goldman Sachs	Estados Unidos	91	635	725
	BNP Paribas	France	313	297	611

Crédito

No total, foram identificadas 216 instituições financeiras que concederam crédito aos potenciais interessados no projeto Ferrogrão, no valor total de US\$ 235 bilhões. Os maiores credores são Citigroup (Estados Unidos), Bank of America (Estados Unidos) e BNP Paribas (França). Os 5 principais credores por empresa encontram-se na Tabela 2.

Tabela 3 | Instituições financeiras suíças que fornecem crédito a potenciais interessados no projeto Ferrogrão (2014 - janeiro 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Credor	Empréstimos	Subscrição	Total
Archer Daniels Midland (ADM)	Credit Suisse	217		217
Bunge	Credit Suisse	146	93	240
	Zürcher Kantonalbank	101		101
Cargill	Credit Suisse	581		581
Louis Dreyfus Company (LDC)	Credit Suisse	40		40
	Zürcher Kantonalbank	21		21
	AKFED	19		19
	UBS	19		19
Total		1,145	93	1,238

Fontes Tabela 2 /3 : Refinitiv (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro 2021; Bloomberg (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro 2021; IJGlobal (2021), 'Transaction search infrastructure, power, and transport, Brazil', visualizado em fevereiro 2021, TradeFinance Analytics (2021), 'Transaction search selected companies', visualizado em fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Quatro credores suíços foram identificados, Credit Suisse, Zürcher Kantonalbank, AKFED e UBS, com um valor total de US\$ 1,2 bilhão. O Credit Suisse forneceu crédito à ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company (LDC); o Zürcher Kantonalbank à Bunge e LDC; e o AKFED e o UBS à LDC (veja Tabela 3)

Sete instituições financeiras de desenvolvimento forneceram crédito aos potenciais interessados: BNDES (Brasil), Banco de Desenvolvimento do Japão e JBIC (Japão), Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e Banco Europeu de Investimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento (Estados Unidos), e Banco de Desenvolvimento da China concederam empréstimos a seis empresas dentre as selecionadas, no valor total de US\$ 2,2 bilhões (veja Tabela 4).

Tabela 4 | Instituições financeiras de desenvolvimento que fornecem crédito a potenciais interessados no projeto Ferrogrão (2014 - janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Credor	País	Empréstimos
Acciona	Banco Europeu de Desenvolvimento	Luxemburgo	286
	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Estados Unidos	70
ASTM	BNDES	Brasil	488
Bunge	Banco de Desenvolvimento do Japão	Japão	45
China Communications Construction Company	Banco de Desenvolvimento da China	China	616
Louis Dreyfus Company	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento	Reino Unido	300
	Banco de Desenvolvimento do Japão	Japão	13
Sumitomo Corp	JBIC	Japão	310
	Banco de Desenvolvimento do Japão	Japão	30
Total			2,157

Fontes: Refinitiv (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro 2021; Bloomberg (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro 2021; IJGlobal (2021), 'Transaction search infrastructure, power, and transport, Brazil', visualizado em fevereiro 2021, TradeFinance Analytics (2021), 'Transaction search selected companies', visualizado em fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Investimento

Foram identificados investimentos em treze dos potenciais interessados na Ferrogrão, no valor total de US\$ 46 bilhões. Os 5 principais investidores por empresa encontram-se na Tabela 5.

Tabela 5 | Cinco principais investidores dos potenciais interessados no projeto Ferrogrão (Janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Investidor	País	Investimento em participações	Investimento em obrigações	Total
Acciona	Invesco	Estados Unidos	131		131
	Dimensional Fund Advisors	Estados Unidos	109		109
	Vanguard	Estados Unidos	87		87
	Crédit Agricole	França	76		76
	BlackRock	Estados Unidos	62		62
Archer Daniels Midland (ADM)	Vanguard	Estados Unidos	2,487	268	2,755
	State Farm	Estados Unidos	2,594		2,594
	BlackRock	Estados Unidos	1,900	130	2,030
	State Street	Estados Unidos	1,663	36	1,698
	Wellington Management	Estados Unidos	1,059	49	1,108
ASTM	Itaú Unibanco	Brasil	39	0	39
	Kapitalo Investimentos	Brasil	34		34
	Miles Capital	Estados Unidos	32		32
	Safari Capital	Brasil	24		24
	Vanguard	Estados Unidos	16		16
Bunge	T. Rowe Price	Estados Unidos	769	19	788
	Vanguard	Estados Unidos	597	20	617
	BlackRock	Estados Unidos	590	15	605
	Fidelity Investments	Estados Unidos	246		246
	UBS	Suíça	206		206
Cargill	American Family	Estados Unidos		26	26
	MetLife	Estados Unidos		25	25
	Wellington Management	Estados Unidos		22	22
	Globe Life	Estados Unidos		20	20
	Macquarie Group	Austrália		18	18
CCR	Capital Group	Estados Unidos	613		613
	Comgest	França	145		145
	BlackRock	Estados Unidos	128		128
	Vanguard	Estados Unidos	97		97
	Lazard	Bermudas	72		72
China Communications Construction Company	BlackRock	Estados Unidos	122	1	123
	China Universal Asset Management	China	9	66	74
	Ping An Insurance Group	China	0	74	74
	Capital Group China	Estados Unidos	37	42	42
	Merchants Group	China	37		37

Potencial interessado	Investidor	País	Investimento em participações	Investimento em obrigações	Total
China Railway Group	Penghua Fund Management	China		10	10
Louis Dreyfus Company (LDC)	BPCE Group	França		64	64
	BlackRock	Estados Unidos		17	17
	Close Brothers	Reino Unido		17	17
	Janus Henderson	Reino Unido		8	8
	Rothschild Group	França		8	8
Pengxin	China Southern Asset Management (CSAM)	China	5		5
	Vanguard	Estados Unidos	4		4
	China Universal Asset Management	China	3		3
	CITIC	China	1		1
	Harvest Fund Management	China	1		1
	Sacyr	Dimensional Fund Advisors	Estados Unidos	41	
Government Pension Fund Global		Norway	39		39
UBS		Switzerland	1	34	34
Vanguard		Estados Unidos	24		24
BlackRock		Estados Unidos	12		12
Sumitomo Corp		Sumitomo Mitsui Trust	Japão	1,058	0
	Berkshire Hathaway	Estados Unidos	819		819
	Nomura	Japão	748	2	750
	Mitsubishi UFJ Financial	Japão	591		591
	Orbis Group	Bermudas	582		582
	Webuild	Cassa Depositi e Prestiti	Itália	287	
Intesa Sanpaolo		Itália	88	3	91
UniCredit		Itália	83		83
Azimut		Itália	9	34	43
Crédit Agricole		França	0	36	36

Fontes: Refinitiv (2021), 'Shareholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Do total do valor de investimento identificado, US\$ 1 bilhão foi investido por investidores suíços em 12 potenciais interessados. No total, foram identificados 55 investidores suíços. Os 5 principais investidores por empresa encontram-se na Tabela 6.

Tabela 6 | Cinco principais investidores suíços dos potenciais interessados no projeto Ferrogrão (Janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Investidor	Investimento em participações	Investimento em obrigações	Total
Acciona	UBS	2		2
	Credit Suisse	2		2
	RAM Active Investments	1		1
	Julius Bär	1		1
	Vontobel	1		1
Archer Daniels Midland (ADM)	UBS	191	38	229
	Schweizerische Nationalbank	106		106
	Credit Suisse	70	16	86
	Pictet	27		27
	Fisch Asset Management		20	20
ASTM	Credit Suisse	2		2
	UBS	0		0
	Zurich Insurance	0		0
	Julius Bär		0	0
Bunge	UBS	206		206
	Schweizerische Nationalbank	35		35
	Credit Suisse	16	0	16
	Zürcher Kantonalbank	3	1	4
	Pictet	3		3
Cargill	Credit Suisse		10	10
	UBS		1	1
	Zürcher Kantonalbank		0	0
	GAM Holding		0	0
	Graubündner Kantonalbank		0	0
CCR	Pictet	13		13
	UBS	4	0	4
	Credit Suisse	4		4
	GAM Holding	3		3
	Zürcher Kantonalbank	2		2

Potencial interessado	Investidor	Investimento em participações	Investimento em obrigações	Total
China Communications Construction Company	Pictet	7		7
	Swiss Life		5	5
	UBS	3	2	5
	Lombard Odier		3	3
	Credit Suisse	2		2
Hidrovias do Brasil	Credit Suisse	10	2	12
	Sumus Capital		2	2
	Pharus Holding		0	0
	Lombard Odier		0	0
Louis Dreyfus Company (LDC)	Atlanticomnium		7	7
	Haron Holding		2	2
	Bruellan		1	1
	Chartvalor		1	1
	OpenCapital		1	1
Sacyr	UBS	1	34	34
	Credit Suisse	1		1
	RAM Active Investments	0		0
	Mirabaud	0		0
	Reuss Private Group	0		0
Sumitomo Corp	UBS	25	1	26
	Credit Suisse	14	1	15
	Pictet	5		5
	Zürcher Kantonalbank	4		4
	GAM Holding	1	1	2
Webuild	Pictet	0	23	23
	Credit Suisse	9	0	10
	Lombard Odier		6	6
	Swiss Life		4	4
	UBS	0	3	4

Fontes: Refinitiv (2021), 'Shareholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021 Refinitiv Emaxx (2021) 'Bondholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Os investimentos de instituições financeiras de desenvolvimento nas empresas selecionadas consistem em duas participações do Banco Mundial e do BNDES (Brasil) na Hidrovias do Brasil (US\$ 44 milhões) e uma pequena participação do Banco de Desenvolvimento da China na China Communications Construction Company (US\$ 16 mil), veja Tabela 7.

Tabela 7 | Instituições financeiras de desenvolvimento que investem em potenciais interessados no projeto Ferrogrão (janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Investidor	País	Empréstimos
China Communications Construction Company	Banco de Desenvolvimento da China	China	0
Hidrovias do Brasil	Banco Mundial	Estados Unidos	27
	BNDES	Brasil	17
Total			44

Fontes: Refinitiv (2021), 'Shareholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021 Refinitiv Emaxx (2021) 'Bondholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

2.3 Complexo Hidrelétrico do Tapajós e Hidrovia do Tapajós

2.3.1 Status do projeto

O Complexo Hidrelétrico do Tapajós e a Hidrovia do Tapajós são compostos por sete grandes estruturas de barragens, incluindo eclusas, situadas nos rios Tapajós e Jamanxim, no estado do Pará, Brasil. A construção tem um duplo propósito de geração de energia e melhoria da navegabilidade. A capacidade energética total projetada para as sete grandes usinas hidrelétricas (UHE) é de 12.000 MW.

A hidrovia do Tapajós conecta grandes áreas de produção agrícola no estado de Mato Grosso com o rio Amazonas em Santarém. A hidrovia pode substituir parcialmente o tráfego rodoviário de cargas que atualmente está congestionando a rodovia BR-163 (Cuiabá - Santarém)²⁹. A capacidade de carga está projetada para aumentar das atuais 900 toneladas para 7.500 toneladas por trem de barças³⁰.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) estima que o custo do transporte de uma tonelada de soja cairia de R\$ 227 para R\$ 60 com a hidrovia, emitindo 95% menos CO₂. Um carregamento transporta o equivalente a 1.050 caminhões³¹.

A montante de Santarém, a barragem de São Luiz do Tapajós é a primeira e maior barragem do complexo. Além da montante, o complexo também incluirá as barragens de Jatobá e Chacorão, no rio Tapajós, e as barragens Cachoeira do Cai, Jamanxim, Cachoeira dos Patos e Jardim do Ouro, no rio Jamanxim (veja Figura 3).

Além dessas sete grandes barragens, o complexo inclui várias pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). O inventário da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) identificou 29 possíveis projetos de pequenas hidrelétricas³².

29 Diálogos hidroviáveis (n.d.), “Hidrovia do Tapajós”, <http://hidroviaveis.com.br/hidrovia/hidrovia-do-tapajos/>, visto em Maio 2020.

30 DNIT (2018), ‘Hidrovia do Tapajós - Teles Pires’, online: <http://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario/hidrovia-do-tapajos-teles-pires>, visto em Maio 2020.

31 MT Esporte (2012), “Governo Federal pretende tirar hidrovia entre Teles Pires e Tapajós do papel”, http://mte-sporte.com.br/noticias/id76992/governo_federal_preende_tirar_hidrovia_entre_teles_pires_e_tapajos_do_papel, visto em Maio 2020.

32 licenciamento ambiental de duas hidrelétricas na bacia do Tapajós”, <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/07/03/justica-federal-manda-ibama-assumir-licenciamento-ambiental-de-duas-hidreletricas-na-bacia-do-tapajos.ghtml>, visto em Março 2021.

Duas dessas pequenas barragens (PCHs) são as barragens de Braços Leste e Oeste. Em março de 2019, a Justiça Federal decidiu que o licenciamento ambiental para as duas barragens deveria ser concedido pelo IBAMA, órgão ambiental federal, e não pela Semas (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará), agência local. A Justiça decidiu ainda que os impactos ambientais dos projetos do Complexo Hidrelétrico do Tapajós devem ser avaliados como um todo, em vez de avaliar o impacto e conduzir o processo de licenciamento para cada barragem separadamente³³. A decisão pode ser significativa para o licenciamento de outras barragens dentro do complexo.

Em 2013, o Ministério dos Transportes emitiu um Plano Hidroviário Estratégico, no qual são descritas, dentre as medidas pertinentes ao Transporte Hidroviário Interior (THI), a hidrovia do Tapajós, barragens, eclusas, entre outras. O plano foi elaborado por um consórcio liderado pela Arcadis Logos, subsidiária brasileira da empresa de engenharia holandesa Arcadis³⁴. Uma revisão detalhada do plano foi publicada na revista científica *Ambio* em 2015. O artigo mostra claramente que as barragens planejadas na Bacia do Tapajós afetariam intensamente os territórios indígenas. O artigo afirma que um total de 78.380 ha em áreas protegidas seriam alagados e que somente a barragem de Chacorão inundaria 18.700 ha da Terra Indígena Mundurukú³⁵.

Em 2020, o Ministério da Infraestrutura anunciou estudos para analisar possíveis Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos projetos hidroviários do Tapajós (e Madeira). A análise é cofinanciada pelo Banco Mundial. O relatório, da consultoria holandesa Royal Haskoning, é esperado para fevereiro de 2021³⁶.

Como mencionado no Capítulo 1, o plano decenal de expansão energética 2029 e 2030 do Ministério de Minas e Energia não inclui as usinas hidrelétricas e os cursos d'água do Tapajós. Entretanto, como os planos podem ser reativados a qualquer momento, o estudo analisa os potenciais interessados e financiadores.

33 JusBrazil (2019), "Ibama terá que assumir licenciamento ambiental de hidrelétricas que vão ser construídas na região oeste do Pará", online: <https://blogdoespacoaberto.jusbrasil.com.br/noticias/728510098/ibama-tera-que-assumir-licenciamento-ambiental-de-hidreletricas-que-vao-ser-construidas-na-regiao-oeste-do-para?ref=serp>, visto em Maio 2020.

34 Ministry of Transport (2013), 'Inland Waterways Strategic Plan', p. 89.

35 Fearnside, P.J. (2015), Amazon dams and waterways: Brazil's Tapajós Basin plans, in: *Ambio* 2015 Sep; 44(5): 426–439, online: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4510327/>, visto em Maio 2020.

36 Ministério da Infraestrutura (2020), "Parceria entre MInfra e Banco Mundial viabiliza estudos sobre potencialidade de PPP nas hidrovias do Tapajós e do Madeira", online: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/parceria-entre-minfra-e-banco-mundial-viabiliza-estudos-sobre-potencialidade-de-ppp-nas-hidrovias-do-tapajos-e-do-madeira>, visto em Fevereiro 2021.

As sete subseções a seguir descrevem os últimos resultados de pesquisa para cada barragem. Estudos de viabilidade, avaliações ambientais, licenças, concessões ou partes envolvidas não foram identificados, a menos que indicado o contrário.

Projeto Hidrelétrico São Luiz do Tapajós

O Projeto Hidrelétrico São Luiz do Tapajós é a maior barragem do complexo hidrelétrico do Tapajós. Trata-se da construção de uma usina hidrelétrica de 8.040 MW no rio Tapajós. O investimento total do projeto foi estimado em US\$ 13,3 bilhões. A autoridade concedente é o Ministério de Minas e Energia do Brasil. Primeiro, em 2014, o processo licitatório estava previsto para dezembro de 2015. Após a conclusão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, a capacidade instalada planejada da barragem aumentou de 6.133 MW para 8.040 MW. Depois, a licitação do projeto foi programada para ser lançada on-line em dezembro de 2019³⁷.

Naquela época, era provável que dois consórcios apresentassem propostas³⁸:

- Grupo de Estudos Tapajós, coordenado pela Eletrobrás e composto por outras sete empresas de energia: Eletronorte, Camargo Corrêa, Cemig e COPEL (todas brasileiras) e Engie e EDF (ambas francesas). A Enel Brasil retirou-se desse grupo no início de 2016.
- A China Three Gorges (CTG) confirmou que estava preparando uma proposta para a concessão da barragem³⁹. Em julho de 2014, a CTG realizou um estudo de viabilidade da barragem em conjunto com Furnas (outra subsidiária da Eletrobrás).

No entanto, em agosto de 2016, o IBAMA decidiu negar a licença ambiental para o projeto⁴⁰.

37 IJGlobal 2020, "Transaction data_31656_Sao Luiz do Tapajos Hydro Plant (8040MW)", visto em Fevereiro 2021.
38 BankTrack (2016), "São Luiz do Tapajós dam Brazil", online: https://www.banktrack.org/project/tapajos_hydro_power_project, visto em Maio 2020.

39 MacauHub (2016), "China Three Gorges Group prepares proposal for construction of dam in Brazil", online: <https://macauhub.com.mo/2016/03/17/china-three-gorges-group-prepares-proposal-for-construction-of-dam-in-brazil/>, visto em Maio 2020.

40 Mongabay (2016), "Environmental licence for São Luiz do Tapajós hydroelectric dam denied", online: <https://news.mongabay.com/2016/08/environmental-licence-for-sao-luiz-do-tapajos-hydroelectric-dam-denied/>, visto em Maio 2020.

O projeto não consta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029⁴¹. Esse plano do Ministério de Minas e Energia indica as perspectivas de expansão futura do setor de energia na próxima década. Se um projeto não estiver listado no Plano de Expansão 2029, isso significa que o governo não espera que ele seja realizado antes de 2030.

Jatobá

Em 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aceitou os Estudos de Viabilidade do projeto Jatobá de 2.338 MW. Os estudos da Usina Hidrelétrica Jatobá foram conduzidos por um grupo formado por diversas empresas do setor: Eletronorte, Camargo Corrêa, EDF, Cemig, Copel, Engie, Enel e Neoenergia⁴².

Em 2017, o projeto foi suspenso segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), braço de pesquisa e desenvolvimento do Ministério de Minas e Energia. Em 2018, a suspensão foi confirmada pelo Ministro de Minas e Energia⁴³.

No entanto, este projeto faz parte do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029, com a primeira data de operação após 2029. É o único projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós que é mencionado no Plano Decenal de Expansão de Energia 2029, o que significa que o governo não espera que ele seja realizado antes de 2030⁴⁴.

Chacorão

O projeto Chacorão de 3.336 MW e suas eclusas estão listados como prioritários no Plano Nacional de Integração Hidroviária 2010. O reservatório da barragem eliminaria as corredeiras do Chacorão, permitindo o tráfego de barcas acima das eclusas da barragem. No entanto, apesar do seu papel central no plano hidroviário, a barragem de Chacorão é raramente discutida no contexto da Bacia do Tapajós.

41 Empresa de pesquisa energética (2020), “Plano Decenal de Expansão de Energia 2029”, online: [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE 2029.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%2029.pdf), visto em Março 2021.

42 Amazônia, “Aneel aceita estudos de viabilidade da UHE Jatobá”, online: <http://amazonia.org.br/2018/01/Aneel-aceita-estudos-de-viabilidade-da-uhe-jatoba/>, visto em Maio 2020.

43 International Rivers (2018), “Brazil Shelves Plans for New Megadams to Reassess Strategy”, online: <https://www.internationalrivers.org/resources/brazil-shelves-plans-for-new-megadams-to-reassess-strategy-bloom-berg-16616>, visto em Maio 2020.

44 Empresa de pesquisa energética (2020), “Plano Decenal de Expansão de Energia 2029”, online: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%2029.pdf>, visto em Março 2021.

Em 2010, a Eletronorte ainda não havia se cadastrado na Agência Nacional de Energia Elétrica para iniciar os estudos de viabilidade do Projeto Hidrelétrico (UHE) do Chacorão⁴⁵.

O projeto não consta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029⁴⁶.

Cachoeira do Cai

O projeto Cachoeira do Cai de 802 MW é uma joint venture de Eletrobrás, Eletronorte, Construções e Comércio Camargo Corrêa, EDF (Consultoria em Projetos de Geração de Energia), e EPP (Energia Elétrica Promoção e Participações). O projeto está estimado em US\$ 1,1 bilhão⁴⁷.

Em junho de 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a prorrogação do prazo para a conclusão dos estudos de viabilidade técnica e econômica de três projetos hidrelétricos do consórcio Tapajós, sendo um deles a UHE Cachoeira do Cai. Os estudos deveriam ser entregues até 31 de dezembro de 2019⁴⁸. A situação atual dos estudos de viabilidade não é clara.

O projeto não consta no Plano Decenal de Expansão de Energia 2029⁴⁹.

Jamanxim

Em 2016, foi informado que o prazo para entrega dos estudos de viabilidade do projeto Jamanxim de 881 MW havia sido adiado para 31 de dezembro de 2017. Os estudos estão sendo realizados por Eletrobrás, Eletronorte, Camargo Corrêa, EDF (Consultoria em Projetos de Geração de Energia), Cemig, Copel, Engie (GDF Suez Energy Latin America Participações), Enel (Endesa Brasil), Neoenergia Investimentos e Consórcio Tapajós⁵⁰.

45 Fearnside, P.J. (2015). Amazon dams and waterways: Brazil's Tapajós Basin plans, in: *Ambio* 2015 Sep; 44(5): 426–439, online: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4510327/>, visto em Maio 2020.

46 Empresa de pesquisa energética (2020), “Plano Decenal de Expansão de Energia 2029”, online: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE2029.pdf>, visto em Março 2021.

47 Barragens na Amazonia, “Cachoeira do Cai Plant profile”, online: <http://dams-info.org/pt/dams/view/cachoeira-do-cai/>, visto em Maio 2020.

48 CanalEnergia (2018), “Aneel prorroga entrega dos estudos de viabilidade das UHEs do Consórcio Tapajós”, online: <https://canalenergia.com.br/noticias/53063343/aneel-prorroga-entrega-dos-estudos-de-viabilidade-das-uhes-do-consorcio-tapajos>, visto em Maio 2020.

49 Empresa de pesquisa energética (2020), “Plano Decenal de Expansão de Energia 2029”, online: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE2029.pdf> visto em Março 2021.

50 Portal PCH, “2016/01/20 – Prazo para entrega dos estudos até dezembro”, online: <http://www.portalpch.com.br/5997-20-01-2016-prazo-para-entrega-de-estudos-da-uhe-jatoba-e-prorrogado-ate-dezembro.html>, visto em Maio 2020.

Assim como o projeto Cachoeira do Cai, o projeto Jamanxim estava entre os três projetos hidrelétricos cujo prazo para a conclusão dos estudos de viabilidade técnica e econômica foi prorrogado em 2018. Os estudos deveriam ser entregues até 31 de dezembro de 2019⁵¹. A situação atual dos estudos de viabilidade não é clara.

O projeto não consta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029⁵².

Cachoeira dos Patos

O Estudo de Inventário Hidrelétrico para o projeto Cachoeira dos Patos de 528 MW foi elaborado pela Eletronorte, Camargo Corrêa (CNEC Engenharia), e aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2009.

Os estudos de viabilidade do projeto Hidrelétrico de Cachoeira dos Patos seriam elaborados pela Eletronorte e Camargo Correa e entregues em dezembro de 2013. Em vez disso, o Ministério do Meio Ambiente suspendeu o licenciamento em 2013⁵³.

No entanto, o projeto Cachoeira dos Patos é o terceiro projeto cujo prazo para a conclusão dos estudos de viabilidade técnica e econômica foi prorrogado em 2018. Os estudos deveriam ser entregues até 31 de dezembro de 2019⁵⁴. A situação atual dos estudos de viabilidade não é clara.

O projeto não consta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029⁵⁵.

Jardim do Ouro

A Jardim do Ouro de 227 MW é uma proposta hidrelétrica no rio Jamanxin.

O projeto não consta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029⁵⁶.

51 CanalEnergia (2018), "Aneel prorroga entrega dos estudos de viabilidade das UHEs do Consórcio Tapajós", online: <https://canalenergia.com.br/noticias/53063343/aneel-prorroga-entrega-dos-estudos-de-viabilidade-das-uhes-do-consorcio-tapajos>, visto em Maio 2020.

52 ersetzen durch:

Empresa de pesquisa energética (2020), "Plano Decenal de Expansão de Energia 2029", online: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202029.pdf>, visto em Março 2021.

53 Instituto Humanitas Unisinos (2013), "Licenciamento de outra hidrelétrica no Tapajós tramita no Ibama", online: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522345-licenciamento-de-outra-hidreletrica-no-tapajos-tramita-no-ibama>, visto em Maio 2020.

54 CanalEnergia (2018), "Aneel prorroga entrega dos estudos de viabilidade das UHEs do Consórcio Tapajós", online: <https://canalenergia.com.br/noticias/53063343/aneel-prorroga-entrega-dos-estudos-de-viabilidade-das-uhes-do-consorcio-tapajos>, visto em Maio 2020.

55 Empresa de pesquisa energética (2020), "Plano Decenal de Expansão de Energia 2029", online: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE 2029.pdf>, visto em Março 2021.

56 Empresa de pesquisa energética (2020), "Plano Decenal de Expansão de Energia 2029", online: <https://www>.

2.3.2 Estrutura do projeto

O projeto da Hidrovia do Tapajós é gerido pela Administração Hidroviária da Amazônia Oriental (AHIMOR), um órgão subordinado ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT)⁵⁷.

2.3.3 Financiamento direto e indireto

Os sete projetos ainda estão em fase de proposta. O projeto Jatobá é o mais desenvolvido e é a única hidrelétrica no Tapajós mencionada no Plano Decenal de Expansão de Energia 2029.

Nenhum dos 7 projetos recebeu concessão nem licença. Desta forma, os construtores, off-takers e futuros proprietários não foram definidos e o financiamento não foi obtido.

Nenhum dos subprojetos foi ainda confirmado; portanto, não estão em fase de financiamento. Não se identificaram preparativos para financiamento direto para nenhum dos projetos do Tapajós⁵⁸.

2.3.4 Financiamento de potenciais interessados

Esta subseção descreve os financiadores dos potenciais interessados nos projetos do Tapajós. Os potenciais interessados são as empresas que foram mencionadas na literatura como (potencialmente) envolvidas no projeto de hidrelétricas e hidrovia do Tapajós (veja subseção 2.1) Foram identificados credores e investidores dessas empresas.

As instituições financeiras nesta subseção estão vinculadas aos potenciais interessados e não aos projetos do Tapajós. As instituições financeiras podem se envolver no projeto quando a respectiva parte interessada se envolver no mesmo.

epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE_2029.pdf, visto em Março 2021.

57 DNIT (2018), "Administração hidroviária da Amazonia Oriental- AHIMOR", online: <http://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario/administracao-hidroviaria-da-amazonia-oriental>, visto em Maio 2020.

58 IJGlobal (2021), 'TransactionSearch_Sector=Maritime Transport, Power-Hydro; Country=Brazil', visto em Fevereiro 2021; BNDES (2021), 'Search results: Tapajós', online: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=Tapajós>, visto em Fevereiro 2021; Wordbank (2021), 'PPI CustomQuery: Brazil, Energy, Ports, 1996-2020', online: <https://ppi.worldbank.org/en/customquery>, visto em Fevereiro 2021; Worldbank (2021), 'Project search: Brazil, Ports, Waterways, Power', online: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list>, visto em Fevereiro 2021.

Os potenciais interessados e os grupos empresariais encontram-se na Tabela 8. A tabela também indica se um financiamento foi identificado. Identificou-se financiamento para todos os dez grupos de empresas.

Tabela 8 | Potenciais interessados nos projetos do Tapajós

Potencial interessado (grupo empresarial)	País	Potencial interessado (conforme identificado)	País	Projetos do Tapajós	Financiadores identificados?
Cemig	Brasil	Companhia Energetica de Minas Gerais	Brasil	Sao Luiz do Tapajós, Jatobá, Jamanxim	Sim
China Three Gorges	China	China Three Gorges	China	Sao Luiz do Tapajós	Sim
Copel	Brasil	Companhia Paranaense de Energia	Brasil	Sao Luiz do Tapajós, Jatobá, Jamanxim	Sim
EDF	França	EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia	Brasil	Sao Luiz do Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Cai, Jamanxim	Sim
Eletrobras	Brasil	Eletrobras Eletronorte	Brasil Brasil	Sao Luiz do Tapajós, Cachoeira do Cai, Jamanxim Sao Luiz do Tapajós, Jatobá, Chacorão, Cachoeira do Cai, Jamanxim, Cachoeira dos Patos	Sim
Enel	Itália	Enel Endesa Brazil	Itália Brasil	Jatobá Jamanxim	Sim
Engie	França	Engie GDF Suez Energy Latin America Participações	France	Sao Luiz do Tapajós, Jatobá Jamanxim	Sim
Iberdrola	Espanha	Neoenergia Neoenergia Investments	Brasil Brasil	Sao Luiz do Tapajós, Jatobá Jamanxim	Sim
Mover Participações	Brasil	Camargo Corrêa CNEC Engenharia	Brasil Brasil	Sao Luiz do Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Cai, Jamanxim Cachoeira dos Patos	Sim
OAS	Brasil	EPP (Energia Elétrica Promocoões e Participações)	Brasil	Cachoeira do Cai	Sim

Crédito

No total, foram identificadas 148 instituições financeiras que concederam crédito aos potenciais interessados nos projetos do Tapajós, no valor total de US\$ 279 bilhões. Os 5 principais credores encontram-se na Tabela 9.

Tabela 9 | Cinco principais credores dos potenciais interessados nos projetos do Tapajós (2014 - janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Credor	País	Empréstimos	Subscrição	Total
Cemig	Banco do Brasil	Brasil		1,959	1,959
	Bradesco	Brasil		1,640	1,640
	Itaú Unibanco	Brasil		252	252
	Deutsche Bank	Alemanha		250	250
	Citigroup	Estados Unidos		250	250
China Three Gorges	CITIC	China		9,619	9,619
	Industrial and Commercial Bank of China	China	2,240	3,236	5,476
	Bank of China	China	2,070	2,368	4,438
	Agricultural Bank of China	China		3,429	3,429
	CSC Financial	China		3,041	3,041
Copel	BTG Pactual	Brasil		1,328	1,328
	Itaú Unibanco	Brasil		694	694
	Bradesco	Brasil		627	627
	BNDES	Brasil	525		525
	Banco do Brasil	Brasil		496	496
EDF	Crédit Agricole	França	1,374	1,568	2,942
	BNP Paribas	França	837	1,922	2,760
	Standard Chartered	Reino Unido	233	1,700	1,933
	Société Générale	França	728	1,125	1,853
	Barclays	Reino Unido	112	1,740	1,853
Eletrobras	Santander	Espanha		1,832	1,832
	BNDES	Brasil	1,715		1,715
	Caixa Econômica Federal	Brasil	1,463		1,463
	Banco do Brasil	Brasil	1,463		1,463
	Itaú Unibanco	Brasil		461	461
Enel	UniCredit	Itália	4,401	1,644	6,045
	JPMorgan Chase	Estados Unidos	1,424	2,912	4,336
	Santander	Espanha	2,005	2,130	4,135
	BNP Paribas	França	1,834	1,707	3,541
	Goldman Sachs	Estados Unidos	833	2,649	3,482

Potencial interessado	Credor	País	Empréstimos	Subscrição	Total
Engie	Société Générale	França	1,386	2,489	3,875
	Crédit Agricole	França	1,386	1,928	3,314
	BNP Paribas	França	1,386	1,901	3,287
	BPCE Group	França	868	1,777	2,645
	Mizuho Financial	Japão	1,386	1,172	2,558
Iberdrola	Santander	Espanha	1,256	2,074	3,330
	Citigroup	Estados Unidos	624	2,481	3,105
	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	Espanha	1,643	1,312	2,955
	Barclays	Reino Unido	868	1,578	2,446
	HSBC	Reino Unido	1,083	1,132	2,215
Mover Participações	Itaú Unibanco	Brasil	320	457	777
	Bradesco	Brasil	83	670	753
	Caixa Econômica Federal	Brasil	706		706
	Banco do Brasil	Brasil		648	648
	BTG Pactual	Brasil	50	399	449
OAS	Brookfield Asset Management	Canadá	267		267
	BR Partners	Brasil		253	253
	Bradesco	Brasil		100	100
	Santander	Espanha		100	100
	HSBC	Reino Unido		100	100

Fontes: Refinitiv (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em February 2021; Bloomberg (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em February 2021; IJGlobal (2021), 'Transaction search infrastructure, power, and transport, Brazil', visualizado em February 2021, TradeFinance Analytics (2021), Transaction search selected companies', visualizado em February 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Os maiores credores são Santander (Espanha), BNP Paribas (França) e Crédit Agricole (França).

Dois credores suíços foram identificados, Credit Suisse e UBS, com um valor total de US\$ 6,6 bilhões. Investiram na China Three Gorges, EDF, Enel, Engie e Iberdrola (veja Tabela 10).

Tabela 10 | Instituições financeiras suíças que fornecem crédito a potenciais interessados em projetos do Tapajós (2014 - janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Credor	Empréstimos	Subscrição	Total
China Three Gorges	UBS		493	493
EDF	Credit Suisse	112	808	921
Enel	Credit Suisse	181	1,888	2,069
	UBS	33	502	535
Engie	UBS	199		199
	Credit Suisse		111	111
Iberdrola	UBS	43	1,468	1,511
	Credit Suisse		781	781
Total		569	6,053	6,621

Fontes: Refinitiv (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro de 2021; Bloomberg (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro de 2021; IJGlobal (2021), 'Transaction search infrastructure, power, and transport, Brazil', visualizado em fevereiro de 2021; TradeFinance Analytics (2021), 'Transaction search selected companies', visualizado em fevereiro de 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Cinco instituições financeiras de desenvolvimento forneceram crédito às empresas selecionadas, no valor total de US\$ 11 bilhões (veja Tabela 11).

Tabela 11 | Instituições financeiras de desenvolvimento que fornecem crédito a potenciais interessados em projetos do Tapajós (2014 - janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Credor	País	Empréstimos	Subscrição	Total
Cemig	Agence France Development Bank	França	119		119
China Three Gorges	Banco de Desenvolvimento da China	China	600	264	864
	BNDES	Brasil	522		522
	China Eximbank	China		468	468
Copel	BNDES	Brasil	525		525
EDF	BNDES	Brasil	514	53	567
	Banco Europeu de Desenvolvimento	Luxembourgo	460		460
Eletrobras	BNDES	Brasil	1,715		1,715
Enel	Banco Europeu de Desenvolvimento	Luxembourgo	1,142		1,142
	BNDES	Brasil	875		875
Engie	BNDES	Brasil	1,036		1,036
Iberdrola	BNDES	Brasil	1,414		1,414
	Banco Europeu de Desenvolvimento	Luxembourgo	1,051		1,051
Total			9,972	785	10,758

Fontes: Refinitiv (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro de 2021; Bloomberg (2021), 'Loans, bond and share issuances of selected companies', visualizado em fevereiro de 2021; IJGlobal (2021), 'Transaction search infrastructure, power, and transport, Brazil', visualizado em fevereiro de 2021, TradeFinance Analytics (2021), 'Transaction search selected companies', visualizado em fevereiro de 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Investimento

Identificaram-se investimentos nos potenciais interessados nos projetos do Tapajós no valor total de US\$ 126 bilhões. Os 5 principais investidores por empresa encontram-se na Tabela 12. Os maiores investidores são Capital Group, BlackRock e Vanguard (Estados Unidos).

Tabela 12 | Cinco principais investidores dos potenciais interessados nos projetos do Tapajós (Janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Investidor	País	Shareholding	Bondholding	Total
Cemig	BlackRock	Estados Unidos	692	2	694
	Banco Classico	Brasil	394		394
	Equitable Holdings	Estados Unidos	5	125	131
	Vinci Partners	Brasil	124	0	124
	Itaú Unibanco	Brasil	107	0.1	107
China Three Gorges	Penghua Fund Management	China		60	60
	MetLife	Estados Unidos		29	29
	Franklin Resources	Estados Unidos		25	25
	Prudential (UK)	Reino Unido		16	16
	Schroders	Reino Unido		13	13
Copel	BNDES	Brasil	715		715
	BlackRock	Estados Unidos	323		323
	Allianz	Alemanha	93		93
	Itaú Unibanco	Brasil	93	0.1	93
	LSV Asset Management	Estados Unidos	86		86
EDF	BlackRock	Estados Unidos	210	479	689
	Allianz	Alemanha	9	397	406
	Standard Life Aberdeen	Reino Unido	2	368	370
	Crédit Agricole	França	39	313	352
	MetLife	Estados Unidos	1	310	311
Eletrobras	3G Radar	Brasil	173		173
	Bank of New York Mellon	Estados Unidos	133	0	133
	BlackRock	Estados Unidos	73	24	97
	Vanguard	Estados Unidos	62	1	63
	Allianz	Alemanha	0	58	58

Potencial interessado	Investidor	País	Shareholding	Bondholding	Total
Enel	Capital Group	Estados Unidos	8,536	151	8,686
	BlackRock	Estados Unidos	7,630	741	8,371
	Vanguard	Estados Unidos	2,511	305	2,817
	Government Pension Fund Global	Noruega	2,025		2,025
	Allianz	Alemanha	338	1,131	1,469
Engie	BlackRock	Estados Unidos	1,916	514	2,430
	Government Pension Fund Global	Noruega	880		880
	Caisse des Dépôts et Consignations	França	854		854
	Capital Group	Estados Unidos	758	2	760
	CNP Assurances	França	642		642
Iberdrola	Qatar Investment Authority	Catar	7,904		7,904
	BlackRock	Estados Unidos	6,312	437	6,749
	Government Pension Fund Global	Noruega	2,846		2,846
	Vanguard	Estados Unidos	2,452	147	2,599
	Capital Group	Estados Unidos	2,401	5	2,406
OAS	Standard Life Aberdeen	Reino Unido		2	2
	Oaktree Capital	Estados Unidos		0.4	0.4

Fontes: Refinitiv (2021), 'Shareholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; Refinitiv (2021), 'EMAXX Bondholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Identificou-se um grande número de investidores suíços nas empresas selecionadas. Oitenta e sete instituições financeiras suíças investiram um valor total de US\$ 5 bilhões. Os 5 principais investidores por empresa encontram-se na Tabela 13. Pictet, UBS e Credit Suisse investiram os maiores valores.

Tabela 13 | Cinco principais investidores suíços dos potenciais interessados nos projetos do Tapajós (Janeiro de 2021, em milhões de US\$)

Potencial interessado	Investidor	Shareholding	Bondholding	Total
Cemig	Pictet	58		58
	Credit Suisse	38	0.2	38
	UBS	6	11	17
	Zürcher Kantonalbank	8		8
	GAM Holding	5		5
China Three Gorges	Chubb		4	4
	Credit Suisse		1	1
	GAM Holding		0.2	0.2
	Zürcher Kantonalbank		0.2	0.2
Copel	Zürcher Kantonalbank	3		3
	Credit Suisse	2		2
	Julius Bär		1	1
	UBS	1.1		1.1
	Pictet	0.6		0.6
EDF	Pictet	141	11	151
	UBS	31	99	130
	Credit Suisse	9	57	65
	Zürcher Kantonalbank	2	43	46
	Chubb		40	40
Eletrobras	Credit Suisse	25	13	38
	UBS	3	14	17
	Zürcher Kantonalbank	0.8	2	3
	Chubb		2	2
	Pictet	1		1
Enel	Pictet	919	80	999
	UBS	356	180	536
	Credit Suisse	167	71	237
	Vontobel	9	102	112
	Zürcher Kantonalbank	45	57	102

Potencial interessado	Investidor	Shareholding	Bondholding	Total
Engie	UBS	85	41	127
	Credit Suisse	29	8	37
	Pictet	13	19	32
	Zürcher Kantonalbank	7	18	24
	De Pury Pictet Turrettini	12		12
Iberdrola	Pictet	793	25	817
	UBS	340	27	367
	Credit Suisse	157	46	203
	Zürcher Kantonalbank	31	18	49
	Vontobel	46	4	49

Fontes: Refinitiv (2021), 'Shareholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; Refinitiv (2021), 'EMAXX Bondholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

Das instituições financeiras de desenvolvimento, apenas o BNDES investiu nas empresas selecionadas, no valor total de US\$ 780 milhões (veja Tabela 14).

Table 14 | Development finance institutions investing in potential stakeholders in Tapajós projects (January 2021, in US\$ million)

Potencial interessado	Investidor	País	Shareholding
Copel	BNDES	Brasil	715
Cemig	BNDES	Brasil	65
Total			780

Fontes: Refinitiv (2021), 'Shareholdings of selected companies' visualizado em Fevereiro 2021; mais detalhes disponíveis no dataset.

2.4 Resumo e conclusão deste capítulo

Este capítulo descreveu a estrutura do projeto, o status do projeto e o financiamento das partes interessadas da Ferrogrão, do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e da Hidrovia do Tapajós. Embora os projetos ainda estejam em fase preparatória, o capítulo listou as partes interessadas que demonstraram interesse nos projetos e identificou financiadores (por meio de crédito ou investimento) da maioria desses potenciais interessados.

2.4.1 Principais conclusões sobre os potenciais interessados e financiadores dos projetos

No caso da Ferrogrão, principalmente empresas de alimentos mostraram interesse no projeto, enquanto a maioria dos potenciais interessados no Complexo Hidrelétrico do Tapajós e Hidrovia do Tapajós são empresas de energia. Em relação ao financiamento desses potenciais interessados, os resultados da pesquisa podem ser resumidos da seguinte forma:

- Várias instituições financeiras forneceram crédito aos potenciais interessados do projeto Ferrogrão, com valor total de US\$ 235 bilhões. Entre elas, os maiores credores foram Citigroup (EUA), Bank of America (EUA) e BNP Paribas (França).
- Várias instituições financeiras forneceram crédito aos potenciais interessados do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e Hidrovia do Tapajós, com valor total de US\$ 279 bilhões. Entre elas, os maiores credores foram o Santander (Espanha), o BNP Paribas (França) e o Crédit Agricole (França).
- Em relação aos investimentos, a pesquisa identificou US\$ 46 bilhões de investimento em potenciais interessados no Projeto Ferrogrão e US\$ 126 bilhões em potenciais interessados no Complexo Hidrelétrico do Tapajós e Hidrovia do Tapajós.
- Em ambos os projetos, as instituições de desenvolvimento forneceram apenas um financiamento comparativamente pequeno aos potenciais interessados, de acordo com esta pesquisa.
- Em relação ao financiamento de potenciais interessados por empresas suíças, a pesquisa revelou Credit Suisse, Zürcher Kantonalbank, AKFED e UBS como credores de potenciais interessados do projeto Ferrogrão. Além disso, 55 financiadores suíços investiram em potenciais interessados neste projeto.

- No caso do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e Hidrovia do Tapajós, a pesquisa identificou Credit Suisse e o UBS como credores e 87 instituições financeiras suíças como investidores de potenciais interessados no projeto.

2.4.2 Riscos financeiros e de reputação para empresas

No entanto, o financiamento desses potenciais interessados – e mais ainda seu envolvimento direto por meio de financiamento corporativo ou de projeto em um estágio mais avançado dos projetos – podem trazer incalculáveis riscos financeiros e de reputação. Os exemplos a seguir ilustram isso:

Conforme mencionado, a barragem de São Luís de Tapajós, que é o segundo maior projeto de barragem da história do Brasil, foi arquivada em agosto de 2016 porque o IBAMA negou a licença ambiental. É razoável supor que essa decisão decorra da intensa resistência dos Mundurukú, cujo território Sawré Muybu teria sido alagado. Ao resistir ao projeto, encontraram aliados em organizações ambientais nacionais e internacionais.

A decisão de um juiz do Supremo Tribunal Federal em 15 de março de 2021,⁵⁹ de suspender temporariamente o projeto Ferrogrão também indica que a execução dos projetos sem o consentimento das comunidades indígenas afetadas implica incertezas de investimento. Portanto, o risco de seguintes perdas para as empresas envolvidas nesses projetos de infraestrutura é provavelmente enorme.

Ambos os exemplos mostram que a insuficiente gestão de risco por parte das partes interessadas e instituições financeiras envolvidas pode se transformar em um fiasco financeiro para as empresas. Por exemplo, em relação ao projeto de São Luís de Tapajós, pode-se estimar que investimentos da ordem de US\$ 13,3 bilhões foram perdidos devido sua suspensão. Se as empresas, os investidores e os credores tivessem prestado devido à atenção aos direitos e preocupações da população local desde o início e levado a sério a oposição a um empreendimento que violava a constituição, poderiam ter se poupado danos financeiros, logísticos e de reputação.

⁵⁹ Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas: “Vitória dos indígenas no processo da Ferrogrão”, online: <http://frenteparlamentarindigena.com.br/vitoria-dos-indigenas-no-processo-da-ferrograo/>, visto em Fevereiro 2021.

2.4.3 Resistência crescente das comunidades indígenas

Apesar da suspensão da São Luís de Tapajós e da suspensão temporária da Ferrogrão, há outros megaprojetos em planejamento. O governo brasileiro está seguindo seus planos de desenvolvimento para a região do Tapajós: os projetos listados acima são apenas sete das mais de 40 barragens e hidrovias apenas no rio Tapajós⁶⁰, e o projeto da ferrovia Ferrogrão soma-se a outros projetos de rodovias e portos.

Como consequência, os Povos Indígenas afetados e as organizações ambientais e de direitos humanos aliadas já mostraram resistência inabalável a várias ferrovias, hidrovias e usinas hidrelétricas criticadas^{61,62,63}. É provável que essa resistência cresça e que os Povos Indígenas e a sociedade civil usem, cada vez mais, meios legais.

2.4.4 Recomendações para financiadores de potenciais interessados

Como esses projetos – com exceção da Barragem de Jatobá (prevista para operar antes de 2030) – ainda estão em fase preparatória, as instituições financeiras ainda têm a opção de usar sua influência sobre os potenciais interessados para que se respeite os direitos humanos e as normas ambientais internacionais.

Para facilitar a gestão de risco das instituições financeiras, os capítulos a seguir apresentam, de maneira detalhada e sistemática, as visões dos Povos Indígenas afetados por esses dois megaprojetos de infraestrutura.

60 WWF Brasil (2016), “Uma visão de conservação para a bacia do Tapajós”, online: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_brasil_tapajos_uma_visao_de_conservacao_25abr2016_port_web.pdf, visto em Março 2021.

61 Associação Indígena Pariri (2021): Postagem no Facebook, <https://www.facebook.com/1508210296145529/posts/2651250648508149/>, visto em Março 2021.

62 Ivan Martínez-Vargas e Mariana Grazini: “Caminhoneiros e índios brigam na Justiça contra Ferrogrão, e projeto deve atrasar”, online: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/indios-e-caminhoneiros-brigam-na-justica-contra-ferrograo-e-projeto-deve-atrasar.shtml>, visto em Março 2021.

63 Comissão Pastoral da Terra: “Em seminário, povos e comunidades do Tapajós (PA) debatem a resistência em defesa da vida e da Amazônia”, online: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/5029-ameacas-de-morte-criminalizacao-e-persegucoes-sao-denunciadas-em-seminario-povos-do-tapajos-construindo-resistencia-em-defesa-da-amazonia>, visto em Março 2021.

3 Voces indígenas do rio Tapajós

por Vinícius da Silva Machado¹

3.1 Considerações iniciais

A pesquisa na qual esta parte do relatório se baseia, teve como objetivo verificar o posicionamento dos povos indígenas, localizados no médio e baixo rio Tapajós, no oeste do estado do Pará, na Amazônia brasileira, sobre os projetos de infraestrutura como: a ferrogrão, o complexo hidrelétrico e a hidrovía Tapajós, planejados para a região. No total foram entrevistadas 25 pessoas indígenas dos povos Tupinambá, Mundurucu, Borari, Arapiun, Tapajó, Kumaruara e Maytapu (ver Anexo).

A finalidade desse relatório de pesquisa é conscientizar o público nacional e internacional sobre os efeitos que os projetos de infraestrutura podem causar aos povos indígenas do Brasil, mais precisamente da região do rio Tapajós, na Amazônia brasileira. O resultado da pesquisa se baseia no relato de 25 pessoas indígenas que vivem nessa região.

O texto está dividido em seis seções e apresenta a síntese das respostas dos interlocutores às questões que foram feitas ao longo das entrevistas (ver Anexo).

Na seção 3.2 Projetos, é apresentada uma síntese das respostas atribuídas às perguntas sobre os projetos planejados para a região do rio Tapajós, tendo como base a seguinte pergunta semiestruturada: “O que você conhece sobre os projetos planejados para a região do rio Tapajós? Em específico, sobre os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovía” / “Hidrelétricas”?”.

No tópico 3.2.1 Projetos planejados para a Amazônia, dessa seção, é apresentada a visão geral das pessoas entrevistadas sobre os projetos de infraestrutura e sua posição em relação à exploração mineral, ao agronegócio, à conta-

¹ Doutorando em Direito pela (UFPA), Mestre em Antropologia (UFPA), e Bacharel em Direito (UFPA). Pesquisador contratado da Associação para os povos ameaçados (APA). Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Membro do grupo de pesquisa Cidade Aldeia e Patrimônio na Amazônia. E-mail: vinicius_s.m@hotmail.com.

minação dos rios com mercúrio e às consequências dessas atividades para os povos indígenas do rio Tapajós. No tópico 3.2.2 Ferrogrão consta a síntese das respostas referentes ao projeto ferrogrão. No tópico 3.2.3 Hidrovias, consta a síntese das respostas referentes às hidrovias, e no último tópico 3.2.4, às hidrelétricas planejadas para a região.

Na seção 3.3 Resistência é apresentada a síntese das respostas referentes à pergunta semiestruturada: “A comunidade tem resistido aos projetos “Ferrogrão” / Hidrovia” / “Hidrelétricas”? Quais as estratégias para se defender contra esses projetos?” Foram identificados os meios que os povos indígenas do rio Tapajós utilizam para fazer frente aos grandes projetos planejados para a região. Nessa seção foram apresentadas formas de enfrentar os “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020), expressão atribuída por muitos entrevistados aos projetos planejados para o rio Tapajós.

Na seção 3.4 Cooptação consta a síntese das respostas à seguinte pergunta semiestruturada: “Existem desacordos/ divergências entre o povo sobre os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / Hidrelétricas”? Existem grupos dentro do povo que são a favor do projeto? Por que? Como isso ocorre? Como as divergências são tratadas?”

Na seção 3.5 Consulta está a síntese das respostas à seguinte pergunta semiestruturada: “Houve consulta do povo sobre os projetos? Se sim, quando? De que forma (em que língua; houve ameaças, subornos, etc.)? As lideranças sabem do seu direito de consulta prévia?” A reivindicação e utilização do Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado, Culturalmente Adequado e de Boa-fé (CCPLI) foi destacado como uma forma de resistência utilizada pelos indígenas do rio Tapajós frente aos projetos ferrogrão, hidrovia, hidrelétricas.

Na seção 3.6 Aliança é apresentada a síntese das respostas à seguinte pergunta semiestruturada: “Existem alianças e caso existam, há confiança nelas? Qual o tipo de alianças, são alianças com outros povos, alianças internacionais, etc.?” Foram descritas as atuais alianças formadas para resistir aos grandes projetos planejados para a região do rio Tapajós. As alianças se mostram como uma forma de fazer frente os empreendimentos como as hidroelétricas, a ferrogrão e a hidrovia.

Na seção 3.7 Inviabilidade, são apresentadas as respostas à seguinte pergunta: O que seria necessário para que os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / “Hidrelétricas” pudessem ser levado em consideração? Diferente das outras

seções, onde foi apresentada uma síntese das respostas, nesta, as respostas são apresentadas de maneira direta, pois as pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo, tanto no baixo rio Tapajós, como no médio rio Tapajós, foram unânimes em responder sobre a inviabilidade dos projetos.

Em certos capítulos foram abordadas respostas de mais de uma pergunta, como por exemplo a pergunta sobre as consequências dos projetos para os povos indígenas, que também é abordada no capítulo inviabilidade. As respostas dessa pergunta aparecem em vários capítulos.

Para as pessoas que foram entrevistadas não existe forma ou meio de executar um grande projeto, como a ferrogrão, a hidrovía Tapajós e complexo hidrelétrico Tapajós, sem causar impactos negativos na vida cotidiana dos povos indígenas que vivem na região do rio Tapajós. Porém, devido aos interesses de certos setores da economia, existe o risco ainda eminente desses projetos serem aprovados e implementados, mesmo perante a resistência dos povos atingidos. Nesse contexto, as seções seguintes apresentarão as perspectivas das pessoas indígenas entrevistadas sobre esses projetos.

3.2 Projetos

Nessa sessão é apresentada uma síntese das respostas que foram colocadas quando perguntado para os interlocutores “O que você conhece sobre os projetos pensados para a região do Rio Tapajós? Em específico os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / “Hidrelétrica” ?”. Sistematizando o que foi escutado em campo dentro do eixo central que exprime a opinião indígena sobre os projetos de infraestrutura que estão planejados para a região do rio Tapajós. É difícil julgar todas as consequências possíveis desses projetos antecipadamente, entretanto, os povos afetados têm conhecimento e suas respostas estão baseadas nas suas experiências com outros projetos.

O primeiro tópico conta uma visão geral sobre os projetos de infraestrutura e sua relação com a exploração mineral, o agronegócio, a contaminação dos rios com mercúrio e as consequências para os povos indígenas do rio Tapajós. No segundo tópico, é feita uma sistematização das respostas referentes ao projeto ferrogrão. No terceiro tópico consta a síntese sobre as hidrovias e no último tópico, sobre as hidrelétricas. Tudo está baseado no que foi apresentado pelos entrevistados.

3.2.1 Projetos planejados para a Amazônia

Os grandes projetos planejados para a Amazônia são apresentados como uma proposta de desenvolvimento. Entretanto, para quem está longe do contexto amazônico e só consegue enxergar a região como uma imensa cobertura verde, não compreende o que está acontecendo aos pés das árvores, onde se sucede uma diversidade de violações de Direitos Humanos:

“É onde acontece o assassinato de lideranças, o assassinato de defensores de Direitos Humanos, cooptação de lideranças, é a ameaça, é estupro, eu posso dizer assim que é um extermínio que ocorre lentamente” (Abimael Munduruku, 2020).

São projetos como as ferrovias, as hidrovias, as hidrelétricas alguns dos grandes veículos que perpetuam essas violações. Para Graça Tapajó

“isso tira o sossego, tira a paz, tira a cultura, tira a espiritualidade do nosso povo, que começa desde o alto e vem pelo médio até o baixo Tapajós” (2020).

As comunidades afetadas percebem os projetos como impostos, pensados de maneira uni direcional, sem discussão com os povos, com as lideranças, sem consulta ou o consentimento¹:

“As coisas são pensadas de cima para baixo sem levar em consideração a nossa luta, a nossa existência, ignora totalmente a nossa existência como povos que sobrevivem, que vivem e precisam sobreviver daquilo que o meio nos proporciona” segundo o cacique Josenildo Munduruku (2020).

E esses projetos são pensados em conjunto, fazem parte do mesmo pacote de construção de infraestrutura para a exploração da Amazônia:

“A gente já vem um pouco acompanhando esses projetos grandes, porque a gente sabe que quando se fala em projeto, não é só um projeto pra região. Então são vários projetos que estão direcionando” (Juarez Munduruku, 2020).

Cacique Juarez Munduruku diz que

“quando o governo quis fazer [a hidrelétrica de] São Luís do Tapajós, eles já estavam pensando em trazer a ferrogrão. E trazer hidrovia também, então tem a mineração” (2020).

Um projeto conectado com o outro em uma sinergia exploratória; Construir hidroelétricas para alimentar o maquinário da exploração mineral, construir hidrovia e ferrogrão para escoar a produção mineral, projetos criados para acelerar a exploração da Amazônia.

“Quando faz um, faz todos, se não fizer um, não faz nenhum. Então é por isso que o governo não quer demarcar nossa terra, porque se demarcar nossa terra, não faz nenhum²” (Juarez Munduruku, 2020).

O planejamento dessa infraestrutura ferrovia-hidrelétrica-hidrovia se dá dentro de uma mapeamento detalhado de toda a região do Tapajós, caracterizando uma destruição anunciada:

1 Sobre esse tema ver a sessão 3.5.

2 Esse tema, a relação dos projetos de infraestrutura e a demarcação das terras indígenas, será desenvolvido na sessão 3.8 A política anti-indígena do Presidente Jair Bolsonaro.

“Cortam a alma, porque o nosso território aqui do Tapajós [es]tá todo mapeado, todo mapeado para o agronegócio” (Auricelia Arapiun, 2020).

Além do agronegócio, a mineração necessita de infraestrutura para executar essa exploração, necessita de hidrovias, de hidroelétricas, ferrogrão, para explorar os minérios, a energia, a madeira.

“A gente tem esses conhecimentos, tem essa preocupação que eles são geralmente causadores de todos os transtornos e deformações culturais do nosso povo” (Josenildo Munduruku, 2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



„Estamos muito preocupados com o impacto que estes projetos terão“. Josenildo Munduruku

As empresas estatais brasileiras em parceria com parceiros privados nacionais e internacionais, bancos estatais, BNDES fazem parte de grupos que concebem esses projetos. O Estado pensa e implementa os grandes projetos de infraestrutura, por mais que as comunidades sejam afetadas e se organizem e lutem contra a sua efetivação:

“São passados porque o governo não respeita a autonomia, não respeita os direitos, a vida desses povos” (Josenildo Munduruku, 2020).

O Estado prefere compensações mitigatórias a respeitar o que está instituído na Constituição Brasileira e nos tratados internacionais de Direitos Humanos que o Brasil assinou ou ratificou:

“Prefere ser condenado no tribunal penal internacional [a] respeitar os Direitos Humanos dentro do Brasil. Esse é o nosso Estado. É por isso que eu falo, não é o presidente A ou o presidente B, é o Estado. O Estado em si tem feito isso” (Abimael Munduruku, 2020).

Mais sobre esse tema será abordado na sessão 3.5, que trata sobre o direito à consulta e consentimento.

São projetos planejados para a região do Tapajós para atender os interesses das multinacionais e do capital internacional que exploram as riquezas e deixam as mazelas para os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos,

“populações menos favorecidas, com direito[s] tão burlados, tão ignorados, principalmente no atual governo” (Josenildo Munduruku, 2020).

Isso causa revolta aos povos indígenas. Não existe o diálogo, não ocorre escuta, não há informação precisa sobre os projetos, não são explicados previamente, não há o respeito:

“Isso é sério, uma realidade, um enfrentamento grande que se nós formos ver, aí o governo com o Estado ele avança nesses interesses e despreza e ignora os povos indígenas” (Graça Tapajó, 2020).

Isso traz impactos ambientais, culturais, sociais para os povos indígenas:

“Então, a gente tem conhecimento [dos projetos que são pensados para a região] e tem também muito mais conhecimento e muito mais a preocupação com os impactos” (Josenildo Munduruku, 2020).

As situações em que são ignorados, só intensifica a já existente preocupação por parte dos povos indígenas com a questão do garimpo, que ocorre princi-

palmente no alto e no médio Tapajós. A pesquisa da Fiocruz³ apresenta dados alarmantes sobre essa questão:

“Tem pessoas doente[s] na nossa região por contaminação de mercúrio. [...] Na região no município de Santarém, as pessoas estavam com problemas neurológicos por questão de contaminação com mercúrio no sangue e foi identificado que esse mercúrio estava no peixe” (Luana Kumaruara 2020).

Sendo o peixe a maior fonte alimentar dos povos do rio Tapajós, acaba se tornando a principal fonte de contaminação pelo mercúrio que é eliminado durante a exploração garimpeira e vai para o rio.

“Que a gente já está sofrendo direto o impacto da mineração no Tapajós a nossa água aqui já está toda cheia de mercúrio, e aí a gente come o peixe envenenado e a gente já vai se envenenando porque tem o mercúrio” (Auricelia Arapiun, 2020).

Consequências que colocam em risco o futuro dos povos indígenas do rio Tapajós, que ameaça as futuras gerações e a reprodução da cultura desses povos, pois ameaça a existência física deles:

“Eu como pescadora, eu vou sentir muito porque eu tenho meus filhos. Tenho os meus netos, que vão vir ainda. Então, eu me preocupo assim, daqui uns 20 anos como é que vai ser?” (Graciene Munduruku, 2020).

“Para nós, esse é um projeto de morte do governo. Para nós sempre tratamos dessa maneira: os projetos do governo são projetos de morte para nós. Porque desenvolvimento para nós é ter água limpa, nós termos a floresta em pé onde a gente

3 “Em todos os participantes, incluindo crianças, adultos, idosos, homens e mulheres, sem exceção, foram detectados níveis de mercúrio nas amostras de cabelo. Os níveis de contaminação variaram de 1,4 a 23,9 µg Hg/g de cabelo e aproximadamente 6 em cada 10 (57,9%) participantes apresentavam níveis de mercúrio acima 6µg.g-1. Índices de mercúrio mais elevados foram observados na aldeia Sawré Aboy, onde aproximadamente 9 em cada 10 pessoas avaliadas (87,5%) apresentaram níveis de mercúrio acima 6µg.g-1. Na aldeia Poxo Muybu, 6 em cada 10 pessoas avaliadas (60,6%) apresentaram altos níveis de contaminação, enquanto na aldeia Sawré Muybu, 4 em cada 10 pessoas avaliadas (42,9%) encontravam-se contaminadas. As pessoas que vivem em Sawré Aboy apresentam risco 2 vezes maior de estarem contaminadas por mercúrio, quando comparadas às pessoas que vivem em Sawré Muybu. Nove (15,8%), em um total de 57 crianças apresentaram problemas nos testes de neurodesenvolvimento. A análise do pescado mostrou que as espécies piscívoras apresentaram os níveis mais altos de contaminação, com concentrações de mercúrio que variaram de 0,13 a 1,95 µg.g-1. Ademais, os cálculos a partir das concentrações médias de mercúrio detectadas indicam que as doses de ingestão diária de mercúrio estimadas são de 4 a 18 vezes maiores do que os limites seguros, preconizados pela Agência de Proteção Ambiental Norte-Americana (EPA, 2000), e de 2 a 9 vezes maiores do que os limites tolerados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/WHO, 2003)” (Basta & Hacon, 2020, p. 3).



O peixe é a parte principal da dieta das pessoas que vivem ao longo do rio Tapajós. Mas devido à mineração ilegal do ouro, ele está contaminado com mercúrio.

consegue se auto sustentar, sem depender da ferrovia, sem depender de hidrelétrica, sem depender da hidrovia, sem depender disso. Então, esses projetos para nós que a gente vê no dia a dia, eles tentam falar que o projeto é um projeto sustentável para a economia do Brasil, mas, eles não estão se importando com a população que vivia aqui. A gente sabe que esses grandes projetos nunca vêm para beneficiar a sociedade. Vem só para beneficiar eles, a questão do capitalismo. Então, para nós esses projetos como a ferrovia, a hidrovia, as barragens e os demais projetos não é viável para nós” (Anderson Munduruku, 2020).

Do ponto de vista dos povos indígenas, estes são projetos de morte, morte do rio, morte da floresta, morte dos povos indígenas. Na sequência segue, em específico, o que os povos indígenas relatam sobre os projetos ferrogrão, hidrovia e hidroelétrica, planejados para a região do rio Tapajós.

3.2.2 Ferrogrão

Luciane Munduruku fala sobre o projeto ferrogrão com receio:

“Eu acho que [com] isso [vai] ser afetada a nossa terra indígena, porque eu acho que eles vão querer entrar muito na nossa terra indígena e nós dependemos da floresta, dos animais, né?” (2020).

Segundo Abimael Munduruku,

“a ferrogrão, ela vem com essa proteção [do Estado brasileiro], ela vem com essa ideia de desenvolvimento. A ferrogrão ela é essa ideia de fazer com o Estado do Pará, que tem se tornado um grande estado na questão da produção de grãos, a ser ligado ao Rio Grande do Sul” (2020).

O objetivo é conectar o norte do estado do Mato Grosso, produtor de commodities agrícolas e minerais, a áreas do chamado Arco Norte no estado do Pará, até as margens do rio Tapajós, daí por hidrovias até o oceano Atlântico, uma forma mais rápida para escoar a produção de soja e minérios:

“Hoje, a escoação de Santarém [...] se dá na questão [...] de portos. E com essa implantação da ferrogrão, ela vem com esse intuito de facilitar a vida deles e para isso não se importam de passar pelo meio da terra indígena” (Abimael Munduruku, 2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



Os projetos de infra-estrutura planejados na área do Tapajós visam facilitar o transporte de commodities agrícolas e minerais para o Oceano Atlântico.

O projeto ferrogrão está sendo discutido desde 2017, e pretende acompanhar a rodovia BR-163 planejada na época da ditadura militar brasileira (1964-1985).

“Estes grandes projetos foram pensados nesse período de povoar a Amazônia e ocupar esses territórios dentro da Amazônia, então foi pensado ferrovia, hidrovia, rodovias” (Adenilson Borari, 2020).

Pensados em conjunto desde seu surgimento, suas consequências e avanços também o são, segundo o cacique Juarez Munduruku:

“O primeiro projeto que eles queriam fazer que era a construção da barragem do São Luiz do Tapajós⁴, não conseguiram. Aí isso parou por esses tempos, agora estão começando de novo, né?”. Uma vitória que não deu fim a guerra contra esses projetos, pois “a gente sabe que estão querendo ligar a ferrogrão direto de Sinópolis a Meritituba. E também ao mesmo tempo, eles estão fazendo o estudo do Jatobá para construir a barragem. E daqui do São Luiz eu não sei como é que está também, eu acho que está nesse mesmo processo” (Juarez Munduruku, 2020).

A ferrogrão segue a lógica “de cima para baixo” como disse o cacique Josenildo Munduruku. Segundo ele, não cumpre com as exigências legais de licenciamento que estão presentes no ordenamento jurídico brasileiro e não respeita os povos indígenas,

“por conta disso se pensou na ferrovia, a gente acaba sendo prejudicado, porque não [são]feitos os estudos dos impactos ambientais com os quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos não é feito um trabalho responsável” (Adenilson Borari, 2020).

Adenilson Borari afirma:

“O que acaba acontecendo é que se abre um edital, a própria empresa seleciona uma instituição ou uma empresa para fazer um estudo de impacto ambiental que já sabe o que vai dar o resultado. Sem considerar consulta prévia, sem considerar as populações que ali vivem, que [es]tão no entorno deste grande projeto. E aí digamos, é feito um estudo de impacto ambiental que na verdade não vai

4 “Com potência nominal estimada oficialmente em 8.040 MW e área de inundação de 722 quilômetros quadrados, a UHE tem construção planejada para o médio curso do rio, onde se localizam os territórios tradicionais dos Munduruku e de comunidades ribeirinhas, como Montanha e Mangabal, São Luiz e Pimental, que serão afetadas pelo empreendimento, caso ele se concretize. Somente após diversas mobilizações, sobretudo por parte dos Munduruku, e da atuação judicial do MPF, o governo foi obrigado por decisão judicial a consultar os povos afetados” (OliveiraLIVEIRA, 2016, p. 18-19).

identificar nada de impacto, muito pelo contrário, vai ignorar totalmente conhecimento tradicional, o projeto é instalado sem que os povos sejam ouvidos. Quando alguns povos conseguem ainda via judicial intervir em alguns mega projetos, aí começa a ser o grande conflito. Primeiro, começa com a cooptação de lideranças. Depois, se a liderança continuar resistindo com essas ameaças enfim, no último, quando as ameaças não são suficientes para calar a boca da liderança, eles vão para outras, que muitas das vezes é matando a liderança. Nós sabemos que o nosso Estado do Pará é campeão em assassinatos de lideranças que lutam em defesa da Amazônia, seja por rio ou por seu território. O Estado do Pará é campeão nisso de assassinato de lideranças, tanto faz se indígena, quilombola, tradicionais. Enfim e é isso” (2020).

A ferrogrão vem para atender os interesses do agronegócio, a demanda por infraestrutura para o escoamento de grãos:

“Desde que implantaram a Cargill aqui em Santarém, que é a empresa que faz exportação de soja, a gente vê esse fluxo de navios que entra aqui em Santarém” (Luana Kumaruara, 2020).

O porto no rio Tapajós é uma ponta dessa rota de exportação que tem início nos grandes latifúndios de grãos no norte do estado do Mato Grosso e avançam, pelas margens da rodovia BR-163, sobre a floresta no sul do Pará.

“Se você observar e andar também pela BR-163, lá para cima na região entre Santarém e Belterra, essa hora tem um monte de carreta de soja esperando escurecer. Diminuindo o fluxo de dentro da cidade eles começam a descer as carretas. São carretas que vem do Mato Grosso, os caminhões, e então já é uma ferrogrão aqui, a BR-163, a Transamazônica e o outro fluxo que vem também de soja de Miritituba, Itaituba. Aí vem descendo essas plantações de soja que tem lá e vem descendo essas de balsas, tudo aqui. Santarém é o foco desses grandes navios que vai pro exterior” (Luana Kumaruara, 2020).

O traçado da Ferrogrão vai acompanhar uma rota que já está em pleno funcionamento, a rodovia BR-163, e terá seus impactos ampliados até o porto de Miritituba no rio Tapajós:

“O Tapajós é uma ferrogrão, mesmo que imaginário (...) ferrogrão, não só [com] essas balsas de soja que são escoadas pelo Tapajós, mas também [com] as balsas de madeira (...) são centenas e centenas de tora de madeira” (Luana Kumaruara, 2020).

Os impactos causados são imensuráveis. Destruição dos recursos naturais de utilização cotidiana dos povos indígenas é um deles,

“na região do Planalto, os parentes Munduruku tem áreas em que secou o igarapé⁵. [A gente] depende dele para tomar banho para beber água. Secou! Secaram nossas nascentes [dos rios], na questão dessas plantações de soja” (Luana Kumaruara, 2020).

Seca, pois as plantações de soja são as responsáveis por derrubar a floresta e sem floresta não é possível a manutenção das nascentes dos rios, mais uma consequência de um projeto como a ferrogrão. Pois ele estimula o avanço da soja em direção das terras indígenas.

FOTO: THOMAZ PEDRO



„Não quero minha casa inteira rodeada de soja, produtos químicos e toxinas e todo tipo de coisas que me causarão danos“. Abimael Munduruku

5 “Igarapé’ é uma palavra indígena, de origem tupi, que significa ‘caminho de canoa’. E o igarapé é isso mesmo: um riacho que liga duas ilhas entre si ou uma ilha à terra firme. Por ser um canal estreito e pouco profundo, somente canoas e barcos pequenos podem navegar por ele [...] os igarapés estão estreitamente ligados à floresta, por isso qualquer mudança que ocorra na mata irá afetá-los. As alterações ambientais causadas por desmatamento, construção de estradas e poluição podem acabar com os igarapés pequenos, especialmente os que se encontram junto a cidades. Em 2001, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) criou o Projeto Igarapés, para estudar os efeitos do desmatamento e as alterações que ele provoca na fauna dos igarapés” (Igarapé | Britannica Escola Online: <https://escola.britannica.com.br/artigo/igarape/483295>, consultado em 26 de abril de 2021).

Também gera impactos na espiritualidade do povo, pois quando a soja avança derruba locais na floresta que são considerados sagrados para os povos indígenas

“sem falar na questão dos lugares sagrados, que eles entram em lugares onde tem os nossos encantados, onde tem os nossos protetores, onde tem a mãe da água, que é a mãe da mata. E aí fica difícil a nossa conexão [com o mundo espiritual], nos causa uma perturbação” (Luana Kumaruara, 2020).

Além desses impactos, quando os povos indígenas afirmam os seus posicionamentos e lutam por seus direitos, são criminalizados e taxados como empecilho para o desenvolvimento:

“E aí quando os indígenas param aquela obra, eles são vistos como empecilho para o desenvolvimento. Por que? Porque eu não quero no meio da minha sala uma estrada de ferro, porque eu não quero no meio da minha sala, no meio da minha casa, lá de palha, minha área de lazer, eu não quero que aquilo ali seja submersa pela água, porque no meio da minha casa, a minha casa cercada por soja, por agrotóxicos, por todo tipo de insumo que vai me prejudicar. E aí o indígena é visto como um empecilho para esse desenvolvimento?” (Abimael Munduruku, 2020).

Essa preocupação é constante para os povos do rio Tapajós, pois além de lutarem por seus territórios, por seu modo de vida são vistos como empecilho para o “desenvolvimento” para o “progresso” da nação.

“Então isso a gente vê que [es]tá avançando. Esses projetos grandes e daqui a ferrogrão é o que [es]tá sendo mais falado, eles estão querendo fazer mesmo essa linha. Então com isso a gente se pergunta: O que que vai acontecer com a ferrogrão?” (Juarez Munduruku, 2020).

3.2.3 Hidrovia

Cacique Brás Tupinambá nos conta que esse projeto irá cavar o rio Tapajós, desassorear, para permitir que navios graneleiros possam navegar tanto na vazante como no período de cheia:

“O que eles querem fazer, é pressionar o governo para cavar o rio Tapajós para os navios graneleiros irem até Miritituba, que fica em Itaituba. E lá tem o ponto da soja para embarcar os grãos lá” (2020).

Ele explica que

“cavando o rio, o que vai acontecer, vai sujar a água. Vai arrancar as nossas pedras que é o nosso local sagrado, o nosso rio Tapajós. Vai matar o nosso peixe, vai expulsar o nosso peixe, nós não vamos poder pescar como a gente pescava antes” (Brás Tupinambá, 2020).

Cavar o rio é um problema para todos que estão no rio do Tapajós, pois

“mexer no curso do rio Tapajós é mexer na vida dos que vivem dele” (Adenilson Borari, 2020).

O projeto que prevê o desassoreamento da Hidrovia, também, está sendo desenvolvido pela lógica “de cima para baixo”, segundo Joselindo Munduruku (2020).

“A hidrovia parte da ideia de encurtar esse caminho do grão, ela vem, não é pensada com a população, com as comunidades tradicionais, ela é pensada em uma sala entre quatro paredes” (Abimael Munduruku, 2020).

Desde o ponto de vista dos entrevistados / dos povos afetados, só é pensado pelos interessados nos recursos que esse projeto gerará, pelos grandes investidores internacionais:

“Pouco eles estão se importando com a população que tem o direito, que está sendo violado, com as pessoas que irão morrer, com as pessoas que irão ter consequências futuras” (Abimael Munduruku, 2020).

Consequências como que foram elencadas pelo cacique Brás Tupinambá acima.

“E aí a gente começa esse debate na região a partir de 2015 com a chegada da hidrovia do rio Tapajós, como se não bastasse os portos de Miritituba no médio Tapajós, ignorou todo o conhecimento que existe dos Munduruku naquela região. Inclusive foram construídos portos em Miritituba, em cima de sítios arqueológicos” (Adenilson Borari, 2020).

A hidrovia não atende apenas aos interesses do agronegócio ou da mineração, mas também dos madeireiros, seja eles legal ou ilegal.

“A partir do momento que se cria essa hidrovia, ela não é somente para grãos, mas ela também serve para essa extração de madeira no Tapajós. E a madeira,

também, esses grandes madeireiros, vem com esse contexto”. Madeireiras que também praticam violações: “[os madeireiros] vão ludibriar a população dizendo que eles terão emprego e não têm porquê [se preocuparem/reclamarem]. [Mas na verdade] eles são praticamente sujeitos do trabalho análogo ao escravo, porque se você chegar, a fiscalização chegar de fato em cima, você vai ter todo tipo de violação ali” (Abimael Munduruku, 2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



“Igarapé” é uma hidrovia que liga duas ilhas juntas ou uma ilha ao continente. Somente canoas e pequenos barcos podem navegar nelas. Elas são uma parte intrínseca da vida da floresta.

Com essa tentativa de expandir o escoamento do agronegócio, da mineração e das madeireiras

“o debate da hidrovia veio à tona [e isso] é muito preocupante. Porque só nesse percurso aqui de Santarém a Itaituba tem muitas comunidades tradicionais aqui, que sobrevivem do rio, a fonte de alimento é o rio” (Adenilson Borari, 2020).

Há uma preocupação com a dinâmica da vida no rio Tapajós pois:

“Se você mexer no curso do rio, você muda toda a dinâmica dele. E aí você mete grandes balsas, de soja, de minério. Não se sabe, não consigo mensurar os impactos que isso vai causar na vida dessas populações” (Adenilson Borar, 2020).

O que irá possibilitar o transporte de grandes balsas, de soja, de minério, madeira, etc.

“A hidrovía não vai ficar só aqui ela [...] vai até Mato Grosso. Então essa é a nossa preocupação aqui. E aí vem a outra preocupação maior. Esse pessoal vai fazer hidrovía aqui no Tapajós, como é que vai ficar esses igarapés daqui? Até porque ela vai cavar, a beira do rio vai ficar, eu acho que é igual esse paredão aqui. E os igarapés, esses igarapés vão ficar pendurados e com o tempo eles vão para o fundo, ali vai ficar tudo torrado. Então a força do Tapajós vai morrer, ela vai secar, porque quem dá a força para rio são os igarapés, porque ela toma toda a chuva principalmente esse tempo. O que joga forte para Tapajós e os igarapés, para ela ficar, para ela sobreviver. Então aí os peixes como é que eles vão sobreviver? Como é que eles vão desovar? A mãe dos peixes que tanto tem lugar sagrado no Tapajós, aí vão destruir tudo isso” (Juarez Munduruku, 2020).

Trata-se – desde o ponto de vista dos povos afetados – de um projeto que irá trazer destruição e sofrimento para os povos indígenas da bacia do Tapajós:

“Então esse projeto que o governo [es]tá pensando em fazer no Tapajós vai trazer uma destruição, vai quebrar todos os lugares sagrados que tem” (Juarez Munduruku, 2020).

3.2.4 Hidroelétrica

Este tópico diz respeito à energia. As hidroelétricas planejadas para o rio Tapajós de grade porte são: a de São Luís do Tapajós, Jatoba, Chacorão, Cachoeira do Cai, Jamanxim, Cachoeira dos Patos, Jardim do Ouro e outras tantas de menor porte pequenas. São projetos conhecidos na região amazônica brasileira como exemplo as hidrelétricas de Tucuruí e a de Belo Monte, que tem causado grandes danos aos povos indígenas:

“Hidrelétrica para a terra indígena, ela é o fim de uma cultura, de um povo, e acima de tudo é um extermínio tanto étnico, cultural e territorial” (Abimael Munduruku, 2020).

Quando foram planejados, esses projetos tinham o objetivo de suprir o Brasil de energia elétrica para sustentar o crescimento da economia brasileira, mesmo criando sérios impactos ambientais para os povos indígenas e comunidades ribeirinhas:

“Hidrelétricas são mega projetos que para nós na Amazônia no Tapajós, a gente não precisa mais de hidrelétricas, a gente nunca precisou, até porque já tem hidrelétrica instalada aqui na Amazônia” (Adenilson Borari 2020).

Para os povos do rio Tapajós as hidrelétricas irão acabar com o seu modo de vida:

“Com a hidrelétrica vai acabar tudo, né? Vai inundar o nosso lugar, os nossos lugares sagrados, inclusive, a nossa vida mesma, que é sagrada. Nós somos sagrados, os animais, tudo que tem vida é sagrado para nós. Então, ela vai trazer um grande impacto” (Aldira Munduruku, 2020).

O projeto de hidrelétricas não traz benefícios para os povos que estão na região, e sim, serve ao agronegócio e a mineração:

“Então, tudo isso vem [...] da ganância, né? Porque isso não traz benefício nenhum para o país. A gente tem sim um pouco de conhecimento. Às vezes eu fico achando interessante a maneira que a maioria pensa. Quando eu digo a maioria, são pessoas comuns, como por exemplo, as pessoas que moram nessa região. Aí, todo mundo vê quando a gente está brigando em termo disso [contra os] empreendimento, é como se só a gente tivesse esse dever de lutar de tentar barrar [os] projetos” (Antonio Munduruku, 2020).

As hidrelétricas, do ponto de vista dos povos indígenas, são projetos que acabam com os povos que estão na linha de colisão com a implementação destes.

“São Luiz do Tapajós, ela não atingiria somente quem [es]tá lá, quem está aqui, aqui no município. São Luiz do Tapajós é aquela hidroelétrica que era para ser construída lá no alto Tapajós” (Abimael Munduruku, 2020).

Trata-se de um projeto planejado no alto Tapajós, mas que afeta todo o rio do Tapajós, pois ele é um conjunto vivo e todos são afetados.

“Por isso que nós também lutamos para barrar o complexo da hidrelétrica São Luiz do Tapajós. A gente não estava inserido no estudo do EIA/RIMA⁶, mas isso impacta como se fala, abaixo” (Luana Kumaruara, 2020).

O que acontece no alto do rio afeta o médio e o baixo do rio. O rio Tapajós é uma unidade e deve ser tratado como tal, conforme nos explicam os povos que nele vivem. Com a implantação da hidrelétrica,

6 O EIA/RIMA é uma sigla para Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, respectivamente.

“indiretamente vai nos impactar aqui porque a água é barrada lá em cima sem contar, meus caros, na grande devastação na área inundada, em que eles não querem saber quem reside ali, eles [só] querem saber de fazer [a hidroelétrica]” (Abimael Munduruku, 2020).

Mediante a luta e resistências dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a construção da hidrelétrica de São Luís do Tapajós foi arquivada pelo Ibama em 2016, a pedido da Funai:

“Você sabem que o procurador da república conseguiu paralisar uma hidrelétrica que já era para está funcionando, era a de São Luís. Próximo de Itaituba. Os procuradores conseguiram arquivar. Isso não impede que esse novo governo aconteça nova investida e a gente está preparado para essa situação. Para que não venha [a] ocorrer essas práticas de hidroelétricas também. A época que era pra fazer lá em cima, na divisa do Pará com o Mato Grosso, lá acima no Jamanxim, lá houve até morte. Na época que era do governo Dilma⁷, ela mandou a força nacional para lá para que o pessoal fizesse levantamento da área para implantar a hidroelétrica. A força nacional matou um cacique lá. E não estava bom no início do governo Lula⁸ também, foi feito projeto da Belo Monte, não adiantou de nada o projeto pra lá, os povos brigaram lá, mas aconteceu a hidroelétrica” (Brás Tupinambá, 2020).

Esse projeto é um conflito que pode voltar a ocorrer e trazer grandes impactos para os povos do Tapajós, diz Abimael Munduruku que

“é um vulcão que está prestes a explodir. Esses grandes projetos para a área da Amazônia, para o rio Tapajós [...], eles não foram arquivados, eles estão apenas adormecidos. Em um dado momento eclode de novo” (2020).

Ter vencido essa batalha não garante paz aos povos do Tapajós:

“Então, isso ajudou a gente, mas, isso não deixou feliz a gente, porque arquivar é você aqui, voltar de novo. A gente queria era que cancelassem, [mas] não conseguimos” (Rozeninho Munduruku, 2020).

7 36.º Presidente da República Federativa do Brasil. Início: 1º de janeiro de 2011. Fim: 31 de agosto de 2016.

8 35.º Presidente da República Federativa do Brasil. Período: 2003 – 2011. Início: 1º de janeiro de 2003. Fim: 1º de janeiro de 2011.

“A Hidroelétrica de São Luiz do Tapajós, para você ter uma ideia, eu estive visitando a comunidade Pimentão, que é uma comunidade tradicional aonde tem um povo Munduruku Apiacá. Também, nessa mesma comunidade [devido à] hidroelétrica, o muro de contenção ia passar bem no meio da comunidade. O relatório circunstanciado, naquele período, de impactos ambientais, ele negava a existência de um povo ali. E aí, essa situação toda mostra o quão é irresponsável, e eu não direi esse governo, eu diria todos os governos que passam com esse intuito, eu não tenho essa intenção de dizer que esse governo foi melhor que os outros. Todos os governos têm essa ideia dessas melhorias do muito sobrepondo sobre o pouco. Mas, não é isso. É o interesse do capitalismo falando mais alto” (Abimael Munduruku, 2020).

Conforme nos conta Abimael Munduruku, a construção das hidrelétricas causa impacto para todos que vivem no rio Tapajós,

“então, a hidroelétrica lá no alto, o Tapajós que a gente reside aqui, nesse período ele está com um metro de fundura. Ele é largo, ele não é fundo, aquela contenção [o barramento do rio]. E aí no alto Tapajós seria frequente [o nível baixo do rio], seria uma forma devastadora para aquele povo” (Abimael Munduruku, 2020).

Existe um risco de o governo desengavetar o projeto, principalmente se a flexibilização do licenciamento ambiental for aprovada no Congresso Nacional. Mas num horizonte que vai até 2030 ele está descartado, pois não consta do Plano Nacional de Energia (PDE 2030). Porém o governo, cheio de surpresas, tudo pode e a qualquer momento, poderá sair ressurgir para ameaçar os povos do Tapajós.

É necessário manter vigilância e atenção.

3.3 Resistência

Diante do quadro exposto na sessão anterior, a resistência se torna necessária para os povos do rio Tapajós. Nessa sessão é apresentada a síntese das respostas referentes às perguntas: “A comunidade tem resistido aos projetos “Ferrogrão” / Hidrovia” / “Hidrelétrica”? Quais são as estratégias para se defenderem contra estes projetos?”. É discutido quais são os meios que os povos indígenas do rio Tapajós utilizam para fazer frente aos grandes projetos planejados para a região.

Segundo Manoel Rocha Munduruku, cacique da aldeia Ipaupixuna localizada no planalto santareno no baixo rio Tapajós:

“Só faz ficar mais, mais, profunda no nosso dia a dia que a gente deve combater todo esse contexto que vem nos prejudicar” (2020).

Combater os grandes projetos de infraestrutura que causam prejuízos aos povos indígenas do rio Tapajós é uma necessidade que surge de um perigo concreto.

“O mais interessante de tudo isso é que eles querem apagar toda nossa cultura, eles querem apagar toda a nossa realidade” (Manoel Rocha Munduruku, 2020).

Do ponto de vista do Cacique Manuel Rocha Munduruku, trata-se de uma tentativa de apagamento que tem como contrapartida a resistência de quem não tem medo de enfrentar as dificuldades impostas por interesses de grupos que são pautados apenas no lucro e na ganância.

Com esta resistência, os povos indígenas visam proteger não só a floresta, o rio, a fauna, mas um modo de vida próprio.

“A nossa cultura pertence a nós, nunca vamos esquecer isso. Nós nunca vamos deixar de fazer de se mobilizar, de fazer os nossos rituais, de fazer a nossa própria cultura” (Manoel Rocha Munduruku, 2020).

Os povos do rio Tapajós resistem de forma coletiva, pautada na solidariedade entre eles:

“Nossa estratégia é uma estratégia muito interessante. A gente já trabalha muito claramente o coletivo, e o coletivo na hora que mais a gente precisa, é essa hora que o coletivo ele tem autonomia e poder” (Manoel Rocha Munduruku, 2020).

Estévina Tupinambá, cacique da aldeia Castanhal, localizada na cabeceira do

Amorim, no baixo rio Tapajós, conta sobre essa resistência coletiva:

“A gente se junta. Aí nós partimos para uma ação, né? Nós combatemos esses tipos de projetos. [N]inguém concorda com nenhum tipo de projeto dentro da nossa região dos povos Tupinambá, não aceitamos. Não!” (2020).

A resistência se fortalece a cada nova batalha:

“Direito de a gente reunir, manifestar e protestar toda a essa situação com todas as lideranças, juntos, e a gente ir para resistência e dentro dessa resistência - nossa! - São áreas, são coisas, que às vezes a gente é muito ameaçado pelos próprios representantes. [Eles] ficam ameaçando, polícia fica ameaçando, [...] uma série de contestações, mas aí que a nossa resistência ela só faz se fortalecer” (Manoel Rocha Munduruku, 2020).

PHOTO: THOMAZ PEDRO



“A necessidade de lutar contra todos estes projetos, que terão impactos negativos sobre nós, está a crescer todos os dias.” Manoel Rocha Munduruku

Lutar para defender o que é de direito dos povos indígenas que vivem no rio Tapajós, direitos como os que estão garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Segundo o art. 235: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (CRFB/88). Direitos esses que são violados e por isso há a necessidade de lutar, “lutar para defender o que é nosso, porque se um dia a gente se for, vai ficar para quem? Os nossos filhos, então, eles dão continuidade que eles

lutem, também, igual nós, para que isso nunca se acabe, passando de pai para filho e assim sucessivamente” (Graciene Munduruku, 2020).

Um direito que deve ser respeitado “porque nós temos direitos. Nós temos direito de dizer que a gente não quer¹, por exemplo, uma hidrelétrica e eles têm que respeitar” (Aldira Munduruku, 2020).

Uma luta para manter a autonomia, uma luta difícil, mas que se fortalece na organização dos povos indígenas:

“É aí que nós conseguimos combater através da nossa organização, através da nossa própria resistência. Porque a resistência indígena é uma resistência fortalecida. Ela é uma resistência de autonomia, que nós conseguimos combater muitas situações que vem nos prejudicando no nosso dia a dia. Mas, não é fácil [...]para ninguém. Porque entra naquela realidade dessas lideranças: Elas sofrem essa ameaça diretamente. Mas, a gente continua firme e não vai ter governo, não vai ter ninguém que vai dizer que nós não temos direito de exercer a nossa própria cultura, nós temos estratégia para isso” (Cacique Manoel Rocha Munduruku, 2020).

A consciência de ter direitos e de saber da necessidade de enfrentar essas dificuldades vem se fortalecendo. O indígena da etnia Maytapu, Florêncio Vaz, professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) conta que:

“Eu penso que essa consciência de ter direitos, de saber que é só a pressão, a luta, a ocupação, a manifestação na rua que vai nos garantir o respeito. Ela tem crescido muito” (2020).

São diversas as estratégias utilizadas para enfrentar as ameaças que emanam dos grandes projetos pensados para a região do Tapajós. Passamos a apresentação de alguns dos modos de exercer essa resistência, utilizadas pelos povos indígenas, que foram relatadas durante a pesquisa.

1 Sobre o direito a consulta e consentimento ver a sessão número 3.5.

3.3.1 Meios de resistência

Abimael Munduruku conta que

“a forma de resistência, hoje, é o embate. A desobediência civil por parte do movimento social, dos indígenas, que a gente organiza, vai [levando os povos indígenas] para frente, ocupa o espaço que tiver que ocupar” (2020).

Graça Tapajó chama essa desobediência civil de resistência física, uma resistência que usa o corpo como arma na luta por justiça, na luta contra os “projetos de morte” como Anderson Munduruku chama a Ferrogrão, a Hidrovia e as Hidrelétricas planejadas na região (2020). Graça Tapajó afirma que:

“diante desses ataques é que vem a resistência física. [U]ma das coisas que [...] compromete a perda de muitas lideranças, é a resistência física. Para dizer “ei nós estamos aqui”, “olha aqui é o nosso território”, “olha aqui a gente quer fazer uma demarcação” (Graça Tapajó, 2020).

Esta estratégia visa garantir os direitos e a relação diferenciada que os povos indígenas desenvolvem de espiritualidades contra a ganância:

“Cada um que vem, apresenta um comportamento diferente em relação aos nossos direitos. Isso de uma forma, para gente garantir a nossa existência, os nossos direitos, a nossa espiritualidade, é muito forte, que na visão dos blocos de interesses que tem lucro, que tem a ganância, tem o poder, eles não consideram isso. Eles não consideram que eu tô escutando esse tanto de pássaro, que ele está me dizendo algo. Eles não consideram isso [o grande capital que financia os grandes projetos]. Eles não consideram que a lua está me dizendo. Eles não consideram que tal situação da natureza, dos sinais da natureza, elas estão trazendo para mim. Então, a partir do momento que eles entram ali e tiram o nosso zelo em relação à espiritualidade, da terra, da mata, da floresta. A gente vai para o corpo a corpo” (Graça Tapajó, 2020).

Essa “visão dos blocos de interesses” (Graça Tapajó, 2020) além do combate corpo a corpo, também, é combatida com a formação da consciência através do trabalho de base:

“O Grupo Consciência Indígena² continua com essa nossa especificidade que é a formação política, que é a consciência política, chamar atenção para os valores, mais do que para qualquer projeto mais imediato, a gente tem de avançar nesse sentido” (Florêncio Maytapu, 2020).

Formação que vem apresentar a verdadeira intenção desses “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020) para os indígenas que serão afetados.

“Bom, uma das pioneiras é justamente fazendo trabalho de base conscientizando os nossos parentes na aldeia de que eles precisam entender que esse grande projeto eles nunca vão nos beneficiar” (Adenilson Borari, 2020).

A conscientização é a ação mais avançada no processo de resistência. Entretanto não é fácil de desenvolver dentro dos territórios, pois existem dificuldades latentes que causam problemas para as lideranças do movimento indígena:

“Que por detrás de tudo isso venha a destruição, vem doenças, vem violência e a gente perde totalmente o controle da nossa situação. E aí o trabalho de base, ele é muito importante, porque, por exemplo, se a gente enquanto liderança não vai lá, não explica que tem um projeto hidrelétrico que tem esses impactos que tem mais impactos negativos do que positivos [...] é aí que a gente perde muito apoio porque às vezes lideranças não têm perna para fazer isso. Porque como eu falei, a nossa região é muito extensa e a gente por exemplo não ganha dinheiro para fazer a luta diária e fazer o trabalho de base. Às vezes é muito mais complexa que exige mobilização muito grande porque ia falar com as famílias explicar de que eles precisam estar forte para resistir também porque também na hora que for feito uma organização maior ele tem que [es]tar junto porque é muito mais fácil a gente viver no território do que no centro urbano que a vida é totalmente diferente então eu ainda acredito que a mobilização nos territórios ela ajudou, tem ajudado e vai ajudar ainda mais porque a gente trabalha a consciência dos parentes que é mais fácil a gente ter o nosso território preservado do que ter cheio de empreendimentos projetos instalados dentro dos seus arredores” (Adenilson Borari, 2020).

2 “Foi a partir da minha pesquisa ainda na época da graduação depois do mestrado, que eu criei o grupo consciência indígena. Um grupo de outros jovens religiosos, dentro da igreja católica, a maioria. E esse grupo consciência indígena, numa época que ninguém se assumia como indígena em Santarém, e não havia uma aldeia indígena na região de Santarém. Foi o grupo consciência indígena criado em maio de 1997” (Florêncio Maytapu, 2020).

A organização em prol de desenvolver o trabalho de conscientização, apresentada na fala do Adenilson Borari, representa mais uma forma de resistência, um meio de enfrentar e pensar sobre esses desafios:

“Nós nos organizamos através da nossa assembleia. A gente comunica cada aldeia, a gente se organiza assim através de nós juntos, se juntando nas aldeias e lideranças e nossos parentes” (Estévina Tupinambá, 2020).

FOTO: CITUPI



Tupinambá estão bloqueando navios para se manifestar contra os madeireiros ilegais.

Uma união que se faz entre os povos do rio Tapajós, reunindo as diferentes etnias:

“A gente vem resistindo, fazendo muitas reuniões com nossos parentes do alto, médio e baixo [Tapajós]. Então, a gente vem sempre lutando. Porque a gente nunca vai deixar é derrubar a gente, né, a gente tá sempre forte com os nossos caciques” (Aldira Munduruku, 2020).

Essa organização coletiva gera ações vitoriosas, ocupações tanto no rio, como na cidade, e em órgãos públicos. Cacique Brás Tupinambá nos relata uma experiência concreta de fechamento do rio Tapajós com a intenção de denunciar o que vem acontecendo:

“Nós temos o nosso jeito de fazer ação em cima do rio. Em cima do rio Tapajós, inclusive agora. Sete de novembro 8 e 9 nós [fomos] para lá, para cima do

rio. [...] Para que a gente vai lá mostrar para o governo e para as empresas que exploram o rio trazendo os comboios de balsa, que a gente [es]tá de olho aberto. A gente está acordado. Que a gente não [es]tá dormindo. Lá a gente faz uma exposição. Pede para o comandante das balsas. Nós vamos em três barcos porque o nosso recurso é muito pouco para locar mais embarcação. Embarcação é muito caro aqui na nossa região. [...] Porque gera também combustível, né, enfim, capacidade e tudo, que trabalha com a embarcação. Então dessa forma que a gente faz a nossa investida, o nosso pedido. Que não é bem um pedido. Nós fazemos a nossa missão. Aí nós pulamos para cima da Balsa. Vai lá na cabine, com o comandante. Estende uma faixa. Com dizeres dizendo do que a gente não quer dentro do rio Tapajós. Dentro da nossa região. E no caso a hidrelétrica, hidrovia, o ferrogrão, os madeireiros, e a mineração. E agora outro problema maior o que a gente [es]tá enfrentando são os grandes barcos de pesca. Estão invadindo o nosso rio para pegar os peixes de lá e sair para exportar para fora” (Brás Tupinambá, 2020).

Além do rio existe a ocupação das vias públicas, dos portos, da cidade para denunciar o que está ocorrendo. Anderson Munduruku, liderança indígena no médio Tapajós, conta como ocorre esse processo:

“Nós fechamos, praticamente paramos a cidade. Ocupa as BR³ e fecha aonde vem todo ciclo da coisa. Vem toda produção para Itaituba, vem de caminhão ou então vem de embarcação onde o porto fica tudo ali perto da aldeia em Itaituba. Tem uns portos ali que vem toda essa produção que vem pra cidade do comércio, onde tem combustível essa coisa aí. A gente fecha tudo ali e a cidade para que eles possam ouvir gente, e falar que a gente [es]tá fechando a BR por questões dos grandes empreendimentos que estão querendo fazer na região. E não [es]tá sendo respeitado o nosso protocolo. Estão passando por cima de tudo como um rolo compressor” (Anderson Munduruku, 2020).

Outro relato desse meio de resistência é narrado pelo professor Florêncio Maytapu. Uma ocupação do prédio da justiça Federal, em Santarém, visou anular uma sentença que negava a identidade étnica do povo Borari, da região do Maró no baixo rio Tapajós:

3 BR são rodovias federais de competência de cuidado da união. São vias que ligam diversas partes do Brasil. São de vital importância para a circulação, de mercadorias, capital e pessoas.

“Acho que foi em 2015. Quando o juiz federal decretou que os índios do Maró não eram índios, que eram caboclos e coisa e tal. E os indígenas do CITA⁴, basicamente, mas com apoio de outros setores, a gente ocupou o prédio da Justiça Federal. A gente ficou acampado durante os três dias, e só saiu de lá quando o Ministério Público já estava tomando providências para questionar essa sentença e pedir a sua anulação, essa sentença foi arquivada. Ela nem teve julgamento do mérito, para não ficar ruim para o juiz. Mas ela deixou de existir. [A] gente acha que isso foi uma vitória dos indígenas” (Florêncio Maytapu, 2020).

A denúncia é mais uma forma de combate realizado pelos povos do rio Tapajós. Denunciar o que está sendo praticado junto aos órgãos competentes como o Ministério Público Federal, entidade que vem auxiliando de maneira intensa os povos indígenas da região do rio Tapajós:

“[É] um grande parceiro, que é o parceiro mais neutro que nós temos nesse contexto todo”⁵ (Abimael Munduruku, 2020),

denunciando sem medo, aos órgãos que podem auxiliar, com a coragem de quem luta pela manutenção da sua cultura, seu modo de viver, fazer e reproduzir, como nos diz Graciene Munduruku:

“Além das denúncias, a gente protocola documento, a gente vai lá faz a nossa manifestação diretamente nos órgãos que são, Ministério Público, IBAMA⁶, SEMAS⁷. Quando a gente não vai fazer manifestação, vai lá levar documentos para serem protocolados. É uma coisa que a gente corre por todo lado, porque o que a gente pensa que com esse governo que está hoje, ele abriu brechas para todos, principalmente, para os fazendeiros, os grileiros de terra, entrar. Porque nós como indígenas, a gente luta para querer a nossa terra” (Graciene Munduruku, 2020).

4 O Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns-CITA, é o órgão de representação sociopolítico dos povos indígenas da região do Baixo Tapajós.

5 Na sessão Estado é desenvolvido esse tema, apresentado mais elementos sobre essa relação.

6 “O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme Art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989” (Brasil, 2021) Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama>.

7 Órgão vinculado a estrutura administrativa do Estado do Pará “Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) foi criada em 11 de maio de 1988, pela Lei de nº 5457, quando então era denominada Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). O órgão foi reorganizado pela Lei nº 5.752, de 26 de julho de 1993, e em 30 de julho de 2007, pela Lei de nº 7026 foi desmembrada da Ciência e Tecnologia, ficando apenas com o Meio Ambiente, e passou a ter a denominação atual” (Pará, 2021).

Somando a denúncia institucional, via protocolização de documentos, outras espécies relatadas são a utilização dos meios de comunicação para apresentar o que está ocorrendo ou comunicar aos movimentos parceiros para conseguir que as informações sobre os fatos circulem, conforme nos conta o cacique Josenildo Munduruku da aldeia Açaizal, localizada do planalto santareno. Ele nos diz que:

“essa é uma das estratégias [...] aí justamente indo denunciar essas violações aos meios de comunicação, denunciando através das nossas organizações que tem nos ajudado” (Josenildo Munduruku, 2020).

A utilização dos protocolos de consulta prévia, livre, etnicamente adequada, de boa fé e informada, que possui como base jurídica a Convenção 169 da OIT⁸, tem sido outra forma de realizar resistência contra os “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020).

“Apesar do descumprimento, do desrespeito, com a questão da consulta livre e informada, a gente acredita e a gente faz com que o nosso protocolo seja respeitado” (Josenildo Munduruku, 2020).

Protocolos de consulta são documentos elaborados pelos povos indígenas onde está contido a forma que devem ser consultados e que a sua opinião deve ser levada em consideração na tomada de qualquer decisão que venha impactar os territórios.

“Então, o protocolo de consulta, nós não fizemos para sentar em cima, nós não o fizemos para rasgar. Não gastamos dois, três anos elaborando reunindo o povo e para dizer como nós queremos ser ouvidos e chegar nessa hora rasgando o nosso protocolo, porque é rasgar a nossa história, rasgar a nossa identidade, rasgar a nossa forma de organização é negar o nosso direito. [...] Então o protocolo de consulta [...] ele nos dá essa legitimidade de dizer que esses projetos que estão sendo pensados eles precisam [do consentimento das comunidades]. A comunidade indígena, as demais comunidades, precisam ser ouvidas. Então, eu diria que

8 “A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, apresenta importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas coletivos, com significativos aspectos de direitos econômicos, sociais e culturais. A Convenção nº 169 é, atualmente, o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em respeito às condições de vida e trabalho dos indígenas e, sendo um tratado internacional ratificado pelo Estado tem caráter vinculante” (ISA, 2020) Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Conven%C3%A7%C3%A3o_OIT_sobre_Povos_Ind%C3%ADgenas_e_Tribais_em_pa%C3%ADses_independentes_n%C2%BA._169

nesse contexto geral os protocolos de consulta eles são essenciais para que a gente possa participar e diz se concordamos ou não com tal empreendimento. Acho que essa é uma das grandes frentes nossas de luta, para nos posicionar em relação a essa situação” (Josenildo Munduruku, 2020).

Infelizmente existe esse desrespeito como é relatado pelo cacique Josenildo Munduruku. Esse tema é desenvolvido com maior profundidade na sessão número 3.5 denominada de Consulta, pois em nossa pesquisa fizemos uma pergunta específica sobre a utilização, por parte dos povos indígenas do rio Tapajós, dos protocolos de consulta como estratégia de resistência.

Seguindo com os meios de resistência, a comunicação é outro fator importante, destacado ao longo das entrevistas, na luta por direitos dos povos indígenas do Tapajós.

“Uma das coisas que tem ajudado muito também nesse trabalho de conscientização é a comunicação, ela é muito importante, ela tem sido um dos pontos chave nesse processo” (Adenilson Borari, 2020).

O avanço das tecnologias e sua utilização pelos indígenas são importantes armas:

“Esse mundo virtual digamos que foi uma arma, uma arena que a gente não transitava muito, até devido ao acesso a essas tecnologias e hoje a gente [es]tá fazendo isso” (Florêncio Maytapu, 2020).

Aquele avanço possibilita um melhor monitoramento do território e denúncias em tempo real:

“Porque antes, quando nós começamos, por exemplo, chegava uma informação no território em uma semana, porque tinha que mandar carta pelo barco até chegar lá. Uma semana chegava respondida, por exemplo. Mandava quarta-feira, só chegava na outra semana a resposta. Hoje já mudou muito. Existem territórios começando a instalar sinal WI-FI. Então, a gente já sabe as coisas em tempo real, quando tá tendo tentativa de invadir o território a gente já sabe no mesmo dia, já pode acionar o IBAMA, a Polícia Federal ou o Ministério Público Federal, a comunicação tem ajudado muito” (Adenilson Borari, 2020).

Essas formas de resistências demonstram que os povos indígenas do rio Tapajós estão firmes no enfrentamento contra os projetos que colocam em risco as suas vidas, o seu modo de vida e seus territórios.



“O mundo virtual tornou-se uma arma. Antes não a utilizávamos muito porque não tínhamos acesso à tecnologia, mas agora usamo-la.” Florêncio Maytapu

3.4 Cooptação

Quando perguntamos: “Existem desacordos/ divergências no povo sobre o projeto “Ferrogrão” / “Hidrovia” / “Hidrelétrica”? Existem grupos dentro do povo que são a favor dos projetos? Por que? Como isso ocorre? Como as divergências são tratadas?” Nos foi apresentado um contexto em que os representantes dos grandes projetos se aproveitam dessas divergências e agem de modo a cooptar pessoas indígenas, oferecem empregos, dinheiro, para conseguir atrair as pessoas e como isso implementar os seus planejamentos, conforme o seguinte relato:

“Mas assim, existe sim. Só que não dá para dizer que são votos vencidos. Porque não é uma minoria muito pequena, muita das vezes são indígenas que perderam todo o seu vínculo com o território, único vínculo que eles têm [é] um território estabelecido e levar esses megaprojetos com a farsa de que são os povos que estão pedindo não é verdade, não são os povos que estão pedindo. E aí ultimamente eu acompanhei a questão dos Munduruku do alto Tapajós com a questão no garimpo, que alguns Munduruku foram levar para Brasília para reunião com presidente se reunindo com Ministro do Meio Ambiente que os Munduruku querem garimpo. E a gente sabe que isso não é verdade. Quem sabe que é um pequeno grupo de indígenas, que infelizmente são de indígenas sim, que com falsas promessas com cooptação são levados à prova de que é bom, que é melhor, que vão ser beneficiados, [mas] aqui na verdade não é isso” (Adenilson Borari, 2020).

Esse é um tema delicado e que necessita de muito cuidado. Contudo, ao longo da pesquisa foi apresentado de maneira serena e realista pelas pessoas indígenas que foram entrevistadas. Esta é uma realidade que está presente e preocupa os povos indígenas do rio Tapajós. Do ponto de vista das pessoas indígenas entrevistadas, a cooptação de indígenas é uma das estratégias utilizadas pelos agentes dos “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020) na tentativa de implementação de empreendimentos como as hidrelétricas, hidrovias e ferrogrão.

“Na verdade, a gente tem muito, tem muitos parentes que são assim, né? Que tem como a gente fala, olho grande, né. Muitas vezes a pessoa da empresa oferece um dinheiro e ele não pensa no povo dele, não pensa nos filhos dele, não pensa nos netos dele” (Aldira Munduruku, 2020).

São pessoas utilizadas para criar divergências dentro do povo, para desmobilizar, enfraquecer a luta, segundo Aldira Munduruku:

“Então, essas pessoas eles, eu acho, eles não têm coração, para nós. Porque quando a gente pensa no nosso povo, a gente sempre tem que dizer não. Não a essas empresas, então, a gente tem que pegar essa pessoa, então, falar com ela, dar um conselho para ele e dizer para ele participar mais das reuniões, entender um pouco mais o que é errado o que é certo então, a gente tem várias pessoas que são assim no nosso povo. Inclusive agora que tem muitos parentes já contra nós por causa do garimpo. Então, é um pouco difícil para nós dizer que assim é um pouco vergonhoso, que são os próprios parentes nossos, mas hoje em dia é assim mesmo. Então, a gente só tem que ficar no lugar dele mesmo. A gente aqui e ele para lá porque a gente tem muitos apoiadores. A gente [...] já tem muitos caciques do alto mesmo, já sendo comprados para entregar nossa terra, mas a gente está sempre firme também” (2020).

Este problema não está apenas em uma aldeia ou em uma localidade do rio Tapajós, está presente em diversos locais. Cacique Josenildo Munduruku afirma:

“É muito preocupante essa situação não só aqui na aldeia mas também em diversos outros territórios. Porque a gente sabe que o poder econômico, o poder capitalista, ele é muito influenciador” (2020).

Perdem a sua ancestralidade, são influenciadas e acabam auxiliando os agentes de projetos como as hidroelétricas, as hidrovias, ferrogão, agronegócio, mineração, madeireiras etc. como conta Graciene Munduruku, presidente da associação indígena da aldeia Ipaupixuna:

“Sim, tem pessoas, os próprios indígenas aqui [...] que ficam do lado do sojeiro. Ficam do lado do fazendeiro. Ficam do lado do grileiro e ficam do lado dos que fazem a extração da madeira, o madeireiro” (2020).

Do ponto de vista dos povos indígenas do rio Tapajós, esta é uma prática colonizadora que faz parte de uma estratégia bem conhecida dos grupos que estão por traz dos “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020):

“O que a gente percebe, que é uma prática colonizadora, nós precisamos descolonizar isso, essa divisão. Essa divisão que você traz para dividir, e antes acabava botando os povos, os parentes um contra o outro” (Graça Tapajó, 2020).

Conduta que visa a criação de falsas lideranças entre o povo com o intuito de estabelecer um canal de divulgação dos interesses capitalistas, dessa forma criando conflitos internos com o intento de facilitar o avanço dos “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020). Contudo, os indígenas do rio Tapajós



“Esta divisão acaba por colocar pessoas, grupos e familiares uns contra os outros”. Graça Tapajó.

sabem discernir entre uma liderança autêntica e uma liderança cooptada pelo capitalismo, conforme nos indica Anderson Munduruku:

“Realmente existe isso. Essa questão de comprar algumas pessoas que se auto-identificam como liderança. Mas elas não são lideranças e não falam pelo povo Munduruku. As verdadeiras lideranças¹ a gente conhece. [A gente sabe] quem são as verdadeiras lideranças. São aqueles que lutam pelo seu povo, pelo seu território, para preservar. E aí essas pessoas que são individualistas, esse tipo de pessoa que são cooptadas. Igual a questão da mineração, para nós isso aí é inviável. Falam que é sustentável. Falam que a gente depende daquilo, é mentira. É uma mentira e eles estão usando o próprio parente para falar uma coisa que é para defender o branco” (2020).

1 As verdadeiras lideranças, referidas por Anderson Munduruku, são constituídas, a partir das respostas dos interlocutores, por meio do reconhecimento de sua luta e sua conexão com a cosmologia do seu povo e a partir do auto reconhecimento do grupo. Já as falsas lideranças, são construídas fora dos interesses dos povos indígenas e baseada nos interesses externos.

Outra característica das falsas liderança é a perda da ancestralidade², como bem indica o cacique Josenildo Munduruku. As falsas lideranças deslocam-se/afastam-se da base de ligação entre o indígena e a natureza, segundo o cacique:

“O que nos liga à preservação, [...]o ser parte do meio natural é a nossa ancestralidade” (2020).

Esse distanciamento com a ancestralidade é um dos fatores que os agentes dos “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020) utilizam para efetivar a sua “política de divisão”:

“Tem pessoas que geralmente perdem a ancestralidade. Perderam e acabam sendo facilmente cooptados por esses ruralistas, que com certeza eles estão atuando dia e noite implementando essa política de divisão. Aqui no território nós temos esse problema sim, de pessoas que são indígenas mas que apoiam essa política desse desenvolvimento, que para nós não é desenvolvimento [...] nós temos um outro conceito de desenvolvimento que é um desenvolvimento que leva em consideração os nossos saberes, as nossas ancestralidades, pensar nas futuras gerações” (Josenildo Munduruku, 2020).

A estratégia de dividir utiliza da desinformação como estratégia:

“Existe sim em algumas aldeias essas divergências, algumas que apoiam [os grandes projetos ou os sojeros]. Mas assim, esses que apoiam na maioria das vezes estão desinformados, a partir do momento que ganham a informação eles caem em si” (Abimael Munduruku, 2020).

Aproveitam, os idealizadores dos grandes projetos planejados para a região do Tapajós, que algumas pessoas não estão a par da situação real, das verdadeiras consequências dos “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020) para ludibriar e cooptar. Por isso surge a importância da conscientização como estratégia de defesa do território:

“É um papel importante essa conscientização porque quando o projeto chega, os apresentadores do projeto chegam, eles não vêm falando dos malefícios que ele vai trazer. Eles só vão falar do benefício e quem não entende o contexto geral

2 Esse conceito é holístico, tem relação com descendência, espiritualidade, conexão com a floresta etc.

de um projeto dessa magnitude acaba achando que é benéfico e ao mesmo tempo ele não entende. Ele não entende não. Ele entende que aquilo vai melhorar. Seja a vida dele, seja a vida dos familiares. Contudo, quando ele vê essa situação de uma outra forma explicada, e aí ele cai na real, e de fato, ele tá metendo os pés pelas mãos. Então a divergência que existe hoje em alguns locais, ela pode ser sanada com essa explicação clara” (Abimael Munduruku, 2020).

As pessoas que são caracterizadas como “olho grande” (Aldira Munduruku, 2020), que servem de instrumento para a “política de divisão” (Josenildo Munduruku, 2020) compõem um pequeno grupo, segundo Adenilson Borari:

“É um pequeno grupo de indígenas, que infelizmente são de indígenas sim, que com falsas promessas, com a cooptação, são levadas à prova de que é bom, que é melhor, que vão ser beneficiados, o que na verdade não é isso”. O grupo é levado a acreditar que as promessas de desenvolvimento vendidas são benéficas. “Isso acontece. Isso acontece por uma falta de esclarecimento, por parte, digamos, até mesmo por meio dos nossos parentes, e o lado dominante se aproveita disso” (Graça Tapajó, 2020).

Outro fator utilizado na implementação da “política de divisão” (Josenildo Munduruku, 2020) é a auto identificação recente de alguns indígenas, que tomam consciência de seu pertencimento étnico recentemente, e isso é utilizado pelo “lado dominante” (Graça Tapajó, 2020), como nos indica o professor Florêncio Maytapu que afirma:

“A minha avaliação é que esse problema existe de fato, lideranças, algumas que se identificaram como indígena só recentemente. A maioria dessas pessoas que tem posturas a favor do Capital, a favor dos madeireiros, agora nesse período eleitoral a favor de um projeto muito pessoal: Eu, eu candidato, eu candidato avereador se vendendo numa linguagem assim do senso comum. Isso se deve [ao fato de] que essas pessoas entraram recentemente no movimento. Elas não participaram daquele processo de constituição, de memória, de forjar um projeto ligado a valores do ser indígena” (2020).

Francisco Munduruku, liderança Munduruku do médio Tapajós, nos diz que

“eles [os grandes projetos] tentaram de várias formas nos comprar e fazer com que algumas lideranças fizessem parte desse pacote” (2020).

Esse pacote diz respeito a esse conjunto de práticas utilizadas na tentativa de cooptação de pessoas indígenas. Uma preocupação, pois gera grandes consequências e tem como finalidade desarticular o movimento indígena:

“Então era muito preocupante até mesmo alguns grupos estavam passando as informações que nós estávamos praticamente querendo que eles não intervissem no nosso processo de luta e organização e planejamento. Dentro do grupo também havia pessoas fazendo essa ponte para o governo no intuito de saber com antecedência o que nós estávamos propondo” (Fransisco Munduruku, 2020).

Essa prática acaba desestabilizando os movimentos indígenas, causando dor e sofrimento, pois não é fácil ter que combater pessoas próximas, como nos relata Luana Kumaruara:

“A gente aprende a lutar contra o branco, contra os invasores. Mas a gente não está preparado para lutar contra o próprio parente. Isso nos desestabiliza um pouco, porque não dá para fazer denúncia, criminalizar. A gente já sofre a criminalização por ser liderança” (2020).

Essa dor alcança diversas gerações de diversos povos e causa sofrimento, uma tática que fere a alma dos povos do rio Tapajós, conforme o relato que segue:

“Nossos avós, nossos antepassados sempre lutaram por nosso território e essa missão de vocês tem que repassar isso para as futuras gerações. E a partir do momento que a gente vê uma liderança que vira do avesso, é muito triste. Somos indígenas, mas também somos humanos e não sei como uma liderança dessa pode se deixar levar. Você está ali defendendo o território e de repente você vê a liderança do outro lado, defendendo o garimpo, defendendo os planos de manejo, defendendo o próprio agronegócio, como em muitas regiões do Brasil que tem indígenas que hoje defendem o agronegócio. É muito triste a gente ter que ir lá e ainda processar ou denunciar um parente. E aí, quando acontece isso são cooptações de lideranças mesmo. [As lideranças cooptadas] a prometer as coisas para o parente, como no Alto Tapajós como eles dizem: porque minha parente, porque a gente quer internet, a gente quer uma boa televisão, a gente quer isso e aquilo. Assim como saiu Belo Monte que também foi uma canetada de algumas lideranças de frente” (Luana Kumaruara, 2020).

Os casos de indígenas que são cooptados causam danos ao orgulho dos povos. Luciene Munduruku, que faz parte do coletivo áudio visual Munduruku do médio Tapajós, nos diz do sofrimento de ver o nome Munduruku sendo associado a esse tipo de prática. Ela fala da tristeza de ver a ação de algumas pessoas

causando a vergonha de um povo que tem orgulho de ser lembrado como povo guerreiro, um povo que luta pelo seu território, pelos seus direitos:

“São pessoas que liberam terra para entrada de garimpeiro. São a minoria das pessoas. Eles levam pessoas não indígenas para lá. E quem leva o nome são todos o povo Munduruku e eu fico muito triste quando acontece isso. Porque as pessoas conhecem a luta do povo Munduruku e vê isso. Eles começam a comentar: “O povo Munduruku é um povo muito guerreiro e agora está começando a se vender”. Aí a gente fala que não é todo o povo Munduruku, são apenas algumas pessoas que moram na cidade e dependem do dinheiro todo tempo para se manter na cidade. [...] Mas os indígenas que moram na aldeia eles não precisam do dinheiro para sobreviver na aldeia porque tem um rio e a floresta que mantém eles na aldeia” (2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



“Os povos indígenas que vivem na aldeia não precisam do dinheiro para sobreviver porque lá temos um rio e a floresta para nos apoiar”. Luciane Munduruku

Graça Tapajó indica que os “projetos da morte” (Anderson Munduruku, 2020)

“se aproveitam para dividir e quanto mais ter divisão é muito melhor para o lado dos interesses dominantes. Isso acaba até gerando um conflito interno entre nós povos indígenas. E o que nós fazemos em relação a isso?” Como solucionar essa problemática? Cacique Josenildo Munduruku afirma que: “A gente tem esses problemas. Mas como temos um grupo de lideranças que tem essa ancestralidade, que tem esse pensamento de que nós precisamos lutar, não para nós, somente agora, mas para as futuras gerações” (2020).

Essas lideranças que ainda estão conectadas com a sua ancestralidade buscam o trabalho de expansão da consciência dos seus parentes:

“Aí que a gente precisa trabalhar a formação da consciência, a formação de você não ser alienado, a formação de você ter uma visão de mundo indígena, para que você possa realmente ajudar a combater” (Graça Tapajó, 2020).

Um combate que é constante,

“e com isso a gente traz, assim, um fortalecimento pela união dos povos, pelas organizações, porque assim nós vamos combatendo. É dessa forma que a gente alicerça a nossa luta” (Graça Tapajó, 2020).

O trabalho de base se mostra como uma possível solução para a cooptação, conforme o relato que segue:

“combatendo esse, eu digo que é um vício. Até dos dominantes que chegam para fazer isso. Para que assim a gente possa avançar na nossa luta, para que a gente possa garantir realmente os nossos direitos. É dessa forma [...] do pensamento coletivo, trabalhando a questão da formação, trabalhando a formação da juventude, a concepção das mulheres indígenas, para que elas possam, e os jovens também, se tornem lideranças éticas. Lideranças com seriedade de luta para não ser cooptado. Porque isso é uma realidade. Esses projetos grandes que vêm, que demandam dinheiro, às vezes eles dividem até mesmo as cabeças que estão à frente das organizações. E a gente precisa ter esse olhar, e precisa dessa formação, acompanhando os dizeres que estão na frente” (Graça Tapajó, 2020).

São essas as alternativas à “política de divisão” (Josenildo Munduruku, 2020), esse é o combate que os povos indígenas do rio Tapajós enfrentam. Tendo a coragem e a firmeza de enfrentar o “olho grande” (Aldira Munduruku, 2020), que são também parentes e precisam de um cuidado especial.

“A gente tem combatido, a gente tem feito com que essas pessoas que sobressaem, a gente consegue isolar ele para que ele possa repensar o conceito que ele tem e aí, a partir daí a gente começa um outro trabalho de formação de liderança, para que eles possam compreender. A gente tem feito isso diariamente para que isso não passe a ser geral em todas as aldeias. A gente tem feito esse de trabalho, assim, de sensibilização do que é verdadeiramente, qual é a nossa luta, qual é o nosso desejo. E não pensamos egoistamente só na gente, mas pensamos nas futuras gerações. Esse trabalho tem sido feito, lógico, com muita dificuldade-

de, porque a gente sabe desse, como já foi dito, o poder financeiro, desse poder capitalista que é impregnado nas pessoas, mas a gente está na luta. A gente tá firme, firme” (Josenildo Munduruku, 2020).

São muitas dificuldades como afirma o cacique, e projetos como ferrogrão, hidrovía e hidrelétricas acabam acentuando esse contexto de cooptação, pois projetos de infraestrutura se utilizam das opiniões divergentes e podem conduzir a conflitos internos, com o intuito de enfraquecer os povos e com isso conseguir implantar os seus objetivos. Entretanto, para evitar tais situações é necessária a conscientização de todos que iram ser impactados. Uma maneira de alcançar esse intento é através da utilização do Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado, Culturalmente Adequado e de Boa-fé (CCPLI), consagrado na convenção 169 da Organização do Trabalho (OIT), que será apresentado na próxima seção.

3.5 Consulta

Nessa seção é apresentada a síntese das respostas que foram obtidas à seguinte pergunta: “Houve consulta do povo sobre os projetos? Se sim, quando? De que forma (língua; houve ameaças, subornos, etc.)? As lideranças sabem do seu direito de consulta previa?” De modo geral o Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado, Culturalmente Adequado e de Boa-fé é visto como uma possibilidade de enfrentamento a projetos planejados para a região do rio Tapajós, como hidroelétricas, hidrovias e ferrogrão.

Na seção 3.3 Resistência, algumas formas de enfrentar os “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020) planejados para o rio Tapajós, foram apresentadas. Entre elas a utilização do Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado, Culturalmente Adequado e de Boa-fé (CCPLI) foi destacado como uma forma de resistência, quando perguntamos como as comunidades indígenas do rio Tapajós têm resistido aos projetos ferrogrão, hidrovias, hidrelétrica?

Contudo, no roteiro da pesquisa foi colocada uma pergunta específica sobre utilização do Direito à CCPLI, no contexto da luta contra os projetos planejados ferrogrão, hidrovias e hidrelétrica, e neste tópico apresentamos as respostas que verificamos em campo, de modo direcionado, aprofundando o debate iniciado no tópico 2.

Está instituído na Convenção 169 (C169) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no seu artigo 3º que “os povos indígenas e tribais desfrutarão plenamente dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sem qualquer impedimento ou discriminação”¹. A Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas² da Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta no seu artigo 3º que “os povos indígenas têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural”³.

1 OIT (2011): <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20C2%BA%20169.pdf>

2 Brasil aderiu a Declaração em 2007. Mesmo que a Declaração não é juridicamente vinculante, tem um caráter de direito consuetudinário.

3 ONU (2008): Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Art. 3. Disponível em: https://www.acnur.org/fi-leadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

Já a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DAPI) da Organização dos Estados Americanos (OEA) afirma que eles são sociedades originárias, com identidades próprias e autoidentificadas, fazendo parte constituinte e integrante das Américas, possuindo direito à autodeterminação. O documento legal define, em seu artigo 2º parágrafo 2, que “os Estados respeitarão o direito a essa autoidentificação como indígena, de forma individual ou coletiva”⁴.

Esses documentos internacionais afirmam a plena vigência dos Direitos Humanos, Direito à Autonomia e Autogovernança, além de garantir que os povos indígenas participem de todas as discussões referentes aos seus direitos, utilizando o instrumento da CCPLI.

Trata-se de um instrumento para se viabilizar o respeito e garantias de proteção da relação indissociável e de interdependência que as culturas tradicionais têm com a natureza, o sentido de pertencimento, territorialidade e cosmologias dos povos e comunidades tradicionais. A busca dos povos de viver em plenitude, viver em harmonia com a natureza, com seus modos de vida tradicionais, está associada ao Direito de liberdade de se autodeterminar enquanto povo e decidir os rumos de seu próprio futuro.

A constituição Brasileira, no seu art. 231, é reconhecido “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, contudo não fala sobre o Direito a CCPLI. Entretanto, faz parte no ordenamento jurídico brasileiro e está em consonância com as normas brasileiras, segundo a procurada:

O Brasil está vinculado a essa ordem internacional de proteção aos direitos humanos por força de decisão de sua própria Constituição, que determina que o Estado se regerá em suas relações internacionais com base no princípio da prevalência desses direitos (art. 4º, II). Esse preceito é reforçado pelas normas ampliativas do rol de direitos fundamentais constantes dos §§ 2º a 4º do art. 5º⁵.

4 Organização dos Estados Americanos (2016): Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Art. 1.2. Disponível em: https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND_POR.pdf

5 Duprat, D. (2015): A Convenção n. 169 da OIT e o direito à consulta prévia. In: Duprat, D. (org.). Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais. Brasília: ESMPU. p. 53-78.

Três povos indígenas que vivem no rio Tapajós já construíram protocolos de consulta, uma maneira de instrumentalizar o seu Direito a CCPLI, nos protocolos, os povos definem a forma como querem ser escutados sobre projetos, propostas administrativas e legislativas que os afetem, são eles:

- 1) o povo Munduruku do alto e médio Tapajós;
- 2) o povo Munduruku do planalto Santareno no baixo rio Tapajós;
- 3) povo Tupinambá do baixo rio Tapajós.

O primeiro a ser construído na região, e o segundo protocolo do Brasil, foi o do povo Munduruku do médio e alto Tapajós.

“Antes, quando a gente não tinha o protocolo a gente viu o exemplo dos parentes lá, os Wajãpi, foram eles que construíram o primeiro protocolo e a gente se inspirou neles” (Juarez Munduruku, 2020).

É uma ferramenta político jurídica na luta contra as imposições dos “blocos de interesses”(veja capítulo 3.5) (Graça Tapajó, 2020).

“Nós, o povo Munduruku, queremos ouvir o que o governo tem para nos falar. Mas não queremos informação inventada. Para o povo Munduruku poder decidir, precisamos saber o que vai acontecer na realidade. E o governo precisa nos ouvir. Antes de mais nada, exigimos a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu. Em hipótese alguma aceitaremos ser removidos. Exigimos também que o governo proteja os parentes isolados que vivem em nossa terra e garanta o direito de consulta dos outros povos atingidos por seus projetos, como os Apiaká e os Kayabi. E, finalmente, exigimos que as comunidades ribeirinhas que serão atingidas pelas barragens no rio Tapajós (como Montanha e Mangabal, Pimental e São Luiz) tenham seu direito à consulta garantido, de modo adequado e específico à realidade delas. Assim como nós, os ribeirinhos também têm direito a uma consulta própria” (Protocolo de consulta Munduruku, 2017).

Em 2017 o povo Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, no baixo Tapajós criaram o seu protocolo de consulta:

“Nós temos nosso protocolo de consulta, que foi resultado, também, da autêntica iniciativa nossa. Foi, eu acho, um dos protocolos que a gente disse não: “Vamos fazer, vamos realizar e vamos estudar, porque nós precisamos” (Josenildo Munduruku, 2020).

Surgindo como uma necessidade de efetivar os Direito dos povos indígenas:

Este documento nasceu da necessidade de nós indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto de estabelecermos critérios formais criados a partir de direitos previstos legalmente para sermos consultados na hipótese de viabilidade de planos ou projetos que possam pôr em risco a vida e a cultura das famílias que vivem nas aldeias. Afirmamos ainda que as aldeias São Francisco da Cavada, Açaizal, Amparador e Ipaupixuna, já auto demarcaram seus territórios ocupados e que se encontra oficialmente solicitada a criação do Território Indígena Munduruku do Planalto, junto a FUNAI (Protocolo de Consulta Munduruku & Apiaká, 2017).

FOTO: THOMAZ PEDRO



“Quando chega alguém na nossa aldeia a gente tem que ser consultado”. Estévina Tupinambá

O terceiro protocolo, construído por um povo indígena na região do rio Tapajós, foi lançado no ano de 2018 pelo povo Tupinambá:

“Olha, nós temos nossos Protocolos de consulta, que nós das aldeias, nós nos sentamos e elaboramos esse protocolo de consulta, nós dos povos Tupinambá” (Estévina Tupinambá, 2020).

Um instrumento na defesa dos Direitos:

“Quando chega alguém na nossa aldeia a gente tem que ser consultado, consultar a gente, pois temos esse protocolo de consulta criado por nós do povo indígena” (Estévina Tupinambá, 2020).

Um documento juridicamente fundamentado e válido, pois a C169 foi ratificada pelo Brasil em 2002 mediante o decreto legislativo número 143 e entrou em vigor em 2004 com o decreto executivo 5051, sendo portanto, legalmente vinculante e passível de ação judicial. Em contrapartida as outras declarações, apesar de importantes, não são legalmente vinculantes. Se trata portanto de um documento que afirma a utilização dos tratados internacionais e cobra do Estado Brasileiro o respeito dos direitos indígenas:

FOTO: THOMAZ PEDRO



“O que o protocolo de consulta diz é que não é apenas uma associação ou apenas o cacique que deve ser consultado. Mulheres, crianças, idosos, xamãs, guerreiros, professores, enfermeiros técnicos - todos devem ser consultados”. Alessandra Munduruku

“Nós exigimos ser reconhecidos e respeitados, queremos ter os nossos Direitos atendidos plenamente. A Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que foi ratificada pelo Estado Brasileiro pelo decreto legislativo número 143/2002 e entrou em vigor pelo decreto executivo número 5051/2004, nos garante uma série de Direitos como o Direito à Autodeterminação e o Direito à Consulta e Consentimento Prévio Livre e Informado (CCPLI). Além da Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da Organização da Nações Unidas (ONU), e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DAPI), da Organização dos Estados Americanos (OEA), reafirmam esses Direitos, os quais devem ser atendidos pelo Estado Brasileiro” (Protocolo de Consulta do povo Tupinambá, 2018).

O artigo 6 da C169 diz que os Estados devem “consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”⁶. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas no seu artigo 19 vem afirmar e reforçar que:

“os Estados consultarão e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem”⁷.

Todos os povos interessados devem ser consultados, todos os povos afetados devem participar desse processo de escuta como afirma Alessandra Munduruku:

“Não é só o povo Munduruku que tem que ser consultado. Tem que ser todos os envolvidos que vão ser impactados. Se os Kayapó vão ser impactados eles também têm direito de ser consultados. Se os [povos do] baixo Tapajós, os Tupinambá vão ser impactados, também têm [o direito de] ser consultados. Se os beiradeiros vão ser impactados, então, vamos chamar eles também. Então, isso é informação. Ela tem que ser prévia. Tem que ter povo. Tem que se organizar todinho para todos participarem. Todas as informações devem chegar nas bases” (2020).

No texto da DAPI consta no artigo 23 parágrafo 2 que

“os Estados realizarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados por meio de suas instituições representativas antes de adotar e aplicar medidas legislativas ou administrativas que os afetem”⁸,

sendo um importante avanço jurídico/político na garantia dos direitos dos povos indígenas em âmbito global.

6 OIT (2011): Convenção 169, Art.,6. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%2Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>

7 ONU (2008): Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 19. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf

8 OEA (2016): Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Art. 23.2 Disponível em: https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND_POR.pdf

A CCPLI consolidou-se internacionalmente como importante conquista dos povos indígenas e tribais, porque determina um novo tipo de relação, mais simétrica e respeitosa, entre os Estados e os referidos povos. Contudo, ainda são inúmeros os desafios para a efetiva implementação desse direito por parte dos Estados.

Os povos indígenas do rio Tapajós estão cientes dos seus Direitos, segundo o que nos conta o cacique Brás Tupinambá:

“Então, nós sabemos que quando está para ter uma investida, uma situação dessa aqui, um projeto dentro das terras, a gente tem que ser consultado. Infelizmente ainda tem instituição que faz vista grossa” (2020).

Segundo Florêncio Maytapu esse direito é burlado pelo Estado Brasileiro:

“Não, não. Da parte das instituições do Estado, não houve respeito em nenhum momento a esse direito da consulta, muito pelo contrário. Sempre que alguma iniciativa, ligada a qualquer das instituições do Estado, tanto ao Executivo, quanto à instituições como IBAMA, ICMBIO⁹, o que eles fazem é querer burlar o direito da consulta” (2020).

O CCPLI não é respeitado pelo Estado brasileiro, ou como o cacique Brás Tupinambá afirma, “faz vista grossa” (2020):

“Então, embora tenha um instrumento rico que é a Convenção 169, ao qual o Brasil é signatário, ele é membro [da OIT], a gente percebe que não é respeitado [o Direito a CCPLI], isso não é respeitado” (Graça Tapajó, 2020).

O que existe é uma violação ao Direito à CCPLI: Não há uma consulta, prévia, livre e informada. Então esse direito é violado, porque quando chega, digamos aquele trabalho que vai chegar para ser imposto por meio daquele projeto, aquele povo não sabe, ou é um pequeno grupinho que foi usado para discutir.

9 “O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais” Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acao-a-informacao/institucional/o-instituto>.

“Agora nós já estamos trazendo porque nós discutimos isso aqui” [diz o grupinho]. E não é verdade. Um trabalho para ser bem feito precisa organizar o povo, precisa esclarecer os impactos, o que vai acontecer para a vida, para a cultura, para o rio, para todos os seres vivos, e não é considerado isso (Graça Tapajó, 2020).

Para que ocorra uma consulta válida é necessário que o Estado siga o que está instituído no protocolo do povo que irá ser consultado, como nos diz Alessandra Munduruku, sobre quais pessoas devem ser consultadas:

“O que o protocolo de consulta fala é que não é só consultar uma associação ou só o cacique, ela tem que consultar todos! Mulheres, crianças, idosos, pajé, guerreiros, professores, enfermeiros técnicos, todos devemos ser consultados” (2020).

Florêncio Maytapu narra o que ocorre na experiência dos povos indígenas que estão localizados no baixo rio Tapajós:

“Fazer determinadas reuniões rápidas, ouvir algumas pessoas, fazer explicações muito direcionadas sobre determinada iniciativa e dizer que eles ouviram, e que isso foi consulta. Isso acontece com ICMBIO, a Associação TAPAJOARA, na Reserva Tapajós-Arapiuns, reserva extrativista. Eles dizem que a consulta é uma coisa que claramente não é” (2020).

Além disso as consultas devem respeitar o tempo¹⁰ dos povos indígenas. Respeitar a cultura, isso significa respeito ao modo de vida indígena que possui outra lógica com demandas específicas e diversificadas. Contudo, não é verificado esse respeito ao tempo, não é respeitado o que está definido nos protocolos:

“A gente queria que esse protocolo fosse respeitado e o governo entendesse que é preciso ouvir a gente de acordo com o que tá escrito no protocolo” (Juarez Munduruku, 2020).

“Eles têm o protocolo lá e tal, eles respeitam e tal, mas o que é que acontece? Eles fazem a reunião deles na rapidez chama o povo “tal dia vai ter uma reunião na comunidade e tal”, aí eles chamam o povo para lá. Chega lá eles dizem o que eles querem fazer. Então dessa forma eles acham que consultam. E não é! Por-

10 Tempo de vida. Ciclos que diferem dos não indígenas, tempo como sinônimo de cultura.

que consulta, prévia, livre e informada, ela tem que ser no tempo. Com bastante tempo. Para que a gente possa memorizar e saber se vai prestar para nós ou não, entendeu? Então dessa forma que tem que ser a consulta para nós” (Brás Tupinambá, 2020).

Outro ponto que deve ser verificado para a realização da consulta diz respeito às informações que são trabalhadas na consulta:

“Enquanto o povo não entender quais impactos, quais são os interesses deles [dos projetos], eles vão ter que sentar e explicar, trazendo informações verdadeiras, informação que a gente possa entender” (Alessandra Munduruku, 2020).

Um ponto de fundamental importância, entretanto não é respeitado:

“Quando eles chegam para falar do projeto eles trazem os “benefícios”, entre aspas, que vão trazer [quando os projetos forem implementados], só que eles não esclarecem o lado obscuro disso tudo” (Abimael Munduruku, 2020).

É necessário que a informação seja compreendida pelo povo para ser considerada uma consulta válida.

Uma série de violações são cometidas contra o Direito dos povos indígenas de serem escutados. Contudo, a estratégia de utilizar os protocolos de consulta como um instrumental para exercer o Direito à CCPLI trouxe alguma segurança:

“O protocolo de consulta ele trouxe uma certa segurança para nós sim. Muita segurança. Apesar de eles fazerem esse tipo de reunião rápida. As pessoas ficam com receio de entrar em nossas terras” (Brás Tupinambá, 2020).

Um exemplo desse receio foi o que ocorreu na RESEX¹¹ Tapajós-Arapinus em relação a um empreendimento madeireiro:

“Tanto que eles tinham um projeto madeireiro pra ser implantado dentro do nosso território. Agora eles falaram que dentro do nosso território não vai ter mais projeto madeireiro. Eles já tinham feito o projeto amostral. Das árvores,

11 Reserva Extrativista.

de quantas árvores iam ser o potencial, e nós conseguimos breocar essa situação, quanto ao projeto de carbono. Quanto, na época estava sendo bastante vinculado, nós paralisamos o projeto madeireiro e também o projeto de carbono¹². Depois que nós fizemos o protocolo de consulta eles eliminaram de uma vez por todas fazer projeto lá dentro do nosso território. Se nós fecharmos os olhos e paralisar eles fazem de novo” (Brás Tupinambá, 2020)

A apropriação do Direito à CCPLI pelos povos indígenas é outro ganho importante com a utilização da estratégia dos protocolos de consulta.

“As próprias comunidades, o próprio movimento passou a realizar estudos sobre o que é o direito de consulta” (Florêncio Maytapu, 2020). Isso forma um fortalecimento do trabalho de base, estratégia de resistência apresentada no item 2, que fortalece a expansão de consciência dos povos indígenas do rio Tapajós em relação aos “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020).

“Nós estávamos numa dinâmica muito interessante até o início da pandemia, a gente ia de aldeia em aldeia, fazer um dia inteiro de estudo, fazer com que os próprios moradores se apropriassem desse direito infelizmente a pandemia veio e a gente teve que parar tudo” (Florêncio Maytapu, 2020).

Outro ponto positivo que a utilização dos protocolos de consulta traz é uma reivindicação mais intensa perante ao Estado.

“Incomodar o Estado, incomodar as empresas, dizendo que a gente quer ser consultado, que a gente não foi consultado, acionar o Ministério Público, a gente quer ser consultado” (Florêncio Maytapu, 2020).

12 Se refere ao crédito de carbono “O novo acordo deve conter um mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), que prevê a possibilidade de compensações limitadas de emissões de gases de efeito estufa (GEE) por investimentos em recuperação e preservação de florestas e da biodiversidade. Entende-se que a possibilidade de países desenvolvidos compensarem uma pequena e limitada parte de suas emissões com investimentos em países em desenvolvimento, para a manutenção e recuperação de florestas, não prejudica a exigência da redução de emissões de GEE com estabelecimento de novos padrões de produção e de consumo nos países historicamente poluidores, e contribui para a manutenção das florestas que ainda restam”. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Cr%C3%A9ditos_de_Carbono:_Oportunidades_e_Riscos_para_a_Etnogest%C3%A3o_de_TIs

Também, existem vitórias dos povos indígenas do rio Tapajós com o uso dos protocolos de consulta, como nos conta Alessandra Munduruku:

“A primeira vez foi quando a gente conseguiu barrar a hidrelétrica São Luiz do Tapajós, a outra foi que a gente conseguiu adiar um pouquinho a ferrogrão, outro foram os portos, só que com esse governo incentivando, dizendo que não vai ter consulta, [fica difícil]” (2020).

Quando os protocolos não são respeitados, ou mesmo em geral, a fim de unir forças contra a linha ferroviária planejada, a via navegável e o complexo de barragens, os povos se unem, têm um potencial de conscientização, empoderamento, fortalecimento da resistência, um potencial de ferramenta jurídica. No item seguinte será abordado a política de aliança que os povos indígenas do rio Tapajós estão utilizando para fazer frente aos projetos de infraestrutura que estão planejados para a região.

3.6 Alianças

Nesta seção é apresentada a síntese das respostas à seguinte pergunta: “Quais são as alianças com outros povos, alianças internacionais, etc.? Há confiança em alianças para resistir aos grandes projetos planejados para a região do rio Tapajós?” Alianças são uma forma de fazer frente aos empreendimentos como as hidroelétricas, a ferrovia e a hidrovia. Essas alianças são vistas como uma necessidade, como afirma Abimael Munduruku:

“A união é necessária, porque hoje nós estamos precisando de apoio na luta” (2020).

Os “projetos de morte” (Anderson Munduruku, 2020) geram uma bandeira única, pois seus efeitos são sentidos por todos que estão no rio Tapajós, como ficou registrado nas seções anteriores.

“Então, uma bandeira única proporciona uma forte aliança. Tanto entre o movimento indígena, o movimento sindical, o movimento dos atingidos, o movimento dos pescadores” (Abimael Munduruku, 2020).

Esta bandeira única cria uma aliança ente os povos do rio Tapajós.

“O projeto do governo é eliminar todo o povo indígena do Brasil. Porque eles falam que nós somos o atraso. Nós somos o atraso para eles. Então, o que vai afetar aqui [no Médio Tapajós], vai afetar eles lá [no baixo Tapajós]. Então, eu acho que a gente tem que fazer aliança com outros povos e ir para frente mesmo, lutar junto, porque só assim a gente tem força, mais força ainda. O coletivo é essencial para luta” (Anderson Munduruku, 2020).

Durante a pesquisa foram coletadas as formas e os níveis de alianças que os povos do rio Tapajós vêm desenvolvendo. São quatro os níveis, quais sejam:

- 1) local, como por exemplo os conselhos indígenas de cada povo, que congregam as lideranças das diversas aldeias, o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) que reúne os povos indígenas do Baixo rio Tapajós;
- 2) regional, como exemplo a Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA) que reúne diversos povos indígenas do Estado do Pará;
- 3) nacional, como por exemplo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que congrega a grande maioria dos povos indígenas do Brasil; e
- 4) internacional, como por exemplo a aliança com a Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA) e outras organizações não indígenas.

Nos próximos tópicos, será apresentado o que foi observado em campo sobre cada nível de aliança:

- 1) as de nível locais, que consistem nas relações entre os povos indígenas do rio Tapajós;
- 2) as de nível regionais, as relações dos povos indígenas do rio Tapajós com os povos indígenas do estado do Pará e da Amazônia brasileira;
- 3) as de nível nacionais, as relações dos povos indígenas do rio Tapajós com os demais povos indígenas do Brasil; e
- 4) as de nível internacionais, as relações dos povos indígenas do rio Tapajós com organizações internacionais e povos indígenas de outros países .

FOTO: THOMAZ PEDRO



“O objectivo do governo é eliminar todos os povos indígenas do Brasil. Eles acreditam que nós dificultamos o desenvolvimento.” Anderson Paca

3.6.1 Alianças de nível local

As alianças de nível local se formam pela união dos povos mais próximos, geralmente coexistentes no mesmo território. Um exemplo é a aliança desenvolvida pelos povos do Baixo rio Tapajós por meio do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), que congrega os 13 povos dessa região.

“Aqui nós temos no baixo Tapajós 13 povos. Esses 13 povos aqui são alinhados um com o outro. Isso aqui dentro da nossa região, do baixo Tapajós” (Brás Tupinambá, 2020).

Esse alinhamento é apresentado pelo cacique Manoel Munduruku:

“Em nosso conselho nós temos uma aliança muito forte em relação a todos os outros conselhos, que é o CITA, que é o conselho Munduruku de Takuara, conselho do Maró, conselho Tupinambá, conselho do território Cobra Grande. Então, essa é uma aliança que, quando eu falo que a gente combate essa grande guerra, é no coletivo. E essa aliança tem um significativo muito importante para nós. Um significativo de luta, de toda a nossa vida espiritual, de todos os nossos ancestrais, que sempre estão lado a lado conosco, que sempre nos defendem, [em todos] os nossos conflitos” (2020).

O CITA é uma organização que articula os povos do baixo Tapajós, uma aliança entre os seguintes povos: Arapiuns, Munduruku, Apiaká, Maytapu, Kumaruara, Jaraquí, Tupinambá, Borari, Cara-preta Munduruku, Tapuia, Arara-Vermelha (Arapiranga), Tapajó e Tupaiú. É uma aliança que significa interações locais, regionais, nacionais e internacionais com outros povos e parceiros. É uma ponte, um espaço de articulação e fortalecimento da luta contra os grandes projetos planejados para a região do rio Tapajós:

“Localmente nós temos as nossas organizações sociais, a gente tem uma estrutura dentro do território, a gente está bem organizado. Em cada aldeia nós temos as nossas organizações. Por exemplo a da aldeia Açaizal tem a sua associação, Ipauipixuna tem a sua, Cavada tem a sua, e dentro do território nós criamos um conselho que representa todas essas aldeias. O conselho tem a sua autonomia de levar as suas demandas, as demandas, os problemas que estão acontecendo para o Ministério Público, assim como ele têm autonomia de chegar até o CITA. Que o CITA é uma organização que representa os 13 (treze) povos do bairro Tapajós. Então, ela tem essa interligação” (Josenildo Munduruku, 2020).

Um outro exemplo é dado pela aliança realizada pelo povo Munduruku do Médio Tapajós, que reúne diversas aldeias desse povo na Associação Indígena PARIRI (A.I. PARIRI):

Com sede na Aldeia Praia do Mangue (Itaituba), a associação Pariri foi criada no dia 8 de novembro de 1998, com o principal objetivo de lutar pela sobrevivência física e cultural do povo Munduruku do Médio Tapajós, representando legalmente onze aldeias: Praia do Mangue, Praia do Índio, Sawre Apompu,

Sawre Jaybu (Terra Indígena Sawre Bapim); Dace Watpu, Sawre Muybu, Boa Fé, Karo Muybu, Dajekapap, Sawre Aboy, Poxo Muybu, (Terra Indígena Sawre Muybu) (A. I. PARIRI, 2021)¹.

Essas organizações consolidam a aliança de diversos grupos indígenas que estão no rio Tapajós. Elas fortalecem a luta e fazem frente aos projetos planejados como as hidroelétricas, a ferrovia e a hidrovía. Essas alianças são articuladas por meio de encontros nos quais se possibilita tanto um intercâmbio de experiências pessoais, quanto um alinhamento político, conforme o seguinte relato:

“Sobre a nossa relação aqui com os parentes no Tapajós a nossa relação mais forte aqui é com os Mundurucus do médio os Munduruku do alto. Assim, de vez em quando a gente vai para o encontro de mulheres, algumas assembleias convidam, [nós vamos para lá, a gente convida] e eles vêm para cá” (Auricelia Arapiun, 2020).

3.6.2 Alianças de nível regional

Alianças de nível regional abrangem povos de diferentes etnoregiões. Um exemplo é a Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), que atua em 8 etnoregiões: Altamira, Belém, Itaituba/Jacaraeacanga, Marabá/Tucuruí, Oriziminá, Novo Progresso, Tucumã/São Félix, Santarém, reunindo 58 etnias que estão localizadas no Estado do Pará, entre elas todas as etnias que vivem no rio Tapajós:

A Federação dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA, fundada em abril de 2016, é uma organização indígena, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, criada para promoção do bem-estar social, político, econômico, cultural e dos direitos humanos dos povos indígenas. Sua sede é no município de Ananindeua (PA). A FEPIPA tem como objetivo defender e discutir os interesses coletivos dos povos e comunidades indígenas do estado do Pará, promovendo a sua organização social, cultural, econômica e política, fortalecendo sua autonomia (COIAB, 2021)².

1 Disponível em: <https://www.aipariri.com.br/>.

2 Disponível em: <https://coiab.org.br/para>.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) é uma rede que congrega os povos indígenas da Amazônia brasileira e atua em nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e está articulada com uma rede composta por associações locais, federações regionais, organizações indígenas de mulheres, professores, estudantes, e subdividida em 64 regiões de base, entre estas a região do baixo Tapajós e a região de Jacaraeacanga/Itaituba, regiões que abrigam os povos do rio Tapajós:

“A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, fundada no dia 19 de abril de 1989, é a maior organização indígena regional do Brasil, que surgiu por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes na época, e como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, em um cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil após a Constituição Federal de 1988. A missão da COIAB é defender os direitos dos povos indígenas à terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade, considerando a diversidade dos povos, e visando sua autonomia através de articulação política e fortalecimento das organizações indígenas” (COIAB, 2021)³.

Para os povos do rio Tapajós, tanto a FEPIPA quanto a COIAB constituem parcerias que ajudam no fortalecimento da luta dos povos do rio Tapajós e são locais de encontro com outros povos da Amazônia brasileira, criando com isso mais força para enfrentar as adversidades. “Isso é uma parceria, a FEPIPA, a COIAB, são uns parceiros que sempre nos apoiaram, sempre nos deram força e resistência” (Manoel Munduruku, 2020), ou como diz Graça Tapajó:

“[Para formar] parceria de povos a gente vai buscando povos, assim, de outras etnias, trazendo as suas experiências [de] luta para a gente ir somando, nos fortalecendo. Pegando um pouco de parceria, mais organizacional, nós temos a COIAB, que é a coordenação indígena da Amazônia brasileira, que congrega as organizações, congrega aqui o CITA, que com sua executiva tem representatividade na COIAB” (2020).

3 Disponível em: <https://coiab.org.br/quemsomos>.

3.6.3 Alianças de nível nacional

A APIB é uma aliança de nível nacional. Ela consiste em um espaço de importância e respeito, segundo Auricelia Arapiun:

“Com a APIB a nível nacional a gente tem um respeito à hierarquia das nossas organizações maiores, e o que a gente faz [indígenas do rio Tapajós] é de acordo com a FEPIPA e a COIAB, que vem orientando a gente” (2020).

Essa aliança é composta pelas seguintes organizações: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleias do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa.

A APIB é uma articulação que abrange todos os povos do rio Tapajós e é referência nacional do movimento indígena brasileiro:

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre [ATL] de 2005. O ATL é a nossa mobilização nacional, realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. A APIB é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo pra cima. Ela aglutina nossas organizações regionais indígenas e nasceu com o propósito de fortalecer a união de nossos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas (APIB, 2021)⁴.

A APIB tem como fórum central de construção e fortalecimento dessa aliança o Acampamento Terra Livre (ATL), que ocorre anualmente, em Brasília, capital do Brasil. Sendo utilizado como espaço de denúncia, troca de informações e partilha de experiências, cacique Brás Tupinambá narra sobre essa troca de saberes ao fazer parte da ATL:

4 Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>.

“Agora a nível nacional, único ponto que a gente pode citar é quando aconteceu lá em Brasília a ATL, Acampamento Terra Livre. Que lá é feito pela APIB. É o único ponto que a gente chega junto da APIB. E também através da ATL a gente chega junto dos governos. Fazendo nossas reuniões lá dentro de Brasília, nas instituições, para as quais a gente vai entregar documentos e faz algumas audiências” (Brás Tupinambá, 2020).

3.6.4 Alianças de nível internacional

A Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA) é a aliança internacional a qual foi referida durante as entrevistas como local de construção de alianças internacionais com outros povos indígenas da Amazonia dos seguintes países: Peru, Guiana, Bolívia, Brasil, Equador, Guiana Francesa, Suriname, Colômbia e Venezuela.

A Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), é uma organização indígena de convergência internacional que orienta seus esforços para a promoção, proteção e segurança dos povos e territórios indígenas por meio da defesa de seus modos de vida, princípios e princípios sociais, espirituais e valores culturais. Nossa pré-existência se enquadra na defesa da vida e da Amazônia para continuar como uma semente na terra e conservar as florestas para um planeta vivo que garanta a continuidade de nossas gerações presentes e futuras. Nossa história assim como nossa visão de mundo é integral, pois a vida de nossos povos está diretamente ligada à dos demais seres que habitam a floresta amazônica (COICA, 2021)⁵.

Essa aliança tem também a participação dos povos indígenas do rio Tapajós:

“em caráter mais internacional, nós temos a COICA, que também congrega o Brasil, os povos indígenas, que é a coordenação da bacia amazônica” (Graça Tapajó, 2020).

Nessa aliança ocorrem articulações internacionais dentro do movimento indígena, são desenvolvidas relações com povos indígenas de outros países, nesse caso, relações com povos indígenas de outros locais da Amazônia internacional.

⁵ Disponível em: <https://coica.org.ec/que-es-la-coica/>.

“Nossos parentes articulam a luta internacional através da COICA. A gente já teve uma parente aqui, [com quem tínhamos] uma relação muito próxima, que era coordenadora da COICA na época. A partir daí a gente já começou a articular outros parentes assim [em âmbito internacional]” (Auricelia Arapiun, 2020).

Além das alianças com outros povos indígenas, tanto a nível local, regional, nacional e internacional, existem as alianças com organizações indigenistas ou não indígenas, como a parceria que o povo Tupinambá vem desenvolvendo junto à Associação para os Povos Ameaçados – Suíça. Essa aliança proporciona suporte para a luta desse povo, conforme o relato:

“Agora o povo Tupinambá daqui do baixo [Tapajós], ele tá tendo um parceiro. Um parceiro que não é do Brasil. Ele é da Suíça. Que é a APA, associação para os povos ameaçados. Ela está dando suporte para que o território Tupinambá alavanque. Hoje o território Tupinambá ele é um dos maiores territórios do baixo [Tapajós]. Tudo por conta desse apoio que nós estamos recebendo, lá da APA. Se não fosse ela talvez a gente não tivesse chegado até o ponto que a gente está” (Brás Tupinambá, 2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



“Avançamos muito devido ao apoio da Associação para os povos ameaçados na Suíça.” Brás Tupinambá

Essas alianças com organizações internacionais não indígenas ou indigenistas, segundo os povos indígenas do rio Tapajós, são importantes por ajudar a divulgar o que está ocorrendo, divulgar as ameaças dos grandes projetos como hidroelétricas, hidrovias, e ferrogrão, planejados para a região.

“A denúncia internacional em outros países, ela tem sido muito importante. A gente percebe que foi pouco [as consequências] mas aconteceu um impacto, muitas empresas, muito financiadores, não vão mais financiar” (Adenilson Borari, 2020).

A denúncia foi de grande importância conforme o seguinte relato:

“Internacionalmente nós temos aí essas organizações internacionais que nos apoiam em nossa defesa. Eu diria que as organizações internacionais elas vêm e ouvem a nossa voz, ouvem o que nós temos a dizer. As organizações internacionais ao contrário do que o atual governo fala, que [elas] querem tomar, que querem roubar a soberania nacional, ao contrário do que o governo fala, as organizações internacionais elas [nos] ouvem. Aquilo que era o papel do governo nacional fazer, as organizações internacionais estão fazendo” (Josenildo Munduruku, 2020).

Quando essas alianças são construídas, elas são realizadas com todo um cuidado para saber quais são os interesses de quem as está buscando, para que se possa conseguir bons relacionamentos e os indígenas não serem prejudicados, conforme o relato:

“Mas assim, em outras parcerias por meio de alianças nacionais, a gente tem muito cuidado, precisa ter muito cuidado, saber quais são os interesses, que passe por uma discussão. Eu quero chegar aqui, no bairro Tapajós, quem é a organização que está indo conosco? Queremos que você vá conversar com a organização, com o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns. Quais são os interesses? Quais são seus objetivos?” (Graça Tapajó, 2020).

O maior alcance possibilitado pelas alianças internacionais e a possibilidade de diálogo com órgãos internacionais são vistas como de extrema importância:

“Elas têm sido esse braço de ser um dos defensores dos direitos humanos, as organizações internacionais. Nós percebemos, estamos vendo claramente, se não fosse essa oportunidade que nós temos de dizer para o mundo através dessas organizações, não teríamos como transmitir nossa mensagem internacionalmente” (Josenildo Munduruku, 2020).

“Tudo que é trazido à luz, para o infrator [os que querem desenvolver os projetos] torna-se prejudicial. Então, essa é a luz que se abre para nós diante dessas situações. A gente tem a oportunidade de dizer de fato como estão as coisas, como estão acontecendo, e não deixar que o governo venda a imagem de que no

Brasil tudo está sendo feito, respeitando a legislação. Não é, não está sendo feito. Os direitos indígenas, quilombolas, das minorias, estão sendo desrespeitados, estão sendo fragilizados, estão sendo cada dia mais, diminuídos. Então, a gente tem essa preocupação e tem essas organizações que nos apoiam, nos ajudam nessa defesa” (Josenildo Munduruku, 2020).

Ou como diz Adenilson Borari:

“Essa aliança é importante. Ela é importante, embora a gente às vezes acabe não divulgando, por conta também de prezar pela própria vida e prezar pela vida dessa liderança que está indo viajar. Mas ela [a aliança] tem rendido um debate internacional muito positivo, porque por exemplo você tem um indígena denunciando a soja lá na China, ou seja, estamos denunciando para quem está lá na China que o que eles estão consumindo são produtos que estão causando prejuízos para a vida de indígenas na Amazônia” (2020).

Adenilson Borari finaliza o seu relato dizendo que:

“Isso é importante porque a gente acaba dialogando até com os financiadores desse grande projeto, porque a gente sabe que o que é vendido, esse marketing internacional, de que o agronegócio trabalha sério, que o agronegócio faz tudo de acordo com a licença. A gente sabe que é essa imagem que está lá fora, que não é de desmatamento exagerado e que não há invasão de território. Mas a gente sabe que não é isso, que não é verdade. No momento que a gente coloca um indígena para falar lá na Europa, que são os consumidores da matéria-prima do Brasil, dizendo que o que eles estão consumindo são produzidos em territórios indígenas, são produtos que lideranças morreram nessa luta contra essa empresa, que o produto é fruto do trabalho escravo. Ou então seja, então trabalho de consciência mesmo, isso é importante” (2020).

Os povos indígenas do Tapajós acreditam nas alianças como parte da estratégia de luta na defesa de seus territórios tradicionais. Essas alianças, como ficou claro nas entrevistas, ocorrem em diferentes níveis:

- 1) local;
- 2) regional;
- 3) nacional; e
- 4) internacional.

Para estes grupos étnicos a relação e articulação política com outros povos indígenas (locais, regionais, inter-regionais ou internacionais) proporcionam a integração e o fortalecimento das lutas pelo território, pelos direitos e pela própria sobrevivência deles.

Há também a formação de alianças com organizações internacionais não indígenas ou indigenistas. É o caso da Associação para os Povos Ameaçados (APA). Segundo os interlocutores esta é uma relação que contribui no sentido de denunciar e /ou divulgar internacionalmente a situação de ameaça dos direitos humanos dos povos indígenas.

FOTO: THOMAZ PEDRO



“Enviamos porta-vozes indígenas à Europa, dizendo-lhes que o que comem é produzido em território indígena, que os líderes morreram a lutar contra essas empresas e que nos utilizam como mão-de-obra escrava.” Adenilson Borari

Neste sentido, as alianças, em todos os diferentes níveis, colaboram para fortalecer as estratégias de lutas e permanências dos povos indígenas nos seus territórios. Elas são relevantes na medida em que contribuem para ampliar e deixar mais resistentes as pautas e demandas destes grupos, principalmente diante da pressão dos governos, financiadores e grandes empresas na implementação de grandes projetos de infraestrutura planejados para a região Amazônica à revelia destes povos étnicos.

3.7 Inviabilidade

Nesta seção serão apresentadas as respostas à seguinte pergunta: “O que seria necessário para que os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / “Hidrelétricas” pudessem ser levados em consideração pelos povos indígenas do rio Tapajós?” Diferente das outras seções, onde foi apresentada uma síntese das respostas, nesta estão colocadas as respostas predominantemente de maneira direta, pois as pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo, foram unânimes em suas respostas, se manifestando claramente contra os projetos por considerá-los inviáveis.

Para as pessoas que foram entrevistadas, ao menos na forma como são pensados e planejados até então, não existe forma ou meio de executar um grande projeto como hidrelétricas, hidrovia ou a ferrogrão, sem causar sérios impactos negativos na vida cotidiana dos povos indígenas que vivem no rio Tapajós e, portanto, não são aceitáveis nessas circunstâncias.

O cacique Brás Tupinambá afirma, de maneira explícita, a impossibilidade dos projetos planejados para região do rio Tapajós. Diz que não irão trazer benefícios para os povos indígenas que vivem na área onde serão implementados. Conta que suas implementações gerariam morte, iriam acabar com a vida, e por isso não quer que a implementação dos projetos aconteça em seu território, em sua vida, conforme seu relato:

Para nós é impossível. Esses projetos para nós não trazem nenhum benefício. Não vai servir para nada. Para nós. Então, por isso que a gente faz os movimentos sociais para que não venha a acontecer. Porque se vier a acontecer, vai acabar tudo para nós. Então é por isso que nem adianta governo vir com projetos de hidroelétrica, de hidrovias, de mineração, madeireiro, porque isso aí só vai trazer transtorno para nós. E não vai dar certo. Vai dar morte. Porque quando o governo entra, ele entra armado e [principalmente] com esse governo que está aí, que diz que tem que matar pra não morrer. E aí fica muito difícil, nós não queremos nada de hidroelétrica, nada disso (2020).

Para Abimael Munduruku esses projetos são inviáveis devido à forma como são planejados:

“A primeira coisa é que esses projetos não são possíveis [para nós] e a segunda coisa é a forma como são pensados” (2020).

Existe uma diferença entre o social e o capital, segundo Abimael Munduruku, e essa diferença torna os grandes projetos inviáveis:

“Quem pensa [planeja] os projetos para região Amazônica, dificilmente é quem viveu nela, nesse local. Então, ele vem lá de Brasília, e é pensado algo para cá. Não é quem vivencia, é quem acha que tem que ser daquela forma [do grande capital]. Então o projeto é visto dessa forma e quando você faz a pergunta: é possível ter um projeto voltado para ter acesso [aos nossos direitos]? Eu diria que é impossível no seguinte sentido: eu tenho a minha ideia lá do capitalismo e do social. O capitalismo não vai querer entender o social, o social não vai querer entender o capitalismo. Então, existe meio que uma porrada [conflito] aqui no meio, e aí nisso quem tem o poder, no caso o capitalismo, vai implementando, vai implementando, mesmo [com] toda ação [dos povos indígenas em sua resistência], vai implementando” (2020).

Segundo a cacique Estévina Tupinambá os projetos são inviáveis devido à falta de transparência por parte dos representantes dos projetos. Ela afirma saber que mesmo eles afirmando que não irá ocorrer prejuízos aos povos indígenas, na prática ocorrerá o contrário:

“É porque assim, a gente vê que [...]esse projeto tem muitas pessoas que dizem que vai trazer coisas boas, né, pra dentro [do território]. Vai gerar mais renda. Vai facilitar mais os moradores, mas a gente vê que, para nós não vai ser isso que eles dizem. Não vai ser não. Vai ser diferente, porque[...] a gente tem certeza que todos esses empreendimentos vem prejudicar, principalmente a nossa mata. A gente tem bastante caça, nosso rio tem bastante peixe. Eu tenho certeza que através desses projetos vai acabar tudo isso. A gente não vai ter mais aquela facilidade que a gente tem hoje [para conseguir alimentação na natureza]. Então muitas vezes a gente não aceita muitas coisas por causa dessa questão” (2020).

Adenilson Borari conta que esses projetos não são pensados para beneficiar os povos indígenas do rio Tapajós. São planejados para beneficiar os interesses do grande capital e apresenta o exemplo da hidrovía e das hidroelétricas:

“Olha o modelo pensado, o modelo posto [pelos] projetos, hoje, eles não são viáveis para nós, porque digamos, são projetos que não são pensados para beneficiar as populações [indígenas]. São grandes projetos com o intuito de produzir matéria-prima para exportar. Então, digamos, por exemplo, se você quer construir a hidrelétrica para energia por que não se investe na eólica ou solar que gera menos impacto? Mas não é o objetivo deles beneficiar às populações. Então, digamos assim, eles [pessoas que planejam os projetos para a região] não

vão querer entrar no outro momento e pensar num projeto, mais viável para as populações daqui. É a questão da hidrovía. É isso que eles estão dizendo, eles querem abrir o rio para aumentar a produção do agronegócio, para o escoamento do agronegócio. Porque aqui em Santarém, o Tapajós aqui do Amazonas, é a porteira, ele é muito perto para sair para o mar, para exportar para os países da Europa. Enfim, então aquilo que a gente vem colocando, esses projetos, pensando hoje, eles são inviáveis” (2020).

Auricélia Arapiun afirma que não acredita em um desenvolvimento sustentável, sendo necessário investimento em educação e saúde etnicamente diferenciadas, ao invés de investir em grandes projetos, como os planejados para o rio Tapajós:

“Mas eles falam desenvolvimento sustentável e qual é esse desenvolvimento que não vai destruir? Como? Se existe, a gente não sabe como. Eu acho que tem que ter para desenvolver os nossos povos, as nossas aldeias, o nosso território, a política pública, uma política de educação boa, uma política de saúde boa e diferenciada [...]. A gente pode explorar nosso território a gente mesmo, não precisamos que os outros de fora venham explorar o nosso território. Continuar vivendo dali e fazendo comércio daquilo que é nosso. Só que a gente não tem política para isso, ninguém está disposto a ajudar a gente porque sabem que o índio, sem destruir a floresta, ele vai conseguir um modo de subsistência e vai se desenvolvendo” (2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



“Devemos ser capazes de viver de forma sustentável no nosso próprio território, e não de tê-lo explorado por outros.” Auricélia Arapiun

Concordando com esse argumento, Alessandra Munduruku diz que não é possível um projeto sustentável, pois todos vão trazer impactos:

“Não existe a própria placa solar que não vai trazer impacto. Pois de onde vem a bateria? De onde vem aqueles produtores trazendo impacto? Ele parte de algum lugar. Em todos esses projetos, a placa solar, a energia eólica, ambos também fazem impacto, todos trazem impacto. Não existe fazer um projeto sustentável, não existe. Sempre vai trazer impacto” (2020).

Graça Tapajó lembra que os grandes projetos pensados para a região do rio Tapajós não levam em consideração a espiritualidade, as cosmovisões indígenas, e esse é um dos motivos que torna os projetos inviáveis:

“Mas, quando vêm esses projetos, eles não consideram esse mundo [...] [o mundo espiritual]. Eu me refiro ao mundo indígena e das nossas cosmovisões que nós temos. [...] Eu quero aquilo que dê para eu sobreviver, para eu viver com o meu povo, quero fazer minha casa do meu jeito. Eu quero sim, também, ter algumas coisas do mundo ocidental. Mas sem degradar o meio ambiente. E quando a gente trabalha essa parte é incompreensível [que eles insistam nesses projetos]. Mas é incompreensível porque querem ser incompreensíveis. Não querem respeitar. Porque a partir do momento que eu procuro fazer uma empatia em relação a essa cosmovisão indígena, surge esse respeito. E esse mundo antagônico, o dominante, ele vai aprender a respeitar. Vamos sim desenvolver um trabalho que respeite esses elementos sobrenaturais que são importantes para a vida humana, dos povos indígenas. [...] Então, isso se torna conflituoso, é angustiante. Entendemos que isso são atitudes desrespeitosas vindas desse mundo diferente que o outro não compreende. Que o outro não entende como eu disse, ou se faz por não compreender” (2020).

Luana Kumaruara, diz que existe uma diferença entre as formas de pensar das sociedades indígenas e das sociedades não indígenas, uma diferença de mentalidade, de consciência, que se materializa em projetos, os quais não atendem as demandas dos povos indígenas:

“Falamos que a gente é contra o desenvolvimento, aí a gente se pergunta: que desenvolvimento?! Porque para a gente, a gente tem nossas propostas, a gente tem o nosso desenvolvimento mas dentro do nosso cotidiano. [...] Então é uma questão de mentalidade diferente, de concepção diferente. Então essa questão de dizer que a gente é contra o desenvolvimento, depende do desenvolvimento. A gente tem [desenvolvimento] no nosso projeto da agroecologia, do turismo comunitário, dos nossos empreendimentos em cooperativa de venda de artesanato.

Então, já existem nossas demandas e propostas. Só que não é algo da ganância, [algo] que o capital quer” (2020).

Cacique Josenildo Munduruku também alerta para as diferenças de pensamento entre as sociedades indígenas e as não indígenas. Fala do antagonismo entre os modos de desenvolvimento indígena e não indígena, afirmando que a Ferrogrão, a hidrovía Tapajós e Complexo Hidrelétrico Tapajós não respeitam o modo de vida indígena e que quando são implementados destroem e trazem consigo inúmera mazelas, como relata o cacique:

“Eles têm uma visão. O capitalismo tem uma visão de desenvolvimento e nós, indígenas, temos uma visão também, de desenvolvimento. Mas, em certos pontos, na maioria dos pontos, elas são muito divergentes. Porque muitos dos ruralistas, dos sojicultores, dos governos, eles dizem que nós somos um entrave para o desenvolvimento. Dizem que nós não queremos desenvolvimento. Mas, que desenvolvimento é esse? Que tu chegas na minha casa, destrói o meu banheiro, que é meu igarapé, o meu rio? Destrói o meu lugar de descanso, de entrar em contato com a natureza, que é a mata, que é onde eu me sinto em casa, me sinto feliz, destrói meu lar! Que desenvolvimento é esse, que tu está trazendo para mim? Isso na minha visão não é desenvolvimento. [Desenvolvimento] tem que respeitar minha forma de vida, a forma como enxergo o território e as futuras gerações. Então, isso não é desenvolvimento. Então, o nosso pensar desenvolvimento é um desenvolvimento de condição para mim, para os meus filhos, e para futuras gerações, sem deixar de respeitar aquilo que me dá condição de sobrevivência. Então, isso para nós é desenvolvimento. O capitalismo não leva em consideração isso. Tu vais pensar numa hidroelétrica, tu vais pensar numa hidrovía, numa ferrovia, que a soja que está sendo extraída, ela está destruindo a natureza, está destruindo todo tipo de vegetação, flora e fauna. Por outro lado, onde esse tal desenvolvimento passa, vai deixando muitas desgraças; é prostituição, é droga, é acidente. Isso não pode mais [acontecer]” (2020).

Aldira Munduruku conta que a inviabilidade se dá devido aos impactos negativos que os projetos sempre trazem e que deveria ser pensado em uma outra forma de implementação de projetos que não causasse esses impactos para os povos indígenas do rio Tapajós e para a floresta.

“Para mim, eu acho que eles sempre vão causar um impacto para gente. Sempre vão trazer um problema para nós. Inclusive a hidrelétrica, né. Sempre a gente tá falando isso, da hidrelétrica que ela vai, ter o ferrogrão, também, que a gente sabe que ele vai passar aqui perto, atrás da nossa aldeia, fica bem perto do ramal.

Então, sempre ele vai trazer um impacto para nós, não tem nenhum projeto do governo que não traz problema. Eles poderiam procurar outro tipo de forma de gerar energia. Então, eles poderiam pensar de achar outra forma, pensar em outra forma, como fazer, como trazer estes projetos sem trazer problema para nós, sem causar problemas para nossa floresta” (2020).

Cacique Manoel Rocha Munduruku fala que os projetos planejados para o rio Tapajós só irão beneficiar os políticos, que os lucros são todos voltados para eles e que os povos indígenas só ficam com os impactos negativos:

“E que lucro é que traz para nós, povos indígenas? Não traz lucro nenhum, só traz o impacto, só traz a discórdia, traz uma série de coisas para dentro dos territórios. Esses nossos representantes, que se dizem representantes do Brasil, eles não estão preocupados com esses povos, eles estão preocupados com as grandes importações que geram lucro só para a política. Não gera lucro em benefício de ninguém, só gera lucro para a política. E a gente vê o exemplo da Belo Monte. No começo distribuíram uma mixaria para um monte de etnia, hoje, estão sem peixe, estão sem território, estão sem flor, estão sem caça, não tem um monte de coisa para a própria sobrevivência deles. Como que aqui para nós [povos indígenas do rio Tapajós] isso vai trazer [benefício]? Isso [grandes projetos planejados para o rio Tapajós] não traz benefício nenhum” (2020).

PHOTO: THOMAZ PEDRO



“Gostaríamos que eles olhassem para isso do nosso ponto de vista. Queremos que eles vejam nossa realidade.” Graciene Munduruku

Para Graciene Munduruku é necessário que as perspectivas dos povos indígenas sejam ouvidas, sejam consideradas e respeitadas:

“Então, vai sim impactar nós direta e indiretamente. Então, uma coisa que queremos é que eles vejam o nosso lado, né? Assim como eles conhecerem a nossa realidade” (2020).

Rozeninho Munduruku conta que os impactos começam quando as pessoas indígenas mudam seu modo de vida. Quando surgem empregos em decorrência desses empreendimentos e pessoas indígenas começam a trabalhar para esses grandes projetos, acabam deixando o seu modo de vida, seu modo de produção:

“Olha, assim, no meu ponto de vista, de qualquer forma vai causar impacto, por exemplo [...] eu tiro um exemplo de mim, a gente quando começa a trabalhar [nesses projetos], a gente se dá desleixo, a gente começa a não mais trabalhar na roça, a gente começa a não mais pescar, então isso vai causando impacto, nesse sentido” (2020).

Florêncio Maytapu fala da inviabilidade dos grandes projetos pensados para o rio Tapajós por compreendê-los como uma parte de um todo, e que os impactos que são gerados para os povos indígenas não ficarão restritos à região onde irão ser implementados, todo o globo terrestre sentirá os impactos:

“Eu acho que nós estamos no momento da história da humanidade em que, digamos, é o combate final. Se nesse momento o projeto de destruição dos rios, das cachoeiras, das matas, ganhar, perdemos todos. Perdemos todos. Perdemos os índios, perdemos os brancos, os negros, perdemos quem mora no campo, no mato, na floresta. Perdem os que moram em Nova York, em Londres, Rio de Janeiro, perdemos todos, porque destruindo os rios, a floresta, afeta esse todo” (2020).

Cacique Luís Kumaruara, quando perguntado sobre as possibilidades de viabilidade dos grandes projetos, como hidrovias, hidroelétricas e ferrogão para a região do rio Tapajós, afirma da importância da demarcação do território como forma de combater esses empreendimentos, deixando implícito a inviabilidade destes, pois causam riscos para a natureza e as futuras gerações. Em sua resposta diz:

“Para eles [os grandes projetos] não destruírem, eu vejo que a demarcação era uma das maneiras mais positivas, né? Porque a gente quer ficar vigilante nas áreas. Tupinambá com Kumaruara, se fizesse uma só área ficava mais forte do que fazer Kumaruara e fazer Tupinambá. Aí a gente ficava com mais segurança para não ser afetado por esses [projetos]. Eu diria assim, [poderíamos] nos

defender com mais segurança, a gente teria uma segurança melhor. Para não ser afetado, a gente tem que se unir, procurar a melhor maneira para a gente se defender. Porque eu no meu caso, pela minha idade, para mim defender, não sei quanto tempo eu vou ter. A gente não veio para ficar. Pode fazer o máximo para ficar ainda. Mas os jovens, os nossos netos, nossos bisnetos, tataranetos, o que eles vão ver da natureza?” (2020)

Cacique Juarez Munduruku acha muito difícil os projetos se adequarem e se tornarem possíveis de implementação seguindo os critérios dos povos indígenas. Para ele, mesmo se os territórios fossem demarcados, os povos indígenas ainda estariam correndo perigo:

“Eu não sei, acho que é muito difícil, mesmo se a terra fosse demarcada. Pode acontecer a mesma coisa. Não melhora porque a gente sabe que hoje em dia os brasileiros, eles estão entrando para onde tem mais floresta. [...] Com certeza pode ter mais pessoas invadindo. Eu acho que não melhora não” (2020).

Cacique Valdemar Munduruku diz que sempre escuta essa questão dos grandes projetos de infraestrutura e afirma que eles sempre vão trazer impactos negativos:

“Esses projetos de hidrelétrica, ferrogrão, faz mal. Porque a gente sempre escuta essa questão e vai trazer impacto para nós, porque a sojeira vai mandando a soja para cá e cai na água. Os peixes quando vão subir o rio e a gente pesca, pega os peixes [e isso] vai prejudicando a nossa saúde. Isso é preocupante no médio Tapajós” (2020).

Luciane Munduruku, também acha impossível que os projetos planejados para o rio Tapajós possam ser viáveis, pois projetos grandes como as hidroelétricas acabam com tudo que está ao seu redor, com as pessoas, as flores, os animais, conforme seu relato:

“Eu acho que isso é impossível de acontecer, né? Porque quando a pessoa faz uma coisa e está vindo muito recurso para ela, é claro que ela vai querer aprofundar aquilo, como a mineração ou o roubo de madeira nas terras indígenas. E também como a hidrelétrica, que como é um grande empreendimento, vai acabar aprofundando tudo e acabando com tudo, com a terra, com a floresta e com a vida das pessoas que vivem por perto de tudo isso” (2020).

Anderson Munduruku diz que não existe possibilidade de os projetos serem viáveis, que sempre existiriam impactos e prejuízos para os povos indígenas:

“Eu acho que é impossível acontecer uma construção de um empreendimento desse sem causar impactos. Não existe isso. Como a gente sempre fala, os caras vêm querer fazer a garimpagem sustentável. Não existe isso. Vamos fazer a questão do plano de manejo sustentável, não existe isso. Sempre vai atingir. Sempre vai causar dano a alguém. Para nós é inviável esses projetos. Porque para nós não existe como fazer um projeto desse daí sem nos afetar diretamente e indiretamente. Então, para nós é inviável qualquer tipo de projeto para ser instalado no Tapajós” (2020).

As respostas são contundentes e enfáticas, são semelhantes e mostram como os povos indígenas do rio Tapajós não concordam com os grandes projetos, como a Ferrogrão, a hidrovía Tapajós e Complexo Hidrelétrico Tapajós, que são planejados por meio do conceito de desenvolvimento capitalista, que não leva em consideração as cosmovisões, não respeita o modo de vida desses povos, não leva em consideração a natureza e o que ela representa para eles. Por isso se tornam inviáveis.

PHOTO: THOMAZ PEDRO



“Os brasileiros estão cortando cada vez mais florestas. É provável que mais pessoas invadam”.
Juarez Munduruku

Concluindo, a inviabilidade dos projetos se dá pelo antagonismo dessas duas concepções de vida, não se restringindo a apenas à um determinado povo, ou à Amazônia, mas sim à própria humanidade. Pois os indígenas acreditam que os grandes projetos para a região do rio Tapajós afetam tanto o seu povo quanto outras regiões do país ou mesmo outros países.

3.8 A política anti-indígena do Presidente Jair Bolsonaro

Nessa seção apresentamos as respostas que foram apresentadas a seguinte questão: “Acha que a situação no Brasil piorou desde que Jair Bolsonaro chegou ao poder?” São as respostas dos interlocutores sobre o atual governo federal e as suas ações em relação aos povos indígenas e os grandes projetos de infraestrutura.

Estes grandes projetos têm o apoio do Estado brasileiro, particularmente do atual governo Bolsonaro, segundo o que foi apresentado durante as entrevistas e também no capítulo 1 Contexto histórico e descrição dos projetos. O governo está intimamente ligado com os interesses do capital internacional e tem agido de forma desfavorável aos povos indígenas do Brasil, conforme o seguinte relato:

“A atual gestão do governo representa tudo que a gente não queria, porque a gente conseguiu perceber que no dia a dia com o atual governo as ameaças aumentaram, a tentativa de instalar projetos sem consulta aumentaram também, as ameaças das lideranças aumentaram, o preconceito e o racismo contra indígenas aumentou, né? Então, digamos assim, é um momento muito desfavorável para os povos indígenas com a atual gestão de governo, porque desde a campanha dele, ele dizia que não ia demarcar um centímetro da terra indígena” (Adenilson Borari, 2020).

Conforme nos indica Adenilson Borari, o governo atual não respeita os povos indígenas, tem fomentado o racismo e desrespeitado os direitos humanos, negando os direitos dos povos indígenas. Segundo Luciane Munduruku, é um governo que tornou a situação dos povos indígenas pior:

“Eu acho que piorou muito, muito mesmo, porque desde quando ele entrou na presidência, a floresta foi muito desmatada. Foi, eu acho, o ano que teve mais desmatamento e a questão da queimada, né? Que isso afetou muito os povos indígenas, isso foi muito triste para nós indígenas que vimos tudo aquilo se acabando, né? A vida dos animais da floresta. Porque para nós cada árvore tem um significado. Cada árvore representa um dos nossos ancestrais, né? Isso foi muito triste com a presença dele, porque ele não fez nada para combater tudo isso. E cada vez mais os projetos dele estão indo para frente. E os desmatamentos e as invasões também” (2020).

Essa posição é compartilhada pelo cacique Juarez Munduruku:

“Eu mesmo não vejo melhora nenhuma com o governo Bolsonaro. Eu só vejo piora. Eu não sei se melhorou para as pessoas que são da bancada dele, mas para nós indígenas não melhorou não. Principalmente na demarcação e no apoio de ajuda aos povos indígenas, a gente não tem melhora nenhuma. Sempre a gente vai vendo, o território está sendo mais invadido. Na questão do governo dele, para nós indígenas, não teve nenhuma [melhora]. Acho que nem pros quilombolas, pelo que a gente vê, mais invasão, mais morte de lideranças que vem acontecendo, né no governo Bolsonaro” (2020).

PHOTO: THOMAZ PEDRO



O governo Bolsonaro provocou um aumento do medo, da insegurança e da incerteza entre os povos indígenas.

As citações mostram que, do ponto de vista indígena, o governo Bolsonaro causa medo aos povos indígenas, gera insegurança e incertezas. Medo de perder a vida é uma constante para as lideranças, pois não existe uma proteção, uma atuação estatal que garanta os direitos dos povos indígenas, como nos indica Alessandra Munduruku:

“Esse presidente que está agora causando sofrimento, ele causa dor, ele causa doença. Porque já imaginou a gente tá aqui, eu tô bem aqui, e aí tem gente que tá brigando pelo território, mas se tivesse nossa lei amparada realmente tá presente aqui eu ia com segurança para minha casa para minha aldeia lá no município de Itaituba. Mas, como não tem, a qualquer momento que saio daqui, posso ser pega [morta], a qualquer momento podem me pegar, na estrada, pra me matar, e pronto!” (2020).

Esta situação é materializada, por exemplo, com as propostas de projetos de lei que autorizam o garimpo¹ em terra indígena:

“Então para nós mesmos, Munduruku, ele [presidente Bolsonaro] não fez nada. Agora para quem é garimpeiro eles estão pedindo a legalização de mineração dentro dos territórios. Então, para mim isso não é uma solução para nós” (Juaréz Munduruku, 2020).

Há também propostas que visam acabar com a demarcação de terra indígenas², causando grande preocupação e angústias não só aos povos indígenas do rio Tapajós, mas de todo o Brasil, conforme nos diz Luana Kumaruara:

“Como um presidente da república só do fato de dizer que não demarcaria 1cm de terra de terra indígena, nos discursos dele de campanha já era algo para agradar ao público que não gosta da gente [povos indígenas], que são os ruralistas. E ele declarando isso, um presidente que diz que vai botar a arma na mão dos ruralistas, já está declarando guerra. Daí quando ele foi eleito, ele só está cumprindo com tudo que ele prometeu, ele fomenta o ódio aos povos indígenas. Então desde que Bolsonaro assumiu, a gente não avançou em nada, não só na questão do território, [mas também em] outras questões. A gente só tem tentado assegurar, garantir que não aconteça nenhum retrocesso que a gente conquistou até aqui, que nossas antigas lideranças conquistaram. A gente hoje tem Joënia Wapichana³ dentro do congresso e, se não fosse isso, a gente estaria numa situa-

1 Projeto de Lei (PL) 191/2020. Autor: Poder Executivo; Apresentação: 06/02/2020; Ementa: Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas; Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA (situação 07.07.2021); Dados Complementares: Altera as Leis nº 6.001, de 1973 e 11.460, de 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>.

2 Projeto de Lei (PL) 490/2007. Autor: Homero Pereira - PR/MT; Apresentação: 20/03/2007; Ementa: Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; Dados complementares: Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis; Situação: A proposta foi votada no dia 29/06/2021; mantido o texto proposto pelo relator. Resultado: sim: 39; não: 19. total: 58. Encerrada a votação do plenário da câmara dos deputados federais. A matéria segue para apreciação do plenário (situação 07.07.2021). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/ordemdoDia/integras/2035338.htm>.

3 Joënia Wapichana é a única pessoa e primeira mulher indígena no congresso nacional brasileiro. “É da comunidade indígena Truaru da Cabeceira, região do Murupu, município de Boa Vista, pertence ao povo indígena Wapichana, o segundo maior povo do estado de Roraima. Na Câmara ela é líder do seu partido, vice da Oposição, coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, composta por 210 deputados e 27 senadores, membro das comissões mais importantes, Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), Minas e Energia (CME), Educação (CE), dentre outras. Fez duas importantes relatorias, um em plenário e outro em comissão. A marca do seu mandato é de um mandato coletivo”. Joënia Wapichana (2021): Deputada Federal. Disponível em: <http://www.joëniawapichana.com.br/quem-sou>.

ção muito, muito pior, porque ela consegue, mesmo em cima da hora, nos comunicar [sobre votação de projetos] e a gente [consegue] fazer mobilização, mesmo que pelas redes sociais, para pressionar os deputados que estão lá para vetar ou para não aprovar mesmo [de projetos]" (2020).

Esta violência não está presente apenas nas propostas legislativas, mas também no cotidiano das terras indígenas, no dia a dia dos povos indígenas do rio Tapajós. Exemplo disso é o que aconteceu na aldeia fazenda Tapajós, na Terra Indígena (TI) Munduruku, no alto rio Tapajós, no município de Jacareacanga, sudoeste do Pará. Garimpeiros atacaram a aldeia e incendiaram a casa da liderança Munduruku Maria Leusa Kaba. "O governo federal é o responsável direto pela violência contra o povo Munduruku, a omissão ativa do governo Bolsonaro e o incentivo à mineração em terras indígenas fortalece grupos criminosos que atuam no interior da TI Munduruku"⁴. Durante a pesquisa de campo foram narrados relatos dessa violência:

"Com o governo Bolsonaro aumentou muito isso [a violência]. Você viu que durante esse governo dele morreram muitas lideranças. Foram assassinadas graças ao incentivo dele. Para mim, tinha que existir, tinha que denunciar o próprio presidente, que ele seja punido pela morte desses parentes que morreram lutando e defendendo o seu território. Ainda existe hoje, o cara não tem medo de falar [pessoas que tem preconceito com os povos indígenas]. Hoje o pessoal já não tem mais medo de falar. Tem o preconceito com a gente. Eles falam assim: "Se o próprio presidente fala, por que eu não posso falar?". Então, eles usam isso. A questão da legalização das armas, tudo isso. Aumentou as ameaças para a gente. Fez o pessoal entender que eles podem fazer o que eles quiserem" (Anderson Munduruku, 2020).

Além de todas essas preocupações, os povos indígenas do rio Tapajós tiveram de enfrentar a pandemia de SARS-CoV-2. Durante as entrevistas foram narradas as dificuldades de combater esse problema:

4 "Não há notícias de feridos pelos incêndios. Porém, informações indicam que o grupo de garimpeiros ainda busca em outras aldeias por lideranças do movimento que são contrárias à mineração ilegal no território Munduruku, inclusive com uma lista de alvos. Maria Leusa Kaba é coordenadora da Associação Wakoborun, associação de mulheres indígenas contrárias à mineração em terras indígenas, e ao longo dos anos tem recebido diversas ameaças de morte, tendo inclusive que se ausentar da região para se proteger por lutar e fazer resistência contra a devastação do território Munduruku. Em março, a sede da associação foi destruída por garimpeiros no município de Jacareacanga". CIMI (2021): Governo federal é responsável direto pela violência contra o povo Munduruku. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/05/governo-federal-responsavel-direto-violencia-povo-munduruku/>.

“Na pandemia morreram muitas lideranças indígenas. Muitas sabedorias anciãs se foram, e ele sempre negou [o presidente Bolsonaro], dizendo que isso era uma gripezinha, algo que não ia afetar, e muitas vidas foram ceifadas” (Graça Tapajó, 2020).

Além de ser uma crise de saúde, que atingiu diretamente os povos indígenas do rio Tapajós, foi agravada pelas decisões do governo Bolsonaro em avançar sobre os direitos dos povos indígenas:

“São coisas que a gente está vivenciando na pele. Aquela reunião ministerial que o Ministro Salles fala em passar a boiada, de fato eles aproveitaram o período da pandemia [para tentar flexibilizar leis ambientais]. Além [disso], a gente tem que sobreviver a essa desgraça que foi o coronavírus. A gente tem que sobreviver aos conflitos territoriais. Porque continuam os avanços, continuam as ameaças dentro do território, continuaram os madeireiros, garimpeiros os sojeiros atuando, avançando, tramitando os papéis entre eles para regularizar [crimes ambientais e contra os povos indígenas]. Eles literalmente estavam deixando passar a boiada. O governo do Bolsonaro é um governo fascista, genocida declarado” (Luana Kumaruara, 2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



“As declarações feitas pelo Presidente durante a sua campanha dizendo que ele não demarcaria um centímetro de território indígena era para agradar aos grandes proprietários de terras que não gostam de nós.” Luana Kumaruara.

Segundo o que consta no relato seguinte, trata-se de um governo que não possibilita o diálogo com os povos indígenas, um governo que está a serviço dos que têm interesse de explorar a Amazônia, um governo que não traz benefícios para os povos indígenas:

“Este governo Bolsonaro, ele é péssimo para a gente. Não tem diálogo com ele. Não tem nada. Não existe isso, só existe ele que é o certo, que eles falam, mas a gente sabe que ele só está causando o mal para os povos indígenas e ele não veio para governar para gente. Ele veio governar para uma parte da alta sociedade, dos caras que tem interesse em explorar a Amazônia. Então, para nós ele é um cara que veio para destruir o território, mas não é esse governo do Bolsonaro que vai derrubar a gente. Nós estamos aqui há milhares de anos. Resistindo aos massacres, e estamos aqui de pé ainda lutando. Todo dia. Esse governo é passageiro. Ele vai causar mal? Vai. Mas ele é passageiro. Nós não. Nós vamos estar aqui. Vem ele, vem outro, vem outro, mas nós vamos estar aqui. É assim que a gente repassa para a nova geração, para que a nova geração continue a luta, defendendo o povo, o direito do povo tradicional de cuidar da nossa terra. Nossa floresta, nosso rio” (Anderson Munduruku, 2020).

Este governo representa uma parte da sociedade brasileira, representa um projeto político que vai muito além da figura do presidente Jair Bolsonaro, conforme nos indica Florêncio Maytapu:

“O presidente Bolsonaro ele não tem que ser visto apenas como a pessoa dele. Ele, na verdade, representa um conjunto considerável de brasileiros, de instituições como igrejas evangélicas, neopentecostais, setores da Igreja Católica bastante conservadores, anti-indígenas e [outros] setores da sociedade. Então o Bolsonaro não inaugurou o anti-indígena. Não é [só] o Bolsonaro que é machista, autoritário, homofóbico, não é [só] o Bolsonaro que está fazendo esse discurso contra vida em respeito pelo coletivo. Ele na verdade encarnada um projeto que também está na sociedade, se digladiando com o nosso projeto [de vida]” (2020).

Esta situação de constantes ameaças não se iniciou com o governo Bolsonaro e também não irá se findar com ele. Os problemas enfrentados pelos povos indígenas são estruturais e na atual situação são agravados. Contudo, é necessário expandir a consciência da ampla sociedade nacional e internacional sobre os direitos dos povos indígenas.

Este contexto político, no qual um curso anti-indígena está sendo claramente perseguido, exige que as empresas que operam no Brasil sejam particularmente cuidadosas e realizem uma análise de risco de modo a não ser cúmplices nas políticas do governo brasileiro que violam os direitos humanos e destroem o meio ambiente.

3.9 Considerações finais

Este relatório se compõe das entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo tanto no médio quanto no baixo Tapajós. As respostas se basearam em experiências pretéritas, já que é difícil prever todas as consequências de projetos como a ferrogrão, a hidrovía ou as hidrelétricas. Entretanto os povos indígenas da região pesquisada são experientes na luta contra projetos que põem em risco o seu modo de vida, estando, portanto, aptos para avaliar também essas possíveis consequências, como demonstrado ao longo do texto.

A ferrogrão e as hidroelétricas planejadas para o rio Tapajós são projetos pensados em conjunto com uma série de empreendimentos que abrange uma diversidade de formas de exploração de recursos naturais da Amazônia. As hidrelétricas são necessárias para a produção de energia para abastecer a exploração mineral e o desenvolvimento do agronegócio. As hidrovias e a ferrogrão são planejadas com objetivo de exportar essa exploração, os produtos dos projetos, para países da Europa, para os Estados Unidos ou para a China. Os projetos tem o objetivo de encurtar o caminho de escoação e aumentar os lucros dos grandes investidores.

Na primeira seção 3.2 Projetos apresentamos a compreensão dos interlocutores sobre os projetos de infraestrutura que estão pensados para a região do rio Tapajós. São projetos que seguem a lógica “de cima para baixo” (Josenildo Munduruku, 2020) e, segundo os interlocutores, não respeitam as determinações legais imposta pelo ordenamento jurídico brasileiro e, também, não consideram os povos indígenas como legítimos donos do território.

As respostas foram contundentes em relação aos projetos de infraestrutura planejados para região do rio Tapajós. As lideranças indígenas dessa região apontam para a inviabilidade de empreendimentos como a hidrovía, a hidroelétricas ou a ferrogrão, serem implementados da forma que são apresentados (seção 3.7 Inviabilidade). Segundo as lideranças indígenas entrevistadas, esses projetos não irão trazer benefícios para os povos indígenas, mas sim ameaçar a própria sobrevivência deles. A hidrovía vai poluir a água e matar o peixe, as hidrelétricas vão inundar os territórios e a ferrogrão vai provocar a destruição de locais na floresta que são sagrados para os povos indígenas. Segundo o que foi respondido os projetos não contemplam as cosmovisões indígenas, não respeitam nem a cultura nem a forma como os povos indígenas se relacionam com a natureza.

Do ponto de vista dos povos indígenas, os projetos não trazem desenvolvimento, mas destroem os lugares sagrados, matam o peixe ou eliminam a cultura

e tradições. Os povos indígenas temem que isso seja exatamente o que vai acontecer, se os projetos planejados para a região do rio Tapajós forem implementados.

Para fazer frente a esses empreendimentos e resistir a projetos como a ferrogrão, as hidrelétricas e a hidrovía, os povos indígenas do rio Tapajós utilizam meios alicerçados na ação coletiva e resistem de maneira conjunta e unida. Esta resistência se fortalece a cada nova batalha e tem como um dos pilares fundamentais a formação e a conscientização sobre as consequências destes grandes empreendimentos para a vida cotidiana dos povos da região do rio Tapajós.

As lideranças indígenas apresentam o coletivo como de central importância (3.3 Resistência e 3.6 Alianças). Alianças locais, regionais, nacionais e internacionais são importantes para conseguir defender os seus territórios tradicionais. As organizações indígenas como o CITA, do baixo Tapajós, e a PARIRI, do médio Tapajós, são referidas como referências fundamentais e bases de articulação e já obtiveram ações vitoriosas

FOTO: THOMAZ PEDRO



A unidade entre os líderes indígenas é a chave para a sua luta.

São diversas as dificuldades ao fazer frente a esses projetos, como foi afirmado pelos interlocutores. Projetos de grandes infraestruturas acabam acentuando ações de cooptação (3.4 Cooptação) pois os grandes projetos de infraestrutura se utilizam das opiniões divergentes e acabam conduzindo a conflitos internos, com o intuito de enfraquecer os povos e com isso conseguir implantar os projetos.

Na seção 3.5 Consulta foi vista a relação dos povos indígenas com o Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado, Culturalmente Adequado e de Boa-fé (CCPLI). Esse direito é encarado pelos povos indígenas do rio Tapajós como uma forma de fazer resistência, uma estratégia para conseguir efetivar e garantir que seus direitos sejam respeitados. O direito à consulta deve ser respeitado pelo Estado brasileiro, pois este se obrigou a cumpri-lo quando ratificou a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo uma ferramenta jurídica importante para os povos indígenas.

Contudo, esse direito vem sendo desrespeitado e violado visto que os projetos de infraestrutura planejados para a região não levam em consideração o consentimento dos povos indígenas. As pessoas entrevistadas relatam que os protocolos de consulta não são respeitados pelo Estado brasileiro e isso num contexto de constantes ameaças. Essa situação não se iniciou com o governo Bolsonaro, e também não irá se findar com ele (ver seção 3.8 A política anti-indígena do Presidente Jair Bolsonaro). Os problemas enfrentados pelos povos indígenas são estruturais, como foi apontado em várias ocasiões pelos entrevistados. Dependendo do governo, os problemas podem ser atenuados ou agravados – como na atual situação. De acordo com representantes indígenas como Florêncio Maytapu (2020), para superar o racismo estrutural contra os povos indígenas, a exploração implacável dos recursos naturais e a violência, é preciso aumentar a conscientização e educar a sociedade para respeitar a natureza e a diversidade cultural. No atual contexto político um curso anti-indígena está sendo claramente perseguido. Isso exige que as empresas que operam no Brasil sejam particularmente cuidadosas e realizem uma análise de risco para evitar de ser cúmplices nas políticas do governo brasileiro que violam os direitos humanos e destroem o meio ambiente.

A luta dos povos indígenas do rio Tapajós continua e segue firme, conforme contaram lideranças do médio e baixo Tapajós (por exemplo Graça Tapajó, 2020; Anderson Munduruku, 2020).

Repetidamente, a palavra também foi dirigida aos governos dos outros países. Josenildo Munduruku (2020), por exemplo, Lideranças indígenas pedem à comunidade internacional que ela ajude a pressionar o governo brasileiro para que esse finalmente cumpra o seu dever e demarque todos os territórios indígenas. Sob Bolsonaro, não foi demarcado nenhum.

O mundo inteiro deve entender que os projetos são prejudiciais para todos, não apenas para a região do Tapajós. Juarez Munduruku, portanto, Lideranças indígenas apelam aos governos para que ouçam os povos indígenas e tenham em mente que

“todo mundo vive e respira através da floresta (Juarez Munduruku, 2020) Adenilson Borari (2020) e apontam para o fato de que a exploração da Amazônia por atores globais, por sua vez, acarreta a responsabilidade mundial de apoiar os povos indígenas do Brasil na sua luta para proteger a Amazônia” (Adenilson Borari, 2020).

É necessário conhecer os povos indígenas como eles são. Isso vai permitir de perceber os seus costumes, tradições e valores. A luta deles também é a nossa luta.

Essa pesquisa conseguiu indicar as grandes dificuldades que os povos indígenas do rio Tapajós passam em relação aos grandes projetos de infraestrutura planejados e constata que estes projetos, hidrovias, hidroelétricas e a ferro-grão, não refletem os interesses deles. É possível inferir, a partir das respostas dos interlocutores, que o governo brasileiro não está respeitando nem a legislação interna nem os tratados internacionais, que garantem direitos aos povos indígenas.

E para finalizar, deixamos as palavras da indígena Graça Tapajó, um pedido de respeito para com os povos indígenas:

“São tantas coisas que a gente gostaria de mencionar. Mas eu queria dizer que os povos indígenas eles clamam pela sua existência, pela sua vida, pelo respeito aos seus direitos. Se todos fossem cumpridos segundo a legislação que nós temos, segundo os acordos internacionais que nós temos, os povos indígenas não precisariam estar acampando, não precisavam estar pressionando o governo. Então, que esses direitos nossos, que estão garantidos e que foram conquistados por meio de lutas de diversos povos, que sejam assegurados, garantidos e efetivados, de fato e de direito. Os nossos territórios devem ser demarcados, dando garantia de vida aos povos. E que os grandes projetos que são vistos com olhos de ganância, olhos de lucro, que possam nós respeitar, porque nós temos uma legislação, que é a convenção 169. Nós temos a consulta prévia, livre e informada, e que ela seja respeitada. Os indígenas precisam ser respeitados, precisam ser ouvidos, precisam ser escutados. Esse território aqui, aonde nós pisamos, nós

somos donos, ele é nosso. Mas não é assim um “nosso” de possessividade, mas ele é um “nosso” de garantia de vidas que servem para todos os povos e para toda a humanidade, para todo o mundo” (2020).

FOTO: THOMAZ PEDRO



“A exploração da Amazônia por actores globais traz consigo uma responsabilidade global de apoiar os povos indígenas do Brasil na sua luta para proteger a Amazônia.”

4 Considerações finais

Este relatório descreveu os riscos sociais e ambientais associados aos projetos de infraestrutura planejados para a bacia do Tapajós - a Ferrogrão EF-170 e o Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós¹. A relevância ambiental da região para o clima mundial e a vulnerabilidade das comunidades locais conferem ao assunto importância nacional e internacional.

Especialmente neste momento em que os olhos do mundo estão se voltando para a Amazônia, o “pulmão verde da terra” e habitat de uma grande quantidade de espécies, sua manutenção e preservação, assim como o combate ao desmatamento e aos incêndios florestais, estão se tornando uma questão de urgência global. As comunidades indígenas têm mostrado, repetidas vezes, seu papel decisivo na proteção das florestas tropicais em todo o mundo². Desta forma, a enorme ameaça dos interesses econômicos contra os povos indígenas e suas terras está sob crescente escrutínio público.

Com base em argumentos e provas concretas, este relatório pede a empresas brasileiras e internacionais de implementação e / ou operação (potenciais interessados nos projetos) e financiadores que cumpram a sua obrigação de considerar os impactos ambientais e sociais nas análises de risco e apela à grande responsabilidade que têm de alinhar claramente seu due diligence às normas e padrões nacionais e internacionais de direitos humanos.

A situação está piorando a olhos vistos, uma vez que o governo do presidente Jair Bolsonaro desmantela gradualmente as instituições que foram criadas para proteger o meio ambiente e os direitos dos povos indígenas e pressiona para introduzir novas leis que violam consideravelmente os direitos indígenas³. É fundamental ressaltar o dever do Estado brasileiro de proteger os direitos dos

1 A hidrovia ainda está no papel e sem processo de licenciamento, uma vez que não se planeja construir essas hidrelétricas antes de 2030.

2 <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20748&LangID=E>; <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/05/21/areas-da-amazonia-que-deveriam-ter-desmatamento-zero-perdem-6-cidades-de-sp-em-tres-decadas.ghtml>

3 <https://cimi.org.br/2021/06/nota-cimi-aprovacao-pl-490-ccjc-brutalidade-policial-dupla-violencia-contra-povos-indigenas-brasil/>; Instituto socioambiental, O que mudou (ou sobrou) na Funai após 100 dias de gestão ruralista?, disponível em: <https://www.socioambiental.org/en/node/6572>; <https://www.theguardian.com/world/2020/feb/05/brazil-indigenous-tribes-missionary-agency-ricardo-lobes-dias-christianity-disease>

povos indígenas neste momento. De suma importância é que, desde 1988, a Constituição Federal do Brasil reconhece explicitamente os direitos dos povos indígenas nos art. 231 e 232⁴. O Brasil também ratificou a Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (OIT 169) e aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). O Estado, portanto, tem a obrigação de garantir o direito dos povos indígenas à autodeterminação de acordo com a legislação nacional e a internacional⁵.

“Essas pessoas têm direitos e esses direitos precisam ser preservados. Independentemente de questionarmos a relevância do empreendimento, a necessidade do empreendimento, o quanto o nosso país necessita de infraestrutura. O que está em discussão é um tratado internacional do qual o Brasil é signatário e foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico por uma norma também aprovada no Congresso Nacional”⁶ (Eliana Torelly, coordenadora da Câmara de Populações Indígenas e subprocuradora-geral da República).

No entanto, o Brasil continuamente enfraquece a estrutura legislativa e institucional que protege os direitos dos povos indígenas e o atual contexto político prioriza cegamente os interesses financeiros e econômicos de curto prazo em detrimento dos riscos sociais e ambientais imediatos e de longo prazo. Aparentemente, várias empresas já registraram sua preocupação com as questões socioambientais relacionadas à Ferrogrão junto a instituições governamentais, como o Programa de Parceria para Investimentos (PPI)⁷.

Este relatório pretende alertar as empresas e os prestadores de serviços financeiros (credores e investidores) em todo o mundo quanto aos danos irreversíveis que os projetos podem causar. De acordo com as Diretrizes da OCDE, organização à qual o Brasil deseja fortemente aderir, as empresas devem respeitar os direitos humanos, independentemente da capacidade ou disposição do Estado em cumprir sua obrigação de proteger os direitos humanos.

4 <https://www.globalhealthrights.org/wp-content/uploads/2013/09/Brazil-constitution-English.pdf>

5 ISEAL, 2018: https://www.isealalliance.org/sites/default/files/resource/2019-02/FPIC_Full_Report.pdf, p.21.

6 Subtil (2021): Ferrogrão: entenda sobre o projeto de ferrovia que promete impulsionar o escoamento de grãos pelo Norte, mas enfrenta impasse legal. Amazônia: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/07/11/ferrograo-entenda-sobre-o-projeto-de-ferrovia-que-promete-impulsionar-o-escoamento-de-graos-pelo-norte-mas-enfrenta-impasse-legal.ghtml>

7 Programa de Parceria de Investimentos (2020) : Resumo Executivo. Roadshow Ferrogrão 2020.

Desta forma, além de servir como fonte valiosa quanto à sensibilidade dos projetos em si, as informações fornecidas neste relatório também permitem inferências gerais sobre a conduta empresarial responsável na região amazônica do Brasil, atualmente sujeita a um contexto político frágil que leva a consideráveis conflitos de direitos humanos, em especial a violação dos direitos dos povos indígenas.

Conduta empresarial responsável na Amazônia: um marco referencial geral

A seguir, apresenta-se um relato de como os projetos de infraestrutura planejados para a bacia do Tapajós têm violado e podem violar ainda mais a legislação internacional de direitos humanos. Mostram-se, assim, quais os possíveis riscos e deveres das empresas envolvidas.

O conceito de consentimento livre, prévio e informado

Um aspecto central dos padrões internacionais que pretendem proteger o direito dos povos indígenas à autodeterminação é o conceito de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Consagrado na UNDRIP e na OIT 169, aplica-se a atividades desenvolvidas na terra e nos territórios ou que impactam a terra, os territórios e os recursos naturais que constituem a subsistência de comunidades indígenas ou que são culturalmente importantes para elas⁸ (ver Capítulo 3.5). Os Padrões de Desempenho da International Finance Corporation são um dos conjuntos de padrões de responsabilidade corporativa bastante disseminados em todo o mundo - não se aplicam, portanto, apenas às operações da IFC. São também um “código de conduta” amplamente aceito para as operações de negócios envolvendo riscos ambientais e sociais.

8 OXFAM, 2019, p. 7-11: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620854/bp-consent-is-everybodys-business-200819-en.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

De acordo com a IFC, alcança-se o CLPI se: Em primeiro lugar, houver uma negociação bem documentada e realizada de boa fé entre a parte que implementou o projeto (aqui: agências estaduais e empresas que manifestaram interesse nos projetos) e as comunidades indígenas afetadas. Em segundo lugar: Como resultado da negociação, a população afetada der seu consentimento ao projeto. Para gerir adequadamente os riscos ambientais, sociais e de governança (ASG), as empresas interessadas devem usar sua influência antes do compromisso formal para garantir o processo de CLPI e, uma vez que decidam se comprometer, devem documentar continuamente o processo mutuamente aceito com a comunidade afetada para manter o consentimento e também registrar se as partes chegaram a um acordo sobre o resultado das negociações⁹. O Fundo de Inovações da ISEAL descreve o processo de CLPI da seguinte forma:

[O direito à autodeterminação] é protegido por meio de consultas conduzidas em um processo de boa fé e por meio dos procedimentos de tomada de decisão próprios dos Povos Indígenas, onde: a comunidade está livre de coerção, intimidação ou manipulação; a consulta começa com antecedência suficiente ao início de qualquer atividade proposta para permitir que a comunidade chegue a uma decisão usando mecanismos consuetudinários; a comunidade está totalmente informada sobre a natureza do projeto, incluindo seus riscos e impactos, e sobre a forma e estrutura do processo de CLPI de maneira culturalmente apropriada, acessível e oportuna; e onde a comunidade tem o direito de conceder ou negar consentimento¹⁰.

No entanto, este relatório mostra a falta de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) dos povos indígenas afetados para os projetos examinados. Nem o projeto da Ferrogrão, nem os projetos da Hidrelétrica e Hidrovia do Tapajós estabeleceram um diálogo de boa fé com as comunidades indígenas de forma culturalmente adequada e com informação suficiente. No caso da Ferrogrão, o Programa de Parceria para Investimentos (PPI) planeja consultar as partes interessadas relevantes apenas no momento da preparação da licença ambiental, o que claramente mina o princípio do consentimento Prévio do CL-

9 IFC, “Performance Standards 7”: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3274df05-7597-4cd3-83d9-2aca293e-69ab/PS7_English_2012.pdf?MOD=AJPERES&CVID=jiVQI.D, p. 3.

10 ISEAL, 2018, “Enabling FPIC through voluntary standards”: https://www.isealliance.org/sites/default/files/resource/2019-02/FPIC_Full_Report.pdf, p. 8-9.

PI.¹¹ Da mesma forma, o processo de licenciamento da barragem de São Luiz do Tapajós foi suspenso pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2016 devido a um pedido feito pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pois terras pertencentes à tribo Munduruku seriam diretamente impactadas¹².

Ao dar voz aos detentores de direitos indígenas afetados, este relatório mostra claramente que os respectivos projetos carecem de consentimento indígena e, portanto, violam as leis e normas brasileiras e internacionais.

Inseguranças jurídicas no contexto brasileiro

Os projetos de infraestrutura em estudo neste relatório ilustram ainda mais a crescente insegurança jurídica do contexto brasileiro. O projeto Ferrogrão, por exemplo, enfrenta riscos e obstáculos jurídicos consideráveis, visto que o Supremo Tribunal Federal está avaliando a base jurídica das alterações dos limites do Parque Nacional do Jamaxim atravessado pela rota ferroviária. Ao mesmo tempo, a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal emitiu uma nota técnica solicitando a consulta com CLPI aos povos indígenas e comunidades afetadas pelo projeto, em consonância com Convenção 169 da OIT.¹³

Além disso, o processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de São Luís do Tapajós foi suspenso em 2016 porque tanto o Ministério Público Federal quanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) deram grande importância ao fato de que territórios indígenas e um Parque Nacional seriam afetados negativamente e de que o CLPI não foi garantido¹⁴. Essas inseguranças jurídicas que surgem quando as práticas nacionais entram em conflito com as regulamentações internacionais e constitucionais trazem riscos significativos para empresas e financiadores que buscam se envolver em projetos de infraestrutura na região.

11 <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/07/11/ferrograo-entenda-sobre-o-projeto-de-ferrovia-que-promete-impulsionar-o-escoamento-de-graos-pelo-norte-mas-enfrenta-impasse-legal.ghtml>

12 <https://www.theguardian.com/world/2016/apr/22/brazil-amazon-dam-project-suspended-indigenous-munduruku-sao-luiz-do-tapajos>

13 <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/07/11/ferrograo-entenda-sobre-o-projeto-de-ferrovia-que-promete-impulsionar-o-escoamento-de-graos-pelo-norte-mas-enfrenta-impasse-legal.ghtml>; *Folha de S. Paulo* (2021): <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/debate-ambiental-sobre-ferrograo-e-cortina-de-fumaca-diz-ministro-da-infraestrutura.shtml>

14 <https://www.oeco.org.br/noticias/ibama-arquiva-licenciamento-da-hidreletrica-sao-luiz-do-tapajos/>

Este relatório, portanto, se propõe a ser um alerta para que empresas e financiadores atentem para os riscos consideráveis de fazer negócios na bacia do Tapajós e na região do Amazonas em geral, quando as decisões empresariais de curto prazo ignoram os direitos humanos e os impactos ambientais de longo prazo.

O inevitável dever das empresas de respeitar os direitos humanos

Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGPs) e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais exigem que os estados protejam os direitos humanos e que as empresas respeitem os direitos humanos. Independentemente de o Estado cumprir ou não esse dever, as empresas têm o dever de respeitar os direitos humanos. No contexto brasileiro, onde a implementação de padrões internacionais é pequena, empresas e institutos financeiros têm a responsabilidade de mitigar os riscos de impactos adversos vinculados às suas atividades.

Desta forma, as empresas que buscam se comprometer com os projetos apresentados (seja como prestadora de serviços financeiros ou se envolvendo em consultoria, construção ou operação) devem realizar uma due diligence aprimorada sobre os riscos ambientais e sociais, com atenção específica à garantia do direito dos povos indígenas à autodeterminação. Caso contrário, por meio de suas atividades empresariais, correm o risco de contribuir ou de se verem vinculadas a severos impactos adversos sobre os direitos indígenas e também sobre os direitos das pessoas que vivem em isolamento voluntário.

Mais especificamente, com base nos UNGPs e nas diretrizes da OCDE, as empresas envolvidas na consultoria, na construção e / ou na operação da Ferrogrão e do Complexo Hidrelétrico do Tapajós podem contribuir para impactos adversos e têm, portanto, a responsabilidade de mitigar esses riscos e de fornecer soluções em caso de impactos negativos¹⁵. Os institutos financeiros que fornecem crédito ou que investem em empresas envolvidas estão diretamente ligados a possíveis impactos adversos sobre os direitos indígenas por meio de suas relações comerciais - mesmo que não forneçam financiamento direto para os

¹⁵ UN Guiding Principles on Business and Human Rights (2011): https://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf; OECD Guidelines for Multinational Enterprises (2011): <http://mneguidelines.oecd.org/guidelines/>

projetos. Nesse caso, os UNGPs e as diretrizes da OCDE exigem que os institutos financeiros usem sua influência para mitigar esses riscos¹⁶. Se os financiadores do projeto não tomarem as medidas adequadas e continuarem a fornecer serviços apesar dos impactos adversos, seu envolvimento pode ser classificado como vínculo direto ou mesmo contribuição para esses impactos, sendo que este último os torna responsáveis pela reparação.

A crescente importância dos padrões holísticos de sustentabilidade

À medida que a comunidade global toma medidas de transição para uma economia verde, o termo “sustentabilidade” se tornou uma questão controversa. O próximo regulamento de divulgação da UE identifica critérios de sustentabilidade para apoiar as metas climáticas e energéticas mundiais. Conforme afirma o Grupo de Peritos Técnicos sobre Finanças Sustentáveis da UE: “Empresas e outros emissores que fazem a divulgação de acordo com a Taxonomia precisarão avaliar sua conformidade com as salvaguardas mínimas, ou seja, os padrões incorporados nas Diretrizes da OCDE sobre Empresas Multinacionais (MNEs) e nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos”¹⁷. Essa taxonomia da UE, um sistema de classificação que identifica critérios de sustentabilidade ambiental, estabelece padrões sociais mínimos que definem os critérios para que um produto ou atividade financeira possa ser descrito como “ecologicamente sustentável”. É, portanto, do interesse de qualquer empresa interessada em relações comerciais com instituições financeiras da UE.

Esta abordagem holística garante que uma dimensão da sustentabilidade (por exemplo, proteção ambiental e climática) não seja promovida em detrimento do progresso em outra dimensão (por exemplo, direitos dos trabalhadores e indígenas). À medida que um número crescente de empresas e institutos financeiros definem metas estratégicas para ajudar a alcançar determinados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, é importante que evitem causar, contribuir e se vincular a impactos adversos em outras áreas de impacto ambiental e social.

16 UN Guiding Principles on Business and Human Rights (2011): https://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf; OECD Guidelines for Multinational Enterprises (2011): <http://mneguidelines.oecd.org/guidelines/>

17 EU Technical Expert Group on Sustainable Finance (2020): Technical Report. Taxonomy: Final report of the Technical Expert Group on Sustainable Finance. Available online: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

As questões a seguir devem ser levadas em consideração na avaliação da sustentabilidade do projeto da Ferrogrão e do Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós:

Para a Ferrogrão, representantes anunciaram que esperam obter um “selo verde” e seguir os parâmetros da Climate Bond Initiative (CBI), pois a ferrovia oferece transporte de baixo carbono quando comparado ao transporte por caminhões¹⁸. No entanto, as empresas e institutos financeiros que consideram se comprometer com o projeto devem estar cientes de uma abordagem unilateral à sustentabilidade: há risco de que o projeto cause danos ambientais ao atravessar uma reserva natural e ao aumentar a destruição da floresta por reduzir os custos de transporte¹⁹ e gasolina. Também há risco de que se infrinjam os padrões sociais mínimos relativos aos direitos humanos indígenas. Esses riscos significativos levaram à suspensão do projeto no Brasil. No caso da geração de energia por hidrelétricas, a “sustentabilidade” também costuma ser enfatizada, pois abandona-se a energia oriunda dos combustíveis fósseis. Como antes mencionado, entretanto, essa definição de sustentabilidade deixa a desejar no componente social²⁰.

Muitas das empresas e institutos financeiros identificados na análise financeira deste relatório adotaram estratégias de sustentabilidade. Possuem também códigos de conduta, políticas e normas correspondentes para, por um lado, contribuir de maneira positiva para os ODS e, por outro, evitar impactos adversos para as pessoas e o planeta. Antes de se envolverem com a Ferrogrão EF-170 e com os projetos do Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós, devem, portanto, realizar um processo minucioso de gestão de riscos e due diligence para mitigar potenciais violações de suas políticas e obrigações nacionais e internacionais. Além disso, devem redigir contratos que estabeleçam ações claras em caso de violação de suas políticas (por exemplo, por meio de cláusulas de saída correspondentes).

18 <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/07/11/ferrograo-entenda-sobre-o-projeto-de-ferrovia-que-promete-impulsionar-o-escoamento-de-graos-pelo-norte-mas-enfrenta-impasse-legal.ghtml>

19 https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2020/03/PB_The-Environmental-Impacts-of-the-Ferrograo-Railroad-1.pdf

20 https://d3nehc6yl9qz04.cloudfront.net/downloads/wwf_brasil_tapajos_uma_visao_de_conservacao_9fev2017_port_web.pdf

O perigo de perdas financeiras e de reputação

Se as empresas e instituições financeiras deixarem de considerar os riscos de longo prazo para o ecossistema amazônico e os povos indígenas, não estarão deixando apenas de administrar drivers de valor financeiro de longo prazo e seus riscos correspondentes no que diz respeito às consequências financeiras e questões jurídicas - como é seu dever fiduciário. Num momento em que os olhos do mundo se voltam para a região amazônica, estarão também expondo a empresa a riscos consideráveis de imagem e reputação públicas. O caso do Dakota Access Pipeline (DAPL) nos Estados Unidos pode ajudar a estimar as perdas materiais significativas que podem advir da gestão insuficiente de risco social e subsequente conflito social. Energy Transfer Partners (ETP) e outras empresas com participação acionária no DAPL tiveram não menos do que US\$ 7,5 bilhões em custos²¹. As regulamentações internacionais reforçam cada vez mais o que se denomina abordagem de dupla materialidade ao due diligence. Isso significa que as empresas devem gerenciar os riscos materiais para a empresa, bem como para as pessoas e o meio ambiente. Seguindo essa tendência, aconselha-se que as empresas expandam sua avaliação de risco para além dos riscos materiais para a empresa e, principalmente, que incluam os riscos para as pessoas e o meio ambiente.

21 http://nathancummings.org/wp-content/uploads/social_cost_and_material_loss.pdf

5 Reivindicações

A seguir, encontram-se as reivindicações de comunidades indígenas feitas aos diversos atores envolvidos na Ferrogrão EF-170 e no Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós.

Conforme já mencionado, antes de mais nada, é dever do Estado brasileiro proteger os direitos das comunidades afetadas negativamente por esses projetos e interromper e prevenir violações desses direitos. No entanto, dada a falta de vontade do Estado, solicitamos especialmente às empresas implementadoras e / ou operadoras e aos potenciais financiadores que cumpram a obrigação de considerar os impactos ambientais e sociais nas análises de risco, considerando a sua grande responsabilidade.

Reivindicações ao Estado brasileiro e suas instituições

- Respeitar integralmente a Constituição Federal e principalmente o art. 231 e o art. 232 sobre os direitos dos povos indígenas
- Respeitar integralmente as normas e padrões internacionais, como a OIT 169 e a UNDRIP, as quais o Brasil ratificou e votou, respectivamente

Reivindicações à Fundação Nacional do Índio (FUNAI):

- Em conjunto com o Ministério Público Federal, garantir que o CLPI seja implementado antes da realização de projetos que afetem as comunidades, em consonância com os padrões internacionais de direitos dos povos indígenas
- Apresentar a análise de impacto sobre os povos indígenas e suas terras (Estudo do Componente Indígena)²² ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) durante a análise do Estudo de Impacto Ambiental. Entregar o estudo antes de decidir se existe ou não possível impacto adverso nas comunidades afetadas
- Garantir que o CLPI seja implementado com as comunidades potencialmente afetadas antes da emissão da Licença Preliminar

22 O estudo identifica e analisa o impacto de um projeto sobre os povos e terras indígenas, levando em consideração os aspectos ambientais e sociais.

Lembrete a todos os atores: Como implementar CLPI de acordo com os padrões internacionais

- Verificar e monitorar o CLPI adequado de acordo com indicadores e evidências claras.
 - Envolver-se com os detentores dos direitos indígenas desde o início e definir as condições do processo de CLPI juntamente com eles, como detentores de direitos, para aumentar a segurança do planejamento
 - Verificar que o envolvimento das partes interessadas seja desenvolvido de acordo com os padrões internacionais de direitos dos povos indígenas para CLPI:
 - Iniciar o processo de CLPI antes das primeiras decisões
 - Fazer com que o processo se adeque à cultura dos povos indígenas
 - Estabelecer prazos que sejam culturalmente adequados e aceitos pelos povos indígenas
 - Fornecer informações suficientes e adequadas
- Implementar o CLPI como um processo contínuo ao longo do ciclo de vida do projeto
- Não confundir “consulta” com “consentimento”: verificar se os povos indígenas tiveram a possibilidade de dizer “não” aos planos para que se garanta a igualdade nas negociações
 - Garantir que os acordos de repartição de benefícios tenham sido negociados entre todas as partes afetadas
 - Indígenas foram levadas a sério e se soluções eficazes foram acordadas

<p>Reivindicações às empresas implementadoras ou operadoras da Ferrogrão e do Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós</p>	<p>Reivindicações aos institutos financeiros</p>
<p>Aprimoramento da gestão de riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar a abordagem de dupla materialidade nos procedimentos de gestão de riscos: gerir riscos materiais para a empresa, bem como para as pessoas e o meio ambiente • Incorporar indicadores para direitos dos povos indígenas & CLPI em políticas, gestão de riscos e processos de monitoramento para todas as atividades empresariais • Incorporar evidências de discordância sobre os direitos dos povos indígenas e a oposição local conforme estabelecido neste relatório na identificação, avaliação, mitigação e monitoramento de riscos sociais • Gerenciar fatores de risco específicos para o Brasil que levem em consideração a significativa insegurança legal, uma vez que as práticas nacionais de direitos humanos podem estar em conflito com as normas e leis internacionais • Gerenciar fatores de risco específicos para a região amazônica que levem em consideração a exposição a riscos ambientais e sociais específicos do contexto, incluindo riscos aos direitos dos povos indígenas 	<p>Aprimoramento da gestão de riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar a abordagem de dupla materialidade nos procedimentos de gestão de riscos: gerir riscos materiais para a empresa, bem como para as pessoas e o meio ambiente • Integrar indicadores para direitos dos povos indígenas & CLPI em políticas, gestão de riscos e processos de monitoramento para todas as atividades empresariais • Integrar discordâncias sobre direitos dos povos indígenas e a oposição local conforme estabelecido neste relatório como sinal de alerta para a gestão de riscos sociais • Implementar fatores de risco específicos para o Brasil que levem em consideração a significativa insegurança legal, uma vez que as práticas nacionais de direitos humanos podem estar em conflito com as normas e leis internacionais • Implementar fatores de risco específicos para a região amazônica que levem em consideração a exposição a riscos ambientais e sociais específicos do contexto, incluindo riscos aos direitos dos povos indígenas

<p>Reivindicações às empresas implementadoras ou operadoras da Ferrogrão e do Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós</p>	<p>Reivindicações aos institutos financeiros</p>
<p>Due diligence ambiental e de direitos humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar due diligence de direitos humanos antes e durante o envolvimento em projetos de infraestrutura / com as partes interessadas vinculadas a tais projetos na região amazônica, incluindo, mas não se limitando a: <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores e evidências de que o processo genuíno de CLPI (Consentimento Livre, Prévio e Informado) foi realizado e o consentimento foi dado pelas populações afetadas - Indicadores e evidências sobre estudos de impacto ambiental e de direitos humanos significativos, incluindo expertise indígena em estudos de impacto ambiental e de direitos humanos 	<p>Due diligence ambiental e de direitos humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em caso de sindicância de empréstimos, solicitar ao banco gestor que forneça evidências transparentes de due diligence ambiental e de direitos humanos abrangente, incluindo direitos dos povos indígenas e verificação de um processo adequado de CLPI • No caso de financiamento de consórcio, atribuir claramente a responsabilidade de due diligence ambiental e de direitos humanos, incluindo direitos dos povos indígenas e verificação de um processo adequado de CLPI
<p>Cláusulas de saída e confidencialidade do cliente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o potencial de influência desde o início, vinculando contratualmente as cláusulas de saída a violações das políticas da empresa e das normas internacionais 	<p>Cláusulas de saída e confidencialidade do cliente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserir cláusulas nos contratos reservando-se o direito de divulgar detalhes de relacionamento com o cliente em determinadas circunstâncias (por exemplo, violação das políticas da empresa e das normas internacionais)

Reivindicações às empresas implementadoras ou operadoras da Ferrogrão e do Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós	Reivindicações aos institutos financeiros
<p>Envolver-se com parceiros comerciais para fortalecer os direitos dos povos indígenas antes de estabelecer relações comerciais e durante todo o ciclo de vida do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Usar sua influência para se envolver com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério do Meio Ambiente (IBAMA), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) etc., promover um processo adequado de CLPI antes da aprovação do processo de licenciamento e prevenir e mitigar impactos adversos antes do envolvimento e durante todo o ciclo de vida do projeto • Em caso de impactos adversos aos direitos humanos, atender às reivindicações das comunidades afetadas e considerar a retirada dos projetos se o compromisso não levar a resultados positivos • Colaborar com outras empresas potencialmente envolvidas na construção e / ou operação dos projetos para aumentar a influência 	<p>Envolver-se com parceiros comerciais para fortalecer os direitos dos povos indígenas antes de estabelecer relações comerciais e durante todo o ciclo de vida do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Usar sua influência para se envolver com as empresas interessadas em implementar e / ou operar os projetos para garantir um processo adequado de CLPI e para prevenir e mitigar impactos adversos antes do envolvimento e durante todo o ciclo de vida do projeto • Em caso de impactos adversos aos direitos humanos, atender às reivindicações das comunidades afetadas e considerar a retirada dos projetos se o compromisso não levar a resultados positivos • Colaborar com outros institutos financeiros envolvidos para aumentar a influência

<p>Reivindicações às empresas implementadoras ou operadoras da Ferrogrão e do Complexo Hidrelétrico e Hidrovia do Tapajós</p>	<p>Reivindicações aos institutos financeiros</p>
<p>Garantir o acesso à reparação para as partes afetadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer mecanismos de queixa baseados em diálogo que sejam compatíveis com as diretrizes da OCDE, cumprindo os requisitos de legitimidade, acessibilidade, previsibilidade, equidade e transparência • Se causar ou contribuir com impactos adversos sobre o meio ambiente ou os direitos humanos, fornecer acesso a recursos para os detentores de direitos afetados 	<p>Garantir o acesso à reparação para as partes afetadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Usar sua influência para se envolver com empresas de implementação ou operação no acesso a reparação, solicitando evidências sobre mecanismos de queixa adequados
<p>Promover a sustentabilidade social de acordo com a taxonomia da UE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeitar as salvaguardas sociais mínimas ao promover projetos como "verdes", incluir objetivos sociais claros e evitar prejuízo de outras dimensões sociais ao promover os projetos como "sustentáveis" • Utilizar o CLPI como referência para gerenciar riscos na interseção entre os riscos ambientais e sociais e evitar o benefício de um em detrimento do outro 	<p>Promover a sustentabilidade social de acordo com a taxonomia da UE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solicitar evidências tangíveis de todas as dimensões de sustentabilidade reivindicadas e, especialmente, usar a influência para solicitar salvaguardas sociais mínimas para projetos "verdes" • Utilizar o CLPI como referência para gerenciar riscos na interseção entre os riscos ambientais e sociais e evitar o benefício de um em detrimento do outro

Anexo

1 Metodologia da parte estudo financeiro

Pesquisaram-se os empréstimos e as subscrições para as datas de fechamento / emissão no período de janeiro de 2014 a fevereiro de 2021. Detenção de obrigações e ações foram pesquisados nas datas de depósito mais recentes em fevereiro de 2021.

Os empréstimos e serviços de subscrição fornecidos por instituições financeiras foram extraídos das bancos de dados financeiros Bloomberg e Refinitiv (antes conhecida como Thomson Reuters Eikon). Os investimentos de instituições financeiras em obrigações e ações foram obtidos no banco de dados financeiros Refinitiv.

O financiamento de projetos foi obtido por meio do banco de dados de financiamento de projetos IJGlobal. Foram buscadas informações adicionais no banco de dados de finanças comerciais TradeFinance Analytics, nos relatórios anuais das empresas selecionadas, nos sites das empresas e nos registros comerciais das mesmas, seguido de uma pesquisa na mídia em geral.

Este anexo está organizado da seguinte forma: O item 1 descreve os tipos de financiamento incluídos no estudo; o item 2 explica a determinação das contribuições financeiras por instituição financeira.

1.1 Tipos de financiamento

Empréstimos

A maneira mais fácil de obter dívidas é por empréstimo. Na maioria dos casos, o dinheiro é emprestado de bancos comerciais. Os empréstimos podem ser de curto ou longo prazo. Os empréstimos de curto prazo (por exemplo, créditos comerciais, contas correntes, contratos de arrendamento) têm vencimento em menos de um ano. São utilizados principalmente como capital de giro para operações do dia-a-dia. As dívidas de curto prazo geralmente são fornecidas por um único banco comercial, o qual não exige da empresa garantias substanciais .

Os empréstimos de longo prazo têm vencimento de pelo menos um ano, Mais frequentemente, de três a dez anos. Empréstimos corporativos de longo prazo são particularmente úteis para financiar planos de expansão, que só compensam após um determinado período. Os recursos de empréstimos corporativos

podem ser usados para qualquer atividade da empresa. Os empréstimos de longo prazo são frequentemente concedidos por um consórcio, ou seja, um grupo de bancos reunidos por um ou mais bancos organizadores. O consórcio só assinará o contrato de empréstimo se a empresa puder fornecer certas garantias de que os juros e as amortizações do empréstimo serão pagos. Os empréstimos corporativos costumam ser usados como financiamento de projetos (um empréstimo destinado a um projeto específico) ou para objetivos corporativos gerais ou como capital de giro. Às vezes, declara-se que o empréstimo será utilizado para objetivos corporativos gerais quando, na verdade, será direcionado para um determinado projeto. Isso é difícil de ser verificado.

Outro tipo de empréstimo é a linha de crédito rotativo. A linha de crédito rotativo oferece à empresa a opção de tomar um empréstimo de um banco (ou mais frequentemente: de um consórcio bancário) quando houver uma necessidade urgente de financiamento. É semelhante a um cartão de crédito. As empresas podem usar a linha de crédito rotativo até um certo limite, mas não precisam fazê-lo. O crédito rotativo costuma ser firmado por um período de cinco anos e depois renovado, mas muitas empresas renegociam suas linhas de crédito rotativo a cada ano com o mesmo consórcio bancário. Valores, taxas de juros, taxas e bancos participantes podem ser ligeiramente diferentes a cada ano. Como a imprensa financeira frequentemente registra essas renegociações de empresas maiores, pode-se ter a impressão de que os bancos estão emprestando grandes quantias de dinheiro para a mesma empresa todos os anos. No entanto, trata-se de renegociações basicamente da mesma linha de crédito e dificilmente uma linha de crédito rotativo é efetivamente utilizada para se obter empréstimo. No âmbito desta pesquisa, as linhas de crédito rotativo foram contabilizadas cada vez que foram renovadas.

Embora as linhas de crédito rotativo nem sempre sejam totalmente utilizadas, o consórcio de bancos que fornece a linha de crédito tem a obrigação de fornecer todo o montante quando a empresa assim o solicita. Desta forma, mesmo que a empresa acabe nunca utilizando o crédito, os bancos ainda estiveram envolvidos com a empresa durante o período de validade da linha de crédito rotativo e teriam fornecido o dinheiro à empresa quando assim o solicitassem

Emissão de ações

A emissão de ações na bolsa de valores dá à empresa a oportunidade de aumentar seu patrimônio atraindo um grande número de novos acionistas ou de aumentar o patrimônio dos acionistas existentes.

A primeira vez em que uma empresa oferece suas ações na bolsa de valores é chamada de Oferta Pública Inicial (IPO). Quando as ações de uma empresa já são negociadas na bolsa de valores, a emissão de ações é chamada de oferta secundária de ações adicionais. Para organizar uma IPO ou uma oferta secundária, a empresa precisa do apoio de um ou mais bancos (de investimento), que irão divulgar as ações e encontrar acionistas. O papel dos bancos de investimento nesse processo é, portanto, muito importante.

O papel que o banco de investimento desempenha é temporário. O banco de investimento compra as ações inicialmente e, em seguida, as divulga e encontra acionistas. Quando todas as ações emitidas que a instituição financeira subscreveu são vendidas, elas deixam de constar do balanço patrimonial ou da carteira da instituição financeira. No entanto, o apoio prestado por instituições financeiras às empresas na emissão de ações é fundamental. Fornecem à empresa acesso ao mercado de capitais e garantem que as ações sejam adquiridas a um preço mínimo pré-determinado.

Emissão de obrigações

A melhor descrição da emissão de obrigações é a repartição de um grande empréstimo em pequenas partes e a venda de cada uma delas separadamente. As obrigações são emitidas em grande escala pelos governos, mas também por empresas. Assim como as ações, as obrigações são negociadas na bolsa de valores. Para emitir obrigações, a empresa precisa da assistência de um ou mais bancos (de investimento) que subscrevam uma certa quantidade de obrigações. Subscrever é, na verdade, comprar com a intenção de vender a investidores. Se o banco de investimento não vender todas as obrigações que subscreveu, essas obrigações permanecem como sua propriedade.

(Gestão de) participações acionárias

Os investidores institucionais, como bancos, seguradoras, fundos de pensão e gestores de ativos, podem, por meio dos fundos que administram, adquirir ações de uma determinada empresa, tornando-se co-proprietários da empresa. Isso permite que o banco influencie diretamente a estratégia da empresa. A magnitude dessa influência depende do tamanho da participação acionária.

Como as instituições financeiras decidem ativamente em quais setores e empresas investir e são capazes de influenciar a estratégia de negócios da empresa, esta pesquisa investigou as participações de instituições financeiras nas empresas selecionadas. As participações são relevantes apenas para empresas listadas na bolsa. Nem todas as empresas do estudo estão listadas na bolsa de valores.

As participações têm uma série de peculiaridades que afetam a estratégia de pesquisa. Em primeiro lugar, as ações podem ser compradas e vendidas na bolsa de valores de um momento para o outro. Os bancos de dados financeiros controlam as participações por meio de fotos instantâneas ou registros. Isso significa que quando uma determinada participação acionária é registrada no banco de dados financeiros, a empresa em si, ou uma parte dela, pode ter sido vendida, ou mais ações dessa empresa adquiridas. Em segundo lugar, o preço das ações varia de um momento para o outro

(Gestão de) investimentos em obrigações

Os investidores institucionais também podem comprar obrigações de uma determinada empresa. A principal diferença entre possuir ações e obrigações é que o proprietário de uma obrigação não é co-proprietário da empresa emissora; o proprietário de obrigações é credor da empresa. O comprador de cada obrigação tem direito ao reembolso após um certo número de anos e a certos juros durante cada um desses anos.

Como as ações, as obrigações podem ser comprados e vendidos a qualquer momento. A posse de obrigações também é informada pelo investidor por meio de declarações regulares.

1.2 Contribuições de financiamento de instituições financeiras

Os bancos de dados financeiros nem sempre incluem detalhes sobre os níveis de contribuição de cada instituição financeira numa transação. A contribuição de cada banco para empréstimos sindicados e subscrição foram registradas, sempre que possível, quando esses detalhes constavam nos bancos de dados financeiros. Em muitos casos, se conhece o valor total de um empréstimo ou emissão, assim como o número de bancos que participam desse empréstimo ou emissão. No entanto, o valor que cada banco aloca para o empréstimo ou a emissão precisa ser estimado. Esta pesquisa utilizou um método de duas etapas para calcular esse valor. A primeira etapa utilizava a razão entre a taxa de administração de uma instituição e as taxas de administração recebidas por todas as instituições. O cálculo é feito da seguinte forma:

Contribuição do participante:

$$\left(\frac{\text{taxa atribuída a cada participante}}{\text{soma das taxas atribuídas a todos os participantes}} * \text{principal amount} \right)$$

Quando a taxa de um ou mais participantes de um negócio era desconhecida, utilizou-se a segunda etapa do método, chamada de 'book ratio'. O book ratio (ver fórmula abaixo) foi usado para determinar a distribuição dos compromissos de bookrunners e outros gestores.

Book ratio:

$$\frac{\text{número de participantes} - \text{número de bookrunners}}{\text{número de bookrunners}}$$

A tabela 1 mostra o compromisso atribuído a grupos de bookrunners com este método de estimativa. Quando o número total de participantes em relação ao número de bookrunners aumenta, a parcela que é atribuída aos bookrunners diminui. Isso evita diferenças muito grandes nos valores atribuídos aos bookrunners e outros participantes.

Bookratio	Empréstimos	Emissões
> 1/3	75%	75%
> 2/3	60%	75%
> 1.5	40%	75%
> 3.0	< 40%*	< 75%*

* No caso de negócios com um book ratio superior a 3,0, utilizamos uma fórmula que diminui gradativamente o compromisso atribuído aos bookrunners à medida que o book ratio aumenta.

A fórmula usada para tal:

$$\frac{1}{\frac{\sqrt{\text{bookratio}}}{1.443375673}}$$

O número no denominador é usado para permitir que a fórmula comece em 40% no caso de um book ratio de 3,0. À medida que o book ratio aumenta, a fórmula cai para abaixo de 40%. No caso de emissões, o número no denominador é 0,769800358.

2 Metodologia da parte etnográfica da pesquisa

A pesquisa teve como marcadores para a seleção dos interlocutores, quatro critérios: 1) etnia; 2) localização no rio Tapajós; 3) gênero; e 4) geração.

Foi utilizada a metodologia de entrevistas com roteiro de perguntas semiestruturadas abordando questões a serem descritas mais abaixo. Foram entrevistadas 20 pessoas indígenas, entre elas lideranças políticas e tradicionais, homens e mulheres, jovem e idosos. Também foram realizadas cinco entrevistas com roteiros não estruturados que levaram em consideração questões mais específicas, como a conjuntura local do Planalto Santareno ou da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiun.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas teve como foco averiguar o grau de informação e a opinião de pessoas indígenas potencialmente atingidas por esses projetos planejados para a região do rio Tapajós; sobre que condições estão sendo desenvolvidos esses projetos e quais as formas de resistência e estratégias de enfrentamento a esses empreendimentos.

O roteiro foi composto por nove perguntas semiestruturadas que foram moduladas conforme às respostas do interlocutor e foram ajustadas no decorrer do diálogo. Sua aplicação foi realizada por: Thomaz Marcondes Garcia Pedro e Vinícius da Silva Machado.

As perguntas semiestruturadas foram feitas na seguinte ordem:

- 1) Introdução: 1.1) Conte um pouco da sua história, 1.2) Que tipo de disputa em relação ao território vocês já tiveram que enfrentar? 1.3) A partir de que momento foi importante se reconhecer como indígena?
- 2) O que você conhece sobre os projetos planejados para a região do rio Tapajós? Em específico, sobre os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / “Hidrelétricas”?
- 3) Existem desacordos/ divergências entre o povo sobre os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / Hidrelétricas”? Existem grupos dentro do povo que são a favor do projeto? Por que? Como isso ocorre? Como as divergências são tratadas?
- 4) A comunidade tem resistido aos projetos “Ferrogrão” / Hidrovia” / “Hidrelétricas”? Quais as estratégias para se defender desses projetos?
- 5) Houve consulta do povo sobre os projetos? Se sim, quando? De que forma (em que língua; houve ameaças, subornos, etc.)? As lideranças sabem do seu direito de consulta prévia?

- 6) Como é a relação com o Estado (FUNAI, MPF, etc.) com relação aos projetos Ferrogrão, Hidrovia, Hidrelétricas?
- 7) Existem alianças e caso existam, há confiança nelas? Qual o tipo de alianças, são alianças com outros povos, alianças internacionais, etc.?
- 8) Quais as consequências dos projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / Hidrelétricas” para o território? (a curto e longo prazo; na vida cotidiana; no seu modo de vida; etc.)
- 9) O que seria necessário para que os projetos “Ferrogrão” / “Hidrovia” / “Hidrelétricas” pudessem ser levado em consideração para os povos indígenas?
- 10) A situação no Brasil piorou desde que Bolsonaro chegou ao poder?
- 11) Encerramento: Alguma coisa que você gostaria de adicionar? Há algo que gostaria de enfatizar ou há algo que não pôde mencionar anteriormente?
- Foram realizados dois trabalhos de campos para a aplicação do roteiro de perguntas semiestruturadas e para as entrevistas não estruturadas. A primeira visita a campo ocorreu entre os dias 16 e 30 de outubro de 2020 e teve como objetivo entrevistar as pessoas indígenas do baixo rio Tapajós.

Santarém, no estado do Pará, foi a cidade base dessa etapa da pesquisa. Foram realizadas entrevistas em Santarém, Alter-do-chão, no Planalto Santareno, nas aldeias: Açaizal, Paúipixuna e Cavada. Na Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiun foram realizadas entrevistas na aldeia Araçazal. Foram entrevistadas 16 pessoas sendo sete mulheres e nove homens; nove idosos e sete jovens; de sete etnias diferentes, quais sejam: 1) Tupinambá, 2) Munduruku, 3) Borari, 4) Arapiun, 5) Tapajó, 6) Kumaruara e 7) Maytapu.

15 homens
10 mulheres

14 Jovens
10 Idosos/as

Etnia
16 Munduruku
2 Tupinambá
1 Borari
1 Tapajó
1 Maytapu
3 Kumaruara
1 Arapiun

9 Pessoas do médio Tapajós
16 Pessoas do baixo Tapajós

Entre os dias 17 e 30 de novembro de 2020, foi realizada a segunda visita a campo, tendo como objetivo entrevistar as pessoas indígenas do médio rio Tapajós. Itaituba, também no estado do Pará, foi a cidade base dessa segunda etapa. Todas as entrevistas foram realizadas na aldeia Munduruku Sawre Muybu. Foram entrevistadas nove pessoas indígenas sendo seis homens e três mulheres; dois idosos e sete jovens; todos pertencentes a etnia Munduruku.

Devido à sensibilidade dos povos indígenas à pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), os pesquisadores tomaram todas as medidas possíveis para evitar levar o vírus para às comunidades. Inicialmente as entrevistas seriam realizados apenas nas cidades base, com o propósito de evitar o contágio da virose. Contudo, ao entrar em contato com as lideranças, nos foi solicitado ir às aldeias para poder presenciar a situação atual local. Apenas por esse motivo, respeitando a solicitação das lideranças, os pesquisadores foram às aldeias. Foi obtido explicitamente o consentimento das lideranças para fazer estas visitas. A fim de minimizar os riscos de infecção, não foram feitas atividades que gerassem aglomeração. As medidas de proteção propostas pelas autoridades e organizações locais foram devidamente seguidas, tendo sido cumprido um período de quarentena anterior às visitas a campo.

Seriam canceladas as atividades, de imediato, se algum dos pesquisadores apresentasse sintomas antes ou durante o trabalho. Além disso, se as comunidades tivessem avaliado um risco de infecção elevado, as entrevistas e as visitas seriam adiadas. Esse foi o protocolo sanitário utilizado durante a pesquisa de campo.

As 25 pessoas indígenas entrevistadas foram informadas que as suas declarações seriam transformadas em um relatório público e que os seus nomes seriam publicados no presente documento e no documentário. Foi informado que a seu pedido, ou se houvesse receio de que as declarações pudessem pôr em perigo a pessoa, os interlocutores poderiam ser apresentados de maneira anônima e/ou as declarações poderiam ser mantidas confidenciais. Entretanto, todos os entrevistados declararam por escrito que dão o consentimento para a publicação de suas declarações e a respectiva atribuição de seus nomes às mesmas.

Foram realizadas transcrições de todas as entrevistas, documentando cada declaração à pessoa entrevistada. Todas as declarações são portanto claramente atribuíveis às pessoas que as emitiram.

Associação para os Povos Ameaçados (APA)

A Associação para os Povos Ameaçados (APA) é uma organização suíça de direitos humanos que defende os direitos dos povos indígenas e das minorias. A associação documenta violações dos direitos humanos, informa e sensibiliza a sociedade e representa perante as autoridades os interesses das pessoas afetadas por violações dos direitos humanos. A APA apoia esforços locais para fortalecer os direitos humanos dos povos indígenas e das minorias e colabora com organizações e pessoas, nacionais e internacionais, que persigam objetivos semelhantes. A APA possui um estatuto consultivo junto do Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (ECOSOC) e do Conselho da Europa.

Registrar em: <https://www.gfbv.ch/pt/port-support-actively>

Muito obrigado!

Impresso:

Associação para os Povos Ameaçados (APA)

Birkenweg 61, CH-3013 Bern

www.gfbv.ch / info@gfbv.ch

Tel. (+41) (0)31 939 00 00

Doações: Berner Kantonalbank

BEKB: IBAN CH05 0079 0016 2531 7232 1

Publicação: Setembro 2021



www.gfbv.ch